

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

**OS CAMPONESES E A BUSCA DA "AUTONOMIA POSSÍVEL"**

(Estratégias de Sobrevivência e Resistência  
na Implantação de Projetos de Irrigação  
no Estado de Sergipe)

DALVA MARIA DA MOTA

CAMPINA GRANDE.- PARAÍBA  
Julho de 1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

**OS CAMPONESES E A BUSCA DA "AUTONOMIA POSSÍVEL"**  
(Estratégias de Sobrevivência e Resistência  
na Implantação de Projetos de Irrigação  
no Estado de Sergipe)

Dissertação apresentada ao Curso  
de Mestrado em **Sociologia**, com  
Área de Concentração em **Sociolo**  
**gia Rural** da Universidade Fede  
ral da Paraíba, em cumprimento  
às exigências para obtenção do  
Grau de Mestre.

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Aluna: Dalva Maria da Mota

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA  
Julho de 1990



M917c

Mota, Dalva Maria da

Os camponeses e a busca da autonomia possível: estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no estado de Sergipe / Dalva Maria da Mota. - Campina Grande, 1990.

183f. :

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Comunidades Rurais 2. Projetos de Irrigação - 3. Camponeses - Autonomia 4. Sociologia Rural 5. Dissertação I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55(043)

A todos aqueles que derramam o seu suor sobre a terra na esperança de ver brotar uma sociedade mais justa.

A minha mãe.

### AGRADECIMENTOS

- . À minha orientadora, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, pelas críticas observações e pela inovação no ato de orientar, o que favoreceu para que este trabalho seja exatamente o reflexo dos meus limites e das minhas possibilidades;
- . Ao amigo Carlos Avilés, que não concorda com boa parte do que está escrito aqui, mas me ajudou muito com as suas sugestões e críticas;
- . Aos professores do Mestrado, especialmente Norma Montalvo de Soler, que contribuiu para que eu descobrisse o que gostaria de estudar; e a Maria Cristina de Melo Marin, pelo companheirismo demonstrado através do gesto e da palavra, nos momentos oportunos;
- . Aos colegas do Mestrado, pelas férteis discussões, pelo apoio e carinho, pela partilha das angústias e principalmente, pelas descobertas;
- . A Margarete Hora e Telmo Oliveira, que de mil maneiras práticas deram a maior força.

- . A Elda Gois, Fernando Lopes, Paulo Viana, Tânia Magno, Luis Alberto, José Antônio, Marta Pereira, que perto ou longe contribuíram de diferentes formas para a realização deste trabalho;
- . A CAPES, pela Bolsa de Estudo concedida;
- . A EMBRAPA/CNPAI pela liberação para revisão final e defesa da dissertação;
- . Aos técnicos entrevistados, pela boa vontade no fornecimento de informações, bem como pela oportunidade de socialização das inquietações;
- . Aos camponeses de Jabiberi e Piauí, que me permitiram penetrar no seu dia-a-dia.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as estratégias de sobrevivência e resistência de camponeses em duas comunidades rurais do Estado de Sergipe, envolvidos num projeto de modernização agrícola desenvolvido pelo Governo do Estado na região do semi-árido. Essas estratégias visam à reprodução da unidade de produção e consumo e permitem uma certa margem de "autonomia" a nível do processo imediato de produção, ao lado do aumento da subordinação que a modernização lhes impôs nas últimas duas décadas.

A modernização repercute diferentemente em cada comunidade, segundo as condições de controle e uso da terra que prevalecem, garantindo maior "autonomia", em relação às diretrizes do projeto modernizador, aos produtores que são proprietários da terra que cultivam e, menor "autonomia", aos que são assentados. Como demonstrado, a ação modernizadora causa mudanças no interior da organização da produção. Entretanto, as respostas dadas às mudanças dependem das características da unidade familiar, das possibilidades de organização política dos camponeses e da intensidade da ação do Estado, o que contribui para um movimento

de avanços e recuos das partes envolvidas, durante o desenvolvimento do projeto. Assim, são os camponeses que têm menor "autonomia" no processo de produção, no caso, os assentados, que desenvolvem maior sociabilidade política através da defesa coletiva de seus interesses. Os demais, os pequenos proprietários, por não terem as suas condições imediatas de reprodução ameaçadas, limitam suas ações ao interior da unidade de produção. O comportamento político dos dois grupos se revela na resistência cotidiana, difusa no interior do processo de produção.

Todo esse processo de redefinição da relação dos camponeses com o Estado é permeado por conquistas e perdas, resultantes da forma como absorvem, e/ou rejeitam a modernização.

## RESUMÉ

Le but de cette dissertation est d'analyser les stratégies de survie et de résistance des paysans dans deux communautés rurales de Sergipe, engagées dans un projet de modernisation agricole développé par le gouvernement de cet Etat dans la région semi-aride. Ces stratégies visent la reproduction de l'unité de production et consommation et permettent un certain degré d'autonomie au niveau du processus immédiat de production, mais accentuent la subordination que la modernisation a imposée dans ces deux dernières décades.

La modernisation répercute différemment sur chaque communauté, selon les conditions de contrôle et d'usage de la terre qui prédominent; elle garantit une "autonomie" plus grande, par rapport aux directives du projet modernisateur, aux producteurs propriétaires de la terre cultivée, et plus petite à ceux qui y ont été installés. L'étude indique que l'action modernisatrice provoque des changements à l'intérieur de l'organisation de production. Cependant les réponses données aux changements dépendent

des caractéristiques de l'unité familiale, des possibilités de l'organisation politique des paysans et de l'intensité de l'action de l'Etat, ce qui contribue aux progrès ou reculs des parties engagées dans le projet. Ce sont les paysans dont l'"autonomie" est la plus réduite dans le cas présent, ceux qui ont été installés que développent le mieux une sociabilité politique travers la défense collective de leurs intérêts. Les autres, les petits propriétaires, limitent leurs actions à l'intérieur de l'unité de production, car leurs conditions immédiates de reproduction ne sont pas menacées. Le comportement politique des deux groupes se manifeste dans la résistance quotidienne à l'intérieur même du processus de production.

Tout ce processus de redéfinition du rapport des paysans avec l'Etat est entremêlé de conquêtes et de pertes, résultant de la façon dont la modernisation est absorbée ou rejetée.

## S U M Á R I O

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO.....	01
<b>I PARTE</b> - A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO INTERIOR DA MODERNIZAÇÃO "CONSERVADORA" DA AGRICUL TURA SERGIPANA (1970/82).....	24
<b>CAPÍTULO I</b> - LIMITES E POSSIBILIDADES DA REPRODU ÇÃO CAMPONESA NAS COMUNIDADES PIAUÍ E JABIBERI: AS EXPERIÊNCIAS DO "PASSA DO".....	25
<b>CAPÍTULO II</b> - AS CONDIÇÕES DE ACESSO À TERRA E AS CRESCENTES DIFICULDADES DE REPRODU ÇÃO SOCIAL: O Caso Jabiberi.....	37
2.1 - A Terra: "Cada vez mais foi fi cando pouca".....	37
2.2 - Organização Interna da Produção	43
2.2.1 - O Ano Agrícola - A Man dioca: "prã comer e ven der".....	51
2.3 - Impactos da Modernização.....	54
2.4 - Estratégias de Sobrevivência...	60
<b>CAPÍTULO III</b> - A PROPRIEDADE DA TERRA, OS PROJETO S DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E SUA IN FLUÊNCIA NA "AUTONOMIA" CAMPONESA: O Caso Piauí.....	64
3.1 - A Terra: "Sempre foi pouca"....	64

3.2 - Organização Interna da Produção.	67
3.2.1 - O Ano Agrícola: Fumo e Mandioca "numa área de terra pequena se cria uma família".....	70
3.3 - Estratégias de Sobrevivência....	82
<b>II PARTE - O COTIDIANO DA RESISTÊNCIA: AS EXPERIÊN CIAS DO "PRESENTE" .....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO IV - O DIA-A-DIA DOS CAMPONESES IRRIGANTES.</b>	<b>91</b>
4.1 - "Em vez de Liberdade, Cativoiro:" Os Irrigantes de Jabiberi.....	91
4.2 - "Livres do Perigo de Verão": Os Irrigantes de Piauí.....	105
<b>CAPÍTULO V - A DINÂMICA DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E A "AUTONOMIA RELATIVA" DOS CAMPONE SES.....</b>	<b>118</b>
5.1 - Avanços e Recuos: Como os Campo neses e os Agentes da Moderniza ção Reelaboram suas Ações a par tir dos Conflitos.....	123
5.1.1 - A Resistência entre os Irrigantes de Jabiberi..	125
5.1.1.1 - A Reação à Desapropria ção das Terras e a In certeza quanto à Nova Situação.....	125
5.1.1.2 - A Luta pela Negociação dos Preços das Terras Desapropriadas.....	130
5.1.1.3 - A Seleção dos Benefiã rios do Projeto e as Tensões no Processo de Assentamento.....	133

5.1.1.4 - Os Assentados e a Reorganização da Produção de Acordo com as Orientações do Projeto de Irrigação. Novas Formas de Resistência.....	135
5.1.1.5 - A Luta por Espaço para Culturas de Subsistência e as Novas Relações de Dependência	139
5.1.2 - A Resistência entre os Irrigantes de Piauí.....	145
5.1.2.1 - A Manutenção dos Espaços e da Forma de Controle e Uso da Terra.	145
5.1.2.2 - A Reação à Instalação da Irrigação e os Limites entre o Público e o Privado.....	148
5.1.2.3 - Rejeição e Adoção das Diretrizes do Projeto	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa

MAPA I - "Estado de Sergipe - Região do Semi-Árido".	15
--	----

Quadros

QUADRO I - "Demonstrativo dos Informantes".....	22
QUADRO II - "O Ano Agrícola em Jabiberi".....	53
QUADRO III - "O Ano Agrícola em Piauí".....	72

Página

Anexos

ANEXO I	- "Questionário para Pequenos Produtores Residentes na Área do Projeto" (Ano Base 1988).....	174
ANEXO II	- "Critérios para Seleção dos Colonos do Perímetro Irrigado Jabiberi".....	184

## INTRODUÇÃO

O trabalho trata das "estratégias de sobrevivência e resistência" de grupos camponeses que experimentam a ação de modernização agrícola, via projetos de irrigação, no Estado de Sergipe. Está composto pelas seguintes partes: esta mesma Introdução, em que são discutidos aspectos teórico-metodológicos sobre a relação estabelecida entre camponeses e modernização, o trabalho de campo, os instrumentos de coleta de dados, os grupos e a área de estudo; a primeira parte, composta dos Capítulos I, II e III, que tratam das condições de reprodução camponesa no interior da modernização "conservadora", abordando respectivamente os limites e possibilidades de como a experiência do "passado" influencia nas decisões tomadas pelos grupos no "presente", analisando-se detalhadamente estratégias de sobrevivência e resistência, que se desenvolvem como resposta à modernização e à ampliação da subordinação imposta num novo contexto.

A segunda parte, na qual estão incluídos os Capítulos IV e V, que discutem o dia-a-dia dos camponeses irri

gantes, expressão imediata da tensão autonomia versus su  
bordinação, vivenciada pelos camponeses e o Estado, num  
movimento de avanços e recuos, onde se evidenciam respos  
tas recíprocas num processo em que estas são construídas  
segundo os interesses dos grupos envolvidos e do jogo so  
cial em que se envolvem; e as Considerações Finais onde es  
tão delineados os aspectos essenciais das relações que se  
estabelecem entre as estratégias de sobrevivência dos gru  
pos estudados e os projetos estaduais de irrigação.

## I

Os debates recentes sobre a questão agrária no  
Brasil têm levado os analistas e pesquisadores a uma cons  
tatação: a persistência e recriação da produção camponesa  
no conjunto das forças sociais atuantes no meio rural, co  
mo produtora de considerável parcela da produção agrícola  
e como agente presente nas relações de força que compõem o  
jogo político-social do País.

Segundo Wanderley, "Muito já se escreveu sobre  
as razões e os mecanismos que explicam essa reprodução. Pa  
ra uns, é preciso olhar para dentro da unidade de produção  
camponesa, analisar sua organização interna, perceber a

força com que nela se luta por autonomia. Para outros, o comando é exterior, cuja força praticamente anula a margem interna de controle e iniciativa: o desaparecimento futuro ou a subordinação anônima e sem rastros seria a sua dura realidade atual" (1988:12 - b).

Assim, vários estudos se dedicaram a investigar a "lógica interna" da produção camponesa na busca da confirmção da sua autonomia, privilegiando o universo camponês, sem abordar a inserção do campesinato na sociedade global e tendendo a cristalizar imagens simplistas, esquemáticas e idealizantes, como questionado por Musumeci (1988). Sob outra ótica é focado o crescente processo de subordinação da produção camponesa a partir de determinações exteriores, limitando-se ao nível externo da acumulação capitalista, ignorando-se a sua especificidade e considerando-a como uma forma produtiva transitória.

Tais perspectivas de análise revelam-se, contudo, insuficientes ao não estabelecerem as relações contraditórias e complementares entre o sistema global e a produção camponesa no seu processo de (re)definição no bojo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, a partir dos limites circunscritos pelas leis tendenciais, enquanto possibilidades (Cf. Grossi, 1988).

Neste trabalho não desconhecemos ou subestimamos

as valiosas contribuições dos estudos gestados sob esses enfoques, como também não pretendemos encontrar respostas definitivas às questões subjacentes ao debate e ao hiato existente entre estas. No entanto, reafirmamos com Archetti que:

"Hasta hoy, la division del trabajo al interior de las ciencias sociales ha impedido llegar en varios niveles a una integración teórica real. El estudio de los campesinos presupone la existencia de sociedades complejas y la relevancia de la historia y, por ello, nos invita a combinar creativamente micro y macro analisis en diferentes tiempos e espacios" (1978:45).

Assim, não desejamos ignorar as divergências que perpassam a polêmica em pauta, mas a partir delas, procurar estabelecer o elo entre o problema agrário camponês e o capitalismo, partindo da discussão de duas categorias que nos remetem ao plano teórico desta relação, quais sejam: Autonomia e Subordinação camponesa.

Estas revelam o universo de relações que se dá entre a organização interna do trabalho camponês, "lógica interna", e o processo (externo) da acumulação capitalista.

Nestes termos, cabe indagar: como se cristaliza a tensão permanente do campesinato entre subordinação e au

tonomia no processo de modernização agrícola?

Paradoxalmente, os mesmos elementos que dão sustentação à autonomia camponesa (terra, como sinônimo de "liberdade", transferida a outros planos da vida cotidiana) sustentam a sua subordinação pelas diferentes interferências que sofrem nos planos: econômico, político e simbólico (Cf. Romano, 1987).

Referindo-se a esta relação, Soares afirma:

"A liberdade cria um espaço positivo para o exercício da auto-exploração. Eis a contradição que explica de certo modo o sentido trágico da autonomia camponesa. Autonomia que é real, porém adscrita a uma subordinação estabelecida num nível externo ao processo imediato da produção, locus por excelência da liberdade camponesa, irradiada para outras esferas da experiência diária" (1981:216).

Assim a rede de relações que se tece entre camponeses e outros agentes sociais em torno da subordinação e autonomia, expressa as possibilidades efetivas de participação ou exclusão dos camponeses no movimento político-social. Esse movimento, ao mesmo tempo que reforça e dá suporte à unidade camponesa, recriando-a e gerando espaço para o exercício da "autonomia possível", amplia a sua subordinação pelas mediações dos diferentes tipos de capital,

num processo que acelera a crescente subordinação às condições exteriores, expressas por elementos como tecnologia e crédito, que são incorporados como reforçadores da sua resistência ao processo de expropriação da condição camponesa.

Mas, sob que elementos repousa a possibilidade dos avanços e recuos do campesinato em busca da maior autonomia? Ou a partir de que elementos os camponeses procuram controlar o crescente processo de subordinação? De um modo geral se reconhece que a especificidade do campesinato emerge a partir de dois traços distintivos, quais sejam:

- . A predominância da força de trabalho familiar, onde a família é a unidade básica de produção.

"Trata-se de um traço distintivo fundamental. As relações vividas no processo de trabalho são marcadas pela predefinição ideológica ou simbólica, isto é, pela estrutura de parentesco, pelos ditames da hierarquia, do respeito, da obediência, pela regulação de direitos e deveres, pela disciplina do afeto" (Soares, 1981:209).

- . O acesso à terra e aos meios técnicos de produção que conformam um processo de trabalho específico, com fins à produção de valores de uso que possibilitem a reprodução da unidade de produção e consumo. Assim, é do

cultivo da terra que, direta ou indiretamente, provém a maior parte do necessário à reprodução da família. Dentro dessa "lógica", exercita-se em termos genéricos, a concepção não-mercantil da terra. É neste sentido que Ianni afirma:

"A relação do camponês com a terra compreende um intercâmbio social complexo, que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos de artesanaria, matérias-primas para a satisfação das necessidades de alimentação, vestuário, abrigo, etc. Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação do plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar" (1986:12).

A especificidade camponesa sustenta-se nestes elementos que compõem a sua base material de produção e que lhes assegura "relativa autonomia" frente às pressões exteriores em decorrência do controle que exercem sobre os meios de produção e o processo de trabalho, numa lógica diferente da que regula a força de trabalho mercantilizada.

Sendo assim, a autonomia é traço que caracteriza

o trabalho camponês em relação ao trabalho assalariado. Apesar de ambos estarem subordinados ao processo de valorização do capital. No entanto, a subordinação camponesa é específica em relação à do assalariado. Este, ao não dispor dos meios de produção, é impossibilitado de produzir para si mesmo os seus meios de vida, encontrando na venda da força de trabalho a única alternativa para garantir a sua existência e da sua família. Já a produção camponesa supõe a relação direta do produtor com os meios de produção. No entanto, parte considerável dos valores de uso necessários à sua reprodução, enquanto camponês, não são produzidos na sua parcela, o que o força a recorrer ao mercado como vendedor de produtos e como comprador do que não produz.

Assim, o camponês integra-se numa complexa rede de relações desiguais, como portador de mercadorias específicas, cuja lógica originária é diferente daquela que rege a circulação, constituindo-se em fonte de transferência de excedentes a outros setores da economia (Cf. Bartra, 1979).

Essas relações relativizam a sua autonomia e o subordinam às condições impostas pelo mercado, condicionando-o a selecionar apenas parcialmente o que produz, a perder o controle do destino da sua produção e a depender cada vez mais de condições técnicas que tornem a sua produção competitiva e menos vulnerável. No estabelecimento des

nas relações ele enfrenta novos custos de produção determinados pelo setor agroindustrial, num ritmo de produção que mescla condições técnicas e os ciclos naturais. Assim, quanto maior a dependência de produtos exteriores à unidade camponesa, maior é a sua dependência em relação ao crédito, oficial ou privado.

Contrapõe-se a esse processo de crescente subordinação o desencadeamento de ações defensivas para preservação das condições camponesas, expressas em diferentes estratégias de sobrevivência e resistência e na variedade de relações desenvolvidas no interior da unidade produtiva, onde se efetiva o exercício da "autonomia possível".

A relação da família camponesa com os meios de produção é distinta daquela do empresário capitalista. Faz parte do cotidiano camponês a luta constante para assegurá-los. O sentido dessa preservação não é explicitado apenas pelo seu valor econômico. Trata-se da defesa de um modo de vida, designativo de "independência" e "liberdade" no processo imediato de produção, demarcadores de uma forma de organização social construída na experiência coletiva do grupo.

As atividades são desenvolvidas numa espécie de ritmo com a natureza, com maior ou menor dependência, segundo o nível de influências externas. A família tem con

trole sobre o processo imediato de produção - aliás, momento de internalização das decisões - exercitando neste, a aplicação do saber acumulado culturalmente. Essas características da organização da vida camponesa produzem especificidades internas que ultrapassam o nível econômico e se estendem ao político e ideológico, influenciando na elaboração das concepções acerca de si e dos outros.

Mas, o processo imediato de produção, deve ser compreendido também a partir das influências externas. É nesse campo que situamos a questão da modernização tecnológica em relação ao campesinato. Esta questão revela a presença de outros fatores no processo de produção, que influenciam na forma de produzir, nos ciclos de produção e no tempo, introduzindo alterações na relação homem/natureza.

A outra face da tecnologia é perfilada pela capacidade de adoção como forma de resistência à expropriação da condição camponesa e pela apropriação dos pressupostos que ampliam a capacidade de trabalho da família.

Assim, autonomia e subordinação emaranham-se no cotidiano camponês, simultaneamente como limites e possibilidades, dando impulso à luta pela preservação das suas condições de trabalho e do seu modo de vida.

Nosso propósito neste trabalho é, a partir do es

tudo de dois grupos camponeses incluídos em projetos de irrigação, compreender como se desenvolvem estratégias de resistência e sobrevivência, a partir da relação subordinação versus autonomia, como expressão da reprodução camponesa numa sociedade capitalista.

## II

Não pretendemos estudar em sua globalidade a vida social dos grupos camponeses pesquisados.

Numa trajetória de idas e vindas ao campo traçamos um recorte analítico a partir dos limites da literatura e do próprio objeto. O recorte traz como objetivo imediato a redução do campo de estudo aos olhos do investigador.

A idéia inicial era trabalhar com a análise da reprodução social dos camponeses sob as condições da modernização agrícola intensificada pelo Estado, destacando o comportamento político e econômico dos grupos alcançados. Objeto amplo, fortemente influenciado pelas teorias clássicas que privilegiam a generalização das relações capitalistas na agricultura e o processo de polarização das classes sociais (Cf. Lenin, 1982). Isto sem se deter nos processos de resistência que se geram no cotidiano dos grupos alcançados.

çados e na diversidade de relações sociais sobre as quais se organiza a produção camponesa.

Os primeiros contatos em campo nos levaram a re pensar o objeto de estudo, previamente definido, ao revela rem que, apesar do funcionamento dos projetos de irrigação, os camponeses desenvolviam estratégias de resistência e so brevivência no processo de imposição da modernização.

Assim, redefinimos o objeto de estudo e nos con centramos nas estratégias de sobrevivência e resistência que os camponeses têm gerado no processo de modernização agrícola, em busca do exercício da "autonomia possível", a partir das seguintes questões:

- a. Que condições objetivas propiciam a organização da produção e a reprodução dos grupos estudados no sistema tradicional de produção? E no Projeto Modernizador?
- b. Como as práticas e experiências dos grupos condicionam sua inserção no Projeto Modernizador?
- c. Como as diferentes formas de controle e uso da terra influenciam no comportamento dos grupos?
- d. Que respostas se delineiam frente à intervenção estatal? Como as características do grupo doméstico e suas relações com o mercado influenciam nestas respostas?

- e. Como os grupos incorporam, interpretam e reagem à proposta modernizadora?
- f. Qual o papel das estratégias de sobrevivência e resistência dos grupos frente às imposições da modernização?
- g. Como se apresenta a relação autonomia versus subordinação nos casos analisados?

Decidimos encarar o objeto de estudo a partir da relação passado/presente. O passado recupera a experiência dos grupos nas duas últimas décadas. O presente é a partir de 1982 quando foram envolvidos numa mesma ação de modernização. Segundo o ponto de vista dos camponeses, o passado/presente é aparentemente desconexo e quase antagônico, o que consiste num desafio ao pesquisador reuni-los, como momentos históricos de um mesmo processo.

A idéia de iniciar o estudo com uma retrospectiva atende também a lógica da pesquisa: foi com a história dos camponeses que tivemos o primeiro contato, antes de conhecermos o presente, além de considerarmos que as versões sobre o passado têm peso significativo na conformação das representações acerca da realidade atual.

## III

A referência ao termo camponês para designar os atores sociais pesquisados supõe a existência de uma categoria social heterogênea. Isto significa dizer que a capitalização da agricultura intensificada nas duas últimas décadas não expropriou o conjunto dos pequenos produtores proprietários dos meios de produção, apesar de ter incrementado o seu processo de diferenciação.

Selecionamos para este estudo grupos camponeses cujas trajetórias sociais revelam parte do processo de diferenciação do campesinato, pontilhadas pela tensão permanente entre autonomia e subordinação.

Assim, pesquisamos dois grupos camponeses no Nordeste do Brasil, na região semi-árida do Estado de Sergipe, nas localidades: Jabiberi e Piauí<sup>(1)</sup>. (Ver Mapa I).

Jabiberi situa-se no município de Tobias Barreto, a 110 km de Aracaju, indo pela BR SE 416. O município citado é tradicionalmente formado por grandes propriedades pecuaristas, que ocupam 92,2% da área total.<sup>(2)</sup> As áreas

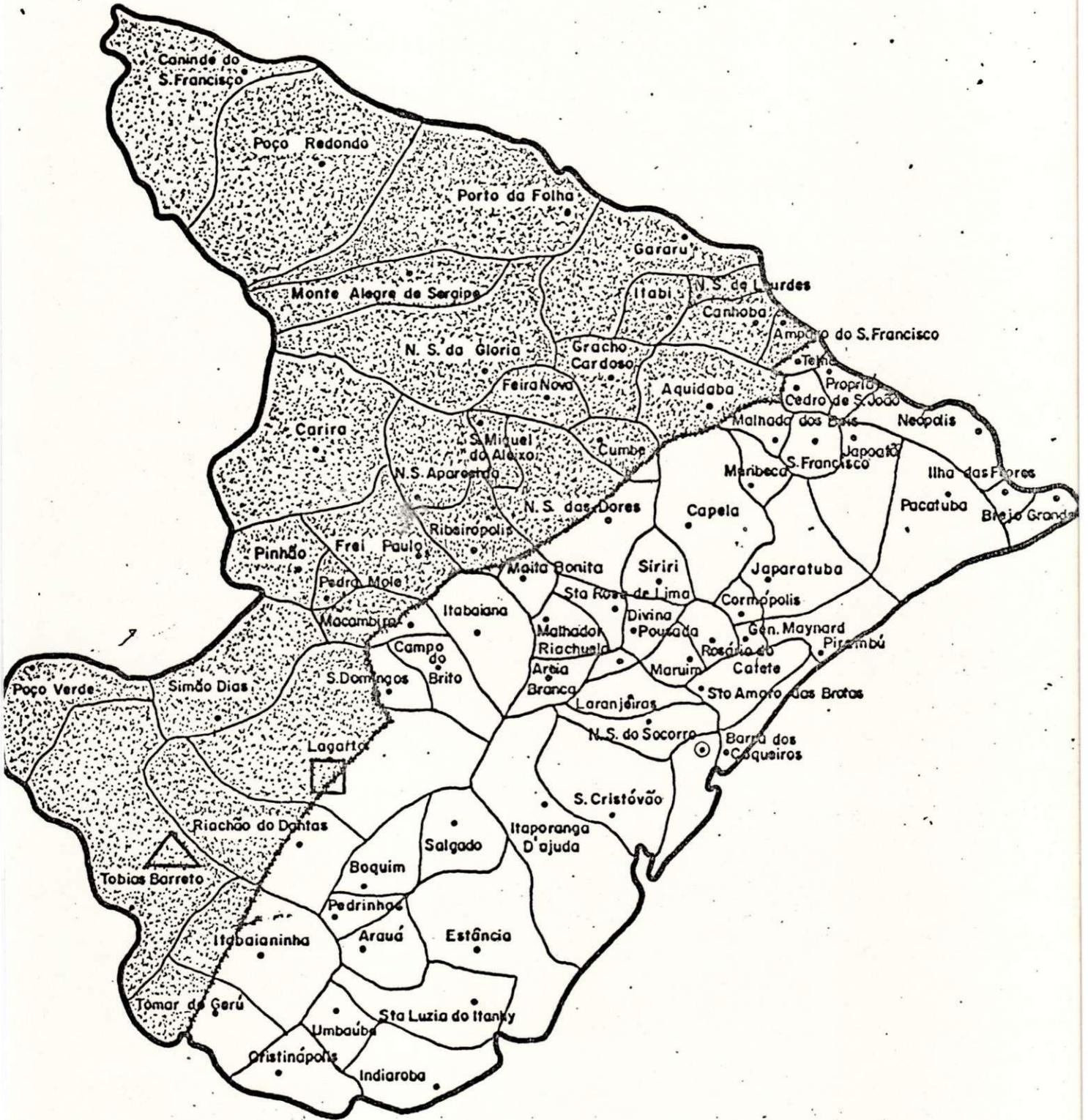
(1) Piauí é a denominação dada a região atingida pelo Projeto de Irrigação, cuja fonte d'água é o Rio Piauí. Compreende os Povoados de: Tapera do Saco, Várzea dos Cágados, Limoeiro, Moita Redonda, Brejo, Sobrado, Fazenda Grande e Nobre.

(2) Relatório FAO/COHIDRO - 1989.

MAPA I

ESTADO DE SERGIPE

REGIÃO DO SEMI - ÁRIDO



Legenda



Perímetro Irrigado Piauí



Perímetro Irrigado Jabiberi

com cultivos de alimentos ocupam apenas 2,8% e são em boa parte condicionadas ao arrendamento nas grandes propriedades. (3) Do número de estabelecimentos total do município, 55% têm área inferior a 20 ha, numa região de solos pedregosos.

Piauí situa-se no município de Lagarto, a 73 km de Aracaju pela BR já citada. Este município tem 78% da sua área ocupada por pastagens. As áreas de produção camponesa são caracterizadas por intensa divisão de terras, onde 92% do total dos estabelecimentos têm área inferior a 20 ha, entre os quais 77% são menores que 5 ha. (4)

Na história recente do período em estudo, os dois grupos foram atingidos diferentemente pelas ações modernizantes subsidiadas pelo Estado.

Os camponeses de Jabiberi, cultivadores de produtos de subsistência na dependência das árduas condições climáticas do semi-árido, eram, na sua maioria, pequenos proprietários de terra que também dependiam do arrendamento de áreas no interior das grandes propriedades. Estes tiveram suas possibilidades de cultivo diminuídas pelo cres

---

(3) Op. cit. pp. 3

(4) Dado contido no Projeto Executivo de Irrigação Piauí - Planejamento Hidroagrícola - Volume II - PROTECS - 1985.

cente processo de pecuarização do município, com ruptura nas relações tradicionais de produção e expulsão da força de trabalho para fora das grandes propriedades, o que os induziu à busca de diferentes estratégias de sobrevivência e resistência, como: migração, assalariamento, herança, pesca, etc.

Os camponeses de Piauí, pequenos proprietários produtores de culturas comerciais e de subsistência em região de clima mais ameno<sup>(5)</sup> do que Jabiberi, eram "público meta" do Programa POLONORDESTE, através de ações subsidiadas para modernização do processo de produção. Apesar do atrelamento ao complexo agroindustrial, esses camponeses preservaram-se da adesão total aos produtos comerciais, diminuindo sua vulnerabilidade diante das oscilações do mercado. As atividades desenvolvidas na parcela camponesa eram reforçadas pelos mutirões e pela recorrência ocasional à migração.

As especificidades dos grupos em estudo remetem às diferenças de um grupo em relação ao outro e às diferenças internas a cada grupo.

Os diferentes níveis tecnológicos refletem tam

---

(5) Apesar de estar no Semi-Árido, Piauí fica na região de transição para o Agreste, tendo características climáticas desta região.

bem o tipo de relação que esses grupos passam a estabelecer com a intervenção estatal e com o poder local, mediadores dos diferentes tipos de capital.

Em Piauí, o cultivo predominante de produtos comerciais era característico dos camponeses mais abastados que tinham uma relação intensa com o mercado, contratavam mão-de-obra continuamente e formavam reservas de valor através do armazenamento de produtos. A predominância de cultivos de subsistência na propriedade era sinônimo de menor capacidade de acumulação.

Em Jabiberi, os camponeses estavam próximos à proletarização. Os pequenos animais representavam reserva de valor do camponês melhor situado. A venda de mão-de-obra no verão era constante. No inverno dedicavam-se aos cultivos de subsistência. Outro elemento diferenciador eram os rendimentos provenientes de atividades não-agrícolas, aposentadoria, dinheiro enviado pelos filhos que migraram, artesanato, etc.

Em Piauí, as redes de solidariedade locais eram muito exercitadas. Em Jabiberi, as dificuldades do dia-a-dia impediam que os camponeses exercitassem esta atividade.

A política de modernização é acentuada em 1982, quando os dois grupos camponeses são atingidos, via implantação de projetos estaduais de irrigação.

Em Piauí, não há desapropriação e a irrigação é instalada nas pequenas propriedades já existentes. Em Jabiberi, os camponeses são desapropriados, montada a infraestrutura de irrigação e assentados parte dos sem terra e dos que foram desapropriados, segundo os critérios da empresa coordenadora dos projetos. (Anexo I)

Fizemos opção por essas duas áreas como "locus" de nosso estudo dadas as diferentes experiências dos grupos, a semelhança do processo de intervenção que sofreram recentemente e por serem representativos dos cinco grupos camponeses em projetos semelhantes no Estado. A essas características soma-se o conhecimento razoável que temos da área (como técnica), fruto da experiência profissional nos projetos.

#### IV

As condições em que o trabalho de campo foi desenvolvido são reflexo da forma como os dados foram coletados, o nível de relacionamento do entrevistador com os di

ferentes atores sociais, as atividades que estavam sendo desenvolvidas na época, a mobilização dos camponeses para fazerem valer seus interesses e as informações e conhecimento anterior que tínhamos da área.

Realizamos o trabalho de campo em dois períodos: entre outubro e novembro de 1988 e setembro e outubro de 1989.

Hospedamo-nos em hotéis situados na sede dos municípios devido à falta de condições nas localidades. Diariamente nos deslocávamos até cada comunidade, 6 km até Piauí e 21 km até Jabiberi. Permanecíamos todo o dia no trabalho de coleta de dados, conversas informais e observação direta. No final da tarde retornávamos ao hotel. Embora este distanciamento do grupo tenha os seus limites, por não ficarmos envolvidos na rotina dos camponeses no período noturno, contribuiu para que aproveitássemos para rever as informações coletadas na própria área, avaliar as atividades do dia e os instrumentos de pesquisa.

Em Jabiberi, o primeiro contato com os camponeses foi mediado pelo Secretário da Associação dos Irrigantes, com o qual tínhamos uma relação amigável, estabelecida em outras idas a campo, principalmente na fase de redefinição do objeto de estudo. Em sua companhia percorremos

casas e lotes num exaustivo processo de apresentação, como pesquisadora que estava realizando um estudo sobre a vida deles no projeto de irrigação. Houve muita hospitalidade, demonstrada no cumprimento cordial, na disponibilidade em prestar informações, na xícara de café oferecida.

Em Piauí, a ausência dos membros da associação dos irrigantes nos colocou na dependência de um técnico do perímetro para um primeiro contato. A acolhida não foi calorosa, o que nos causou uma certa dificuldade no momento inicial. Após os primeiros contatos, nas duas comunidades, escapamos de qualquer companhia que pudesse inibir a liberdade fundamental ao desenvolvimento da pesquisa. Travamos contatos informais e pouco a pouco fomos introduzindo a aplicação de um questionário (Anexo I) para coleta de dados ainda não disponíveis em dados secundários e indispensáveis a uma primeira aproximação com o dia-a-dia camponês. A partir dos questionários nos foi possível firmar alguns contatos mais favoráveis à realização das entrevistas e histórias de vida, como também termos a indicação de outros camponeses a serem pesquisados, de maneira que nos levassem a verificar em maior profundidade fatos que os contatos anteriores nos deram a perceber. Realizamos pesquisa nas duas localidades com camponeses, técnicos, lideranças e professores, com instrumental específico para cada um. A população estudada constitui uma amo

tra de 30% do universo de agricultores em cada grupo. Os questionários foram aplicados ao total da amostra. Assim, foram aplicados 16 questionários aos agricultores chefes de família em Piauí e 11 àqueles da comunidade Jabiberi. Além dos questionários, fizemos entrevistas semi-estruturadas com todos estes. Utilizamos ainda, a técnica de histórias de vida com "informantes-chave" para reconstituir o "passado" que tem influência marcante na forma como os camponeses se vêem no "presente".

Os grupos pesquisados eram relativamente diversificados. Assim, em Piauí entrevistamos: arrendatários, os que trabalham terra cedida e os proprietários que cultivam parcela própria. Em Jabiberi entrevistamos: camponeses que migraram na juventude, voltaram e compraram terra, os que tinham terra e foram desapropriados, e os sem terra selecionados para assentamento no Projeto. Todos estes estão incluídos na categoria de assentados, de acordo com critérios estabelecidos pela empresa coordenadora, que atribuiu lote a cada unidade familiar.

Quadro I  
Demonstrativo dos Informantes

Projeto de Irrigação	Nº de Agric. Irrigantes (1988)		Nº de Informantes por Categoria			
	Total	Informantes	Arrendat.	Terra Cedida	Prop.	Assent.
Piauí	50	16	02	02	12	-
Jabiberi	35	11	-	-	-	11

Obs. : O questionário foi aplicado ao total dos informantes e as histórias de vida a 50% destes.

O segundo período de campo teve um curso diferente. Procuramos complementar informações já disponíveis, aprofundando-as e direcionando-as para os grandes temas do objeto de estudo. Para isso, atribuímos prioridade ao contato com grupos de camponeses, privilegiando as representações coletivas como complemento às individuais.

Na ocasião já estávamos no processo de elaboração da dissertação e procurávamos nos manter informados dos novos acontecimentos e idéias que iam surgindo. Isto nos forçou a rever sempre os capítulos em elaboração, na tentativa de incorporar ao máximo o movimento do real, ao qual o trabalho acadêmico, pelas suas próprias limitações, parece impor o "congelamento".

Apesar de concentrar o trabalho de campo nas duas localidades e daí obter a maior parte do material utilizado neste estudo, foram também importantes e úteis para o estudo, investigações feitas em outras esferas. Neste sentido, recorreremos com frequência aos dados disponíveis na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Sergipe EMATER/SE, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA, Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe - COHIDRO e Secretaria de Estado da Agricultura -SAGRI, que subsidiaram a formação de um quadro geral sobre a agricultura sergipana.

PRIMEIRA PARTE

**A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO INTERIOR DA MODERNIZAÇÃO  
"CONSERVADORA" DA AGRICULTURA SERGIPANA  
(1970/1982)**

"Porque nós aqui sempre levamos a vida tocando roça. Nunca tivemos vantagem de crédito, era sempre pra os grandes. Mas, eu ouço dizer que tinha também pra os pequenos, mas não era pra nós não, era pras bandas de Lagarto. Você sabe que quanto mais gorda a vaca mais leite ela dá, por isso que os grandes aumentava cada vez mais e pra gente diminuía, tinha que suar pra arranjar o pão dos filhos e nem todo dia arranjava, muito desabava pelo mundo". (J. L. 49 anos, assentado em 3 ha da Área do Projeto - Jabiberi)."

## CAPÍTULO I

### LIMITES E POSSIBILIDADES DA REPRODUÇÃO CAMPONESA NAS COMUNIDADES PIAUÍ E JABIBERI: AS EXPERIÊNCIAS DO "PASSADO"

Dada a delimitação do espaço, dos atores sociais e do tempo, é necessário analisar, neste estudo, a inserção camponesa num contexto de modernização. Para isto, partimos do modelo de modernização "conservadora" adotado no País nas duas últimas décadas, pelo qual pretendia-se diminuir as importações e ampliar o mercado nacional, incorporando mais estreitamente a agricultura ao complexo industrial emergente, tanto como consumidora dos novos meios de produção, quanto como produtora de matéria-prima.<sup>(6)</sup> A efe

---

(6) O modelo de modernização adotado, associado ao mercado internacional, respaldou-se na preocupação da oligarquia rural com a multiplicação dos conflitos sociais no campo e em diferentes setores do capital urbano, interessados em ampliar seus raios de ação. Este modelo foi estimulado por preços internacionais favoráveis, pela disponibilidade do pacote tecnológico denominado "REVOLUÇÃO VERDE" e por uma coligação de forças suficientemente forte para inibir oposições às mudanças, cujo interesse principal estava na dinamização da agricultura através da transformação da estrutura de produção e rentabilidade, sem, no entanto, alterar o sistema de posse e uso da terra (Cf. Martine, 1978).

tivação do modelo se deu através de políticas públicas de geração, difusão e financiamento de progresso técnico para a agricultura, sob a direção de setores da sociedade urbana, nacional e transnacional, tendo como principal instrumento viabilizador o crédito rural, substituto de antigas fontes financiadoras e meio de articulação entre grandes proprietários rurais, diferentes tipos de capital e o Estado. Enfim, articulador dos interesses rurais e urbanos no projeto de modernização.

Esse projeto de modernização da agricultura, no entanto, ao mesmo tempo em que desempenha o papel que lhe era atribuído, semeia contradições em diversos terrenos da sociedade:

"(...) a recente modernização da agricultura brasileira acentua as marcas contraditórias do desenvolvimento capitalista, como por exemplo, ao produzir simultaneamente riqueza e miséria, ao conjugar uma grande capacidade de se modernizar com a manutenção de agudas desigualdades ao nível tecnológico entre regiões e produtos, ao exibir modernas relações de trabalho acopladas com a extensão ilegal da jornada de trabalho em todas as regiões do país" (Silva e Kageyama, 1983:1).

As expressões dessa modernização desigual e con

tradiçãõ demonstram que as transformações da agricultura brasileira nas duas últimas dẽcadas, atingem todo o Paĩs, mas concentram-se regionalmente, beneficiando o Centro-Sul, especialmente Sãõ Paulo (Cf. Kageyama, 1986). A nĩvel de cada Estado, atendẽm tambẽm à lõgica de concentraçãõ em áreas, grupos de produtores, produtos de exportaçãõ e matẽria-prima para as agroindũstrias. Nesse sentido buscamos neste estudo compreender a agricultura sergipana sob o impacto do modelo modernizador. Para isto, traçamos aqui um rãpido perfil das transformações ocorridas no setor agrĩcola nas duas últimas dẽcadas, incorporando a estas a permeabilidade das relações sociais, tecidas entre os diferentes grupos sociais, destacando aquelas travadas pelos grupos que estudamos.

Em Sergipe, à semelhança da modernizaçãõ desigual predominante no Paĩs, sãõ envolvidos grupos distintos de produtores: os grandes – que sãõ excepcionalmente sãõ apenas proprietãrios de terra – e os camponeses, que produzem culturas destinadas à agroindũstria (laranja, maracujã e arroz). Apesar de terem sido estes os grupos diretamente envolvidos na modernizaçãõ, devemos romper com a dicotomia que usualmente se estabelece no estudo da modernizaçãõ camponesa – entre produtores tecnificados e tradicionais – que exclui os que nãõ foram atingidos diretamente pela açãõ modernizadora. Estes, por diferentes mediações, terminam por

incorporar componentes dessa modernização à prática, seja para consolidar a sua "condição camponesa", seja para evitar a ameaça de proletarização.

Segundo o zoneamento geral do Estado, na região do Baixo São Francisco, os camponeses desenvolviam tradicionalmente um sistema de produção de arroz com base na relação de parceria, às margens do rio, de acordo com as enchentes e vazantes. Com a construção da barragem de Sobradinho, este sistema de produção foi inviabilizado pela regularidade do nível do rio. O Estado, através da Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, desapropria os camponeses e, no início de 70, implanta uma infraestrutura de irrigação com módulos de 4 ha, contemplando o assentamento de apenas parte dos desapropriados. Os excluídos desenvolvem outras estratégias de sobrevivência, sendo as mais comuns o assalariamento e a migração. Neste processo, uma parcela do campesinato foi incorporada a um sistema de produção moderno, enquanto que outra parcela proletarizou-se.

Por outro lado, como em outros Estados nordestinos, a cultura da cana-de-açúcar, desenvolvida por grupos empresariais - com grande volume de capital, razoável padrão tecnológico e fortes subsídios - avançou sobre as regiões de Tabuleiros, inclusive sobre áreas de propriedades

camponesas, extinguindo antigas relações de trabalho (mora da, arrendamento) e generalizando o trabalho assalariado. Ainda no elenco de privilegiamento da classe dominante, os grandes proprietários da região semi-árida obtiveram crédito especial para aumento do rebanho bovino, da área e melhoria do nível tecnológico. Os incentivos eram originários de linhas de crédito subsidiado e do PROTERRA<sup>(7)</sup>.

Inicialmente, o PROTERRA incluía proposta de reforma agrária, mas capturado pela oligarquia rural passa a atender aos seus interesses, consolidando-se como um programa de modernização e capitalização das grandes propriedades em detrimento da distribuição de terra aos camponeses, originalmente público-meta, que tiveram suas condições de trabalho e de reprodução alteradas. Esse fenômeno é constatado em Sergipe, principalmente na região semi-árida, onde no período 75/80 a área de pastagem plantada passa de 609.277 ha para 815.000 ha, o que significa um aumento de área de 25% em cinco anos.<sup>(8)</sup>

A tendência à concentração fundiária persiste,<sup>(9)</sup>

(7) Projeto formulado para amenizar a situação agrária do Norte-Nordeste face à situação de miséria constatada pelo Governo nas "frentes de trabalho" no período da seca de 1970 (Cf. Sales, 1982).

(8) Estatística da Agropecuária Sergipana - SAGRI. Nº 1, 1985. pp. 77.

(9) O Anuário Estatístico de SE registra que, de um total de 95.832 estabelecimentos agrícolas, as propriedades com mais de 100 ha representam apenas 4% dos estabelecimentos e ocupam 59% da área agricultável. Os estabelecimentos com menos de 100 ha somam 76% do total e dispõem apenas de 9% da área.

como discutido por Martine e Berkow:

"(...) Os instrumentos e a forma de implementação da modernização agrícola proporcionaram claramente uma elevação na escala de produção e/ou uma majoração do preço da terra, que redundaram no aumento do grau de concentração da propriedade da terra (...). A modernização agrícola e suas sequelas terminaram por reduzir drasticamente o acesso à terra pela pequena produção" (1987:36).

O processo de pecuarização desarticulou relações tradicionais de produção (arrendamento, parceria) que garantiam aos camponeses cultivar produtos de subsistência (milho, feijão e algodão) no interior das grandes propriedades, restringindo-lhes o acesso à terra e deslocando as lavouras de subsistência para áreas de baixa fertilidade. Isto ocasionou a diminuição da produção de alimentos no Estado e a redução do número de arrendatários. Estes, no período 70/80, passam de 11.922 para 5.229. (10)

A limitação do espaço físico e social dos camponeses aprofundou a sua diferenciação interna, pressionando-os a recorrer a diferentes estratégias de sobrevivência, como: assalariamento, migração, empreitas e, para aqueles que possuíam pequenas áreas, a intensificação de sua explo

---

(10) Estatística da Agropecuária Sergipana - SAGRI. Nº 1, 1985. pp. 77.

ração. Parte da família camponesa se vê obrigada a recorrer ao assalariamento para complementar o orçamento familiar. O assalariamento desses trabalhadores tem novo conteúdo. Assalariam-se temporariamente e perambulam boa parte do ano à procura de trabalho nos grandes estabelecimentos agrícolas. (Veja-se o caso de Jabiberi, no Capítulo II).

Na região Centro-Sul do Estado encontramos a manifestação mais característica da modernização camponesa, tanto em relação à maior quantidade de camponeses envolvidos, quanto na área alcançada através das ações desenvolvidas pelo Projeto Especial POLONORDESTE. (Veja-se o caso de Piauí, no Capítulo III). Os camponeses de Piauí são colocados em relação direta com os estímulos modernizantes ao cultivo dos citros, face às diretrizes nacionais, aproveitando a demanda evidenciada no mercado americano e europeu, em decorrência de problemas fitossanitários e climáticos nos seus pomares (Cf. Wanderley, 1988 - a).

Nessa região, o Estado monta um sólido aparato institucional para incentivar a produção daquelas culturas especiais, subsidiando a ampliação de áreas nas propriedades camponesas e, conseqüentemente, minando o sistema tradicional de policultura. A produção para auto-consumo dá lugar à produção para exportação e para um promissor mercado "in natura". Um centro de pesquisas é implantado - Es

tação Experimental de Boquim - para pesquisar citros, produzindo um conhecimento a ser veiculado pelo sistema de assistência técnica e extensão rural, expressos na utilização de material genético superior, planejamento dos pomares, uso de fertilizantes, controle de pragas e mecanização (Cf. Lopes, 1989).

Também teve peso significativo na expansão da citricultura a atuação de Cooperativas alcançando quase 10.000 ha, via projeto de colonização e assistência técnica (Cf. Lopes, 1989).

Estruturadas as bases da produção de citros na região, implantam-se dentro da área produtora duas agroindústrias com incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A Frutos do Nordeste S/A - FRUTENE e a Frutos Tropicais, que dividem entre si o mercado externo de suco concentrado, processando em média 50% de toda laranja produzida no Estado (Wanderley, 1988).

O centro da região citrícola foge à regra quanto ao crescente processo de pecuarização do Estado. A citricultura expande-se, assim, sobre zona tradicionalmente de pecuária, promovendo a substituição tanto de cultivos de subsistência quanto de capim<sup>(11)</sup> (Cf. Figueiredo & Andrade, 1980).

(11) Esse processo é constatado principalmente na região de Boquim, principal município produtor de laranjas do Estado.

Como ocorreu no País como um todo, a política de privilegiamento de culturas dinâmicas gerou a redução da produção de alimentos (feijão, mandioca, milho, arroz) necessários à sobrevivência dos estratos de baixa renda. Isso repercutiu na espiral inflacionária, pressionando o governo a incentivar através de crédito rural a produção de alimentos, entre os anos 1979/1980. Como reflexo, as lavouras voltadas ao abastecimento interno passam a liderar a ampliação de áreas plantadas no País (Cf. Ribeiro, 1988).

No entanto, os segmentos representativos das culturas dinâmicas e do Prô-Álcool pressionam o governo em todo o País a destinar-lhes maiores incentivos (Cf. Ribeiro, 1988), ocasionando, assim, a relegação da produção de alimentos mais uma vez a um plano secundário. Isto se reflete no acesso à terra, crescentemente valorizada pelos investimentos públicos; na concentração de crédito rural a uma minoria de produtores; e no acesso a tecnologias geradas nas instituições governamentais.

Assim, a menor disponibilidade de subsídios e as oscilações no preço da laranja e do maracujá levam os produtores a diversificar a produção. As lavouras de subsistência ganham terreno nas pequenas propriedades sem, no entanto, abalar a expansão citrícola, que se dá via expansão de área.

A modernização se desenvolve, ampliando o mercado para os produtos industriais, privilegiando culturas que têm relação com o mercado externo e são fonte de geração de divisas. Como resultado, mantém a classe dos grandes proprietários, tanto pelos incentivos financeiros, como pela garantia de força de trabalho, ampliada pela expropriação camponesa. Mas este processo não é linear, e à medida que não consegue absorver a mão-de-obra disponível, gera nas franjas das propriedades modernas, verdadeiros aglomerados humanos nas mais ínfimas condições de miséria, áreas potenciais de grandes conflitos sociais, como observado por Silva (1987).

Apesar do impacto da ação modernizante no Centro-Sul do Estado de Sergipe, apenas 19% dos camponeses de Piauí aderem ao cultivo de citros, numa região excessivamente fragmentada, onde o tamanho das propriedades é um fator limitante. Além do mais, aderir aos cultivos estimularia contribuir para o rompimento de um sólido sistema de produção baseado no equilíbrio entre compra/venda, expressão da relação consumo/produção e, também, de um sistema de ajuda mútua para beneficiamento da principal cultura da área, o fumo. Enfim, a incorporação dos produtos "dinâmicos" implicaria o rompimento de estruturas econômicas e culturais há muitos anos exercitadas com respostas satisfatórias.

O fato de estarem na mesma região dos pequenos produtores que se tecnificavam, garantiu aos camponeses de Piauí o acesso aos serviços de infra-estrutura (escolas, estradas, posto de saúde); crédito e assistência técnica. Entretanto, a sua integração ao complexo agroindustrial de ve-se à produção de outras culturas, como por exemplo, fu mo e mandioca.

Analisar a relação reprodução camponesa e moder nização nos casos estudados nos leva a questionar: Que ele mentos possibilitam e limitam experiências tão diferencia das que conduzem a profundas alterações na relação de 'su bordinação a que estão submetidos? Para discutir essa ques tão, partimos da idéia de que as experiências que os gru pos trazem se refletem na sua organização social, como se rã discutido na Parte II desta dissertação.

Produzir no interior de grandes propriedades, no sistema de arrendamento/parceria ou produzir na área de propriedade familiar, leva a uma apropriação diferenciada dos frutos do trabalho e ao estabelecimento de relaçõ es específicas entre a unidade de produção camponesa e a so ci edade como um todo. Tudo isto passa pelas formas de acesso desses grupos aos meios de produção e condições téc nica s de produção que definem seu grau de "autonomia rela tiva", isto porque sua reprodução é permeada pela subordi

nação, como assinala Shanin (1980). Nos casos estudados, ter acesso à terra é a condição mínima ao exercício da "autonomia". O contrário, é a negação da "condição camponesa" e conduz à acentuação do processo de subordinação a que estão submetidos os camponeses de Jabiberi.

Dando prosseguimento ao estilo de modernização adotado no País nas últimas décadas, o Governo do Estado de Sergipe, no período 82/87 implanta um conjunto de ações no meio rural para combater os efeitos da seca e gerar polos de desenvolvimento. As ações compõem o Projeto Chapéu de Couro que garante a implantação de cinco projetos de irrigação, dois dos quais atingindo os grupos camponeses de Piauí e Jabiberi, como será destacado na Parte II, após análise da experiência anterior a esse Projeto.

As duas situações delimitadas para estudo são exemplos típicos de camponeses que tiveram suas condições de reprodução social alteradas diferentemente, pela modernização, levando-os a desenvolverem estratégias de sobrevivência e resistência que influenciam na sua maior ou menor autonomia, no interior da parcela.

Assim, a partir dos limites e possibilidades impostas à sua reprodução, enquanto camponeses, vejamos como concretamente se expressa a modernização no contexto estudado nos capítulos seguintes.

## **CAPÍTULO II**

### **AS CONDIÇÕES DE ACESSO À TERRA E AS CRESCENTES**

#### **DIFICULDADES DE REPRODUÇÃO SOCIAL:**

##### **O CASO JABIBERI**

No Capítulo anterior, analisamos o modelo da modernização adotado no País e os seus impactos sobre a agricultura camponesa no Estado de Sergipe. Neste Capítulo nos deteremos nos reflexos dessa modernização na organização da produção camponesa, "locus" de reprodução social dos grupos estudados.

#### **2.1 - A TERRA: "Cada Vez Mais Foi Ficando Pouca"**

Para os camponeses, o controle e o uso da terra representam mais do que a base material de sobrevivência. Além de prover o necessário à reprodução das condições de produção e do grupo familiar, a terra garante o exercício de um projeto de "autonomia relativa", a nível do processo imediato de produção, como expresso nas palavras de um cam

ponês:

"A gente da roça tá mais preocupado em ter sua terra, sua casa; seu trabalho e o seu jeito. Quer ser independente. (...). Independente é a pessoa viver por sua, conta, em sua terra. Às vezes a gente trabalha mais, quando quer trabalha menos, quando não quer trabalhar pãra um pouco, descansa. Ninguém manda na gente. Não tá pensando em amanhã chegar um dia de feira, às vezes não ganhou essa semana e não tem nada. A gente tando na roça às vezes vende e passa um mês e não se aperta, dependendo da produção que dê. (...)" (F. A., 37 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto).

A posse e o uso da terra asseguram a reprodução da unidade de produção e consumo, através da relação direta entre o produtor e os meios de produção, garantindo um espaço interno para a manutenção de certas tradições, do saber acumulado culturalmente, da religiosidade, de uma relação específica com a natureza e uma organização do trabalho com características próprias. Deriva daí, a concepção não mercantil e utilitária da terra.

A memória social registra que, antes das políticas públicas de incentivo à atividade pecuária, o mercado de terras era fraco, mas as terras já eram concentradas. As estratégias usuais para efetivação de compras de terras pelos camponeses eram as economias da produção da pequena propriedade, o trabalho assalariado e a venda de pequenos

animais na feira semanal. Tudo isto numa época em que as grandes propriedades não eram exploradas intensivamente.

Um camponês, pequeno proprietário, reconstitui a compra da propriedade da família:

"Meu pai foi trabalhando, era pobre, ganhador da roça, agora era sabido (...). Porque naquele tempo a terra era solta<sup>(12)</sup>, não é como agora, porque a turma não ligava, tinha muita terra (...). A senhora passa hoje em um beco e vê as cercas apertadas, antigamente era 20, 30 metros de distância, chamava beco, era largo, a turma não esquentava por terra, hoje em dia compra a propriedade e arranca a cerca lá, pra botar aqui, pra render mais a terra, sei lá se é gula, é o tempo, né? Meu pai mesmo comprou terra por dois conto, o velho era ganhador, o que ganhava ele juntava em casa, dentro de um baú, enrolado num plástico. Quando foi um dia, nós tava tudo trabalhando na roça, colhendo mandioca e o vêio soube de um terreno pra vender, correu, chegou aqui e falou: é meu. Naquele tempo a palavra era o documento". (M. A. 40 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 3 ha fora da Área do Projeto).

Para os camponeses de Jabiberi, a relação com a terra se dá como discutido por Soares:

(12) Terra solta é a denominação dada pelos camponeses à terra não explorada, existente em grande quantidade na região e sem muito valor no início da década de 60, antes do processo de pecuarização.

"A relação com a terra em que esta é pensada e empregada estritamente enquanto um valor de uso, meio de produção e matéria-prima, nunca valor de troca, quer dizer, jamais enquanto bem passível de comercialização, constituiria uma espécie de marca registrada do campesinato, expressiva de sua lógica econômica singular" (1981:223).

Assim, face às possibilidades que assegura, dispor de terra, além de garantir a sobrevivência, é sinônimo de "liberdade" e "autonomia", contrastando com a sujeição a que se submetem os trabalhadores assalariados que não controlam nenhum meio de produção e não têm outra alternativa a não ser vender a sua força de trabalho.

No grupo camponês estudado, a terra era objeto de reivindicação contínua, expressa através da luta pela sua conquista e preservação, como também pela manutenção das condições de trabalho e vida, num contexto crescentemente desfavorável aos camponeses. Vejamos por quê: No contexto da modernização "conservadora", a reprodução social dos camponeses de Jabiberi foi comprometida pela dificuldade de acesso à terra de trabalho, quando as políticas públicas de modernização, atendendo aos interesses dos grandes proprietários peçuaristas incentivaram a concentração fundiária e desestruturaram relações tradicionais de produção, causando a redução das áreas arrendadas pelos campones

ses no interior das grandes propriedades e deslocando a produção camponesa para áreas marginais na dependência de vínculos específicos do proprietário com o camponês (compadrio, parentesco), reforçando as relações de dependência com o poder local.

Com essas mudanças, o requisito essencial ao exercício da "condição camponesa" - o acesso e o uso da terra - foi abalado pela redução de áreas, levando os camponeses proprietários à intensificação da exploração das suas pequenas parcelas e à ampliação da dependência ao assalariamento nas grandes propriedades, apesar da representação negativa que tinham dessa condição.

Nesse quadro, 55% dos entrevistados, viviam da exploração da pequena propriedade (36% das quais, menores de 1 ha) e complementavam a atividade agrícola com arrendamento de pequenas áreas nas grandes propriedades; 36% passaram a depender totalmente do assalariamento e 9% alternavam assalariamento e comércio.

As mudanças causadas pela desestruturação das relações tradicionais de produção introduziram transformações na unidade de produção e consumo. A pequena propriedade camponesa passou a ser, para alguns membros da família, uma unidade apenas de consumo, já que parte importante do

necessário à sua reprodução estava sendo obtido por outras vias, que não a sua exploração, o que, por sua vez, comprometeu a reprodução da unidade de produção familiar.

Tudo isso levou ao aprofundamento da diferenciação social dos camponeses pela diversidade de relações sociais buscadas para assegurar a sobrevivência. Para eles a relação com a terra passou a constituir elemento de diferenciação social, reconstituída através de categorias simbólicas que representam a sua compreensão da prática.

Os camponeses que possuíam pequenas áreas de terra eram tidos como "remediados" em contraste, aos que, sem terra, dependiam do arrendamento, os "fracos". Quem dependesse totalmente do assalariamento era "cativo". A denominação "rico" era usada para os grandes proprietários pecuaristas, que tanto tinham terra quanto gado, e não residiam na localidade.

A relação que os camponeses tinham com a terra, sofreu profundas transformações como efeito do rápido processo de expansão pecuária. No entanto, tal tendência, apesar de expropriar grande número de camponeses na área, nem sempre se traduziu na completa e irremediável expropriação do conjunto camponês, o que indica a possibilidade de desenvolvimento desigual, descontínuo e contraditório

no processo mais amplo da expansão capitalista, em íntima vinculação com a situação conjuntural.

## 2.2 - ORGANIZAÇÃO INTERNA DA PRODUÇÃO

Como visto, na década de 70, as políticas públicas de modernização se traduzem em pressões externas sobre as condições de reprodução dos camponeses de Jabiberi, condicionando-os a uma organização do trabalho que procurava assegurar a continuidade do grupo familiar.

Assim, a família que tinha controle sobre uma parcela de terra, desenvolvia um sistema de produção baseado no trabalho de seus membros. O pai era responsável pela programação e realização das atividades. Efetuava a divisão do trabalho entre os filhos, controlava as tarefas, decidia os tipos de cultivos, orientava as práticas agrícolas, organizava a colheita e a distribuição entre consumo e venda.

Os camponeses afirmam como se dava a organização do trabalho:

*"Nós fazia a programação, era a família que fazia com o controle do pai. O tempo de roçar, programava pa*

na o mês, todo mundo ia, depois coivarar, choveu vamos plantar e assim quem determinava era n<sup>o</sup>s mesmos, era a família que programava a época, o tempo, os dias". (M. A. 45 anos, Assentado em 2,5 ha no Projeto).

"Cada agricultor ele mesmo se decidia, ele plantava o que queria, o que gostava mais, nunca teve uma divisão, uma solução por alguém, e sim, cada um plantava o que mais gostava". (M.A.S. 45 anos, Assentado em 2,8 ha no Projeto).

A agricultura distribuía-se ao longo do ano, numa programação determinada pelas condições climáticas, disponibilidade de terra e divisão do trabalho, de acordo com sexo e idade. O pai introduzia as crianças nas atividades produtivas conforme os relatos:

"Meu pai ensinou n<sup>o</sup>s na roça. Quando tinha muito serviço ele levava n<sup>o</sup>s pra roça, quem tava grandinho, ele dava uma enxadinha a cada quem, quando n<sup>o</sup>s queria trabalhar, trabalhava, quando não, estava sentado na roça mais ele, quando dava coragem tornava a trabalhar e nisso a gente aprendeu". (J.C.D. 43 anos, 2,4 ha no Projeto e Pequeno Proprietário de 25 ha em outra área).

"N<sup>o</sup>s aprendia no dia-a-dia com o pai da gente, o que ele sabia ele transmitia pra gente e a gente com as orientações e as atividades aprendia, copiava e aplicava aquilo que os aprendizes fazem e até hoje a gente utiliza muitas coisas ensinadas pelos nossos pais". (J.A. 45 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário

rio de 27 ha em outra área).

A unidade camponesa era considerada como a escola pela qual todos os filhos teriam que passar, escola com caráter diversificado daquela onde se aprende a ler e a escrever. Ali, a prática era resultante de um processo de acumulação cultural tendo como resultado concreto a produção de bens e do conhecimento que dava suporte à reprodução social dos camponeses.

O trabalho feminino estava presente em todas as atividades em Jabiberi; no entanto, informações prestadas pelos homens e pelas mulheres em relação ao seu próprio trabalho são contraditórias. Os homens afirmam que as mulheres realizavam os trabalhos mais leves, como: cozinhar, cuidar dos pequenos animais e educar os filhos. As mulheres afirmam que tudo isto estava sob sua responsabilidade e ainda mais o trabalho da roça e o artesanato, pois as condições materiais nunca permitiram que o seu trabalho se limitasse ao estipulado pelos valores expressos pelos homens. Para os homens, reconhecer a atuação das mulheres nas mesmas atividades que desempenhavam, punha em risco uma responsabilidade que lhes era atribuída socialmente, ou seja, suprir as necessidades de consumo do grupo familiar. Nesse processo de ausência de reconhecimento do papel que desempenhava se criava uma situação favorável à exploração

da mulher, face às dificuldades de manutenção dos padrões de subsistência, baseada na divisão tradicional do trabalho.

O trabalho era realizado com instrumentos rudimentares, limitando-se à enxada e ao cavador.

"Porque naquele tempo ninguém tinha dinheiro pra pagar um trator, nem trator tinha aqui, nós limpava de enxada, quando nós plantava que o mato saía". (J.E.G. 44 anos, Assentado em 2,5 ha na Área do Projeto).

Nestas circunstâncias, o trabalho era considerado muito pesado, pelo esforço que os camponeses despendiam para compensar a falta de recursos tecnológicos e as jornadas eram consideradas maiores, como afirma este depoimento:

"O horário de trabalho, nós trabalhadores rurais não tinha horário, é o nascer do sol e o se pôr do sol, não teve esse negócio de se levantar e ir pra roça oito horas, nem voltar meio-dia não, nosso horário é o sair do sol, vir comer às pressas, muitos levam comida pra roça e volta de noite, quando não vê o chão. O trabalhador rural aqui, nasce e se cria nesse clima de trabalhar as doze horas do dia. Isso não é ignorado". (P.S. 63 anos, Assentado em 2,4 ha na Área do Projeto).

As condições técnicas de produção vão se modifi

cando, à medida que a terra, o principal meio de produção camponês, se tornou escassa. Os camponeses tenderam a in tensificar a exploração das terras a que tinham acesso, abandonando a tradicional prática de rotação utilizada, no sistema de arrendamento. Assim, a mesma parcela passou a ser cultivada ano após ano. Esta situação, associada à au sência de práticas de conservação de solos, impôs o problema da redução da fertilidade. Para amenizá-lo, os campones utilizavam esterco de gado para aumentar a produtivida de. A incidência de pragas era rara, mas quando ocorria, era utilizado o veneno que encontrassem no mercado local. Até 1982 não se registrava entre os camponeses a utiliza ção de crédito rural e assistência técnica em Jabiberi.

As sementes para utilização nos próximos culti vos e para o consumo eram armazenadas segundo os seguintes procedimentos:

"As sementes nós guardava areadas com areia, se mente de milho, fava, feijão, todas as sementes que se uti lizava na ~~terra~~, menos a mandioca; a mandioca a gente cor ta pra plantar ou guardar, depois corta pra não deixar ela choçando. Já com as outras sementes a gente guardava. Na fava usava o mercúrio vindo de Portugal, era o formol que imunizava os grãos, mas na maioria das sementes não usava isso, fazia um caixote grande de madeira e colocava na areia uma parte dos grãos, outra de areia, outra de grãos, e assim, armazenava as sementes para o consumo e plantio". (J.A. 45 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto e Pe

queno Proprietário de 27 ha fora da Área do Projeto).

As pressões externas impostas e a resistência dos camponeses ao processo de expropriação acentuaram a diferenciação interna do grupo. A proletarização, a intensificação da exploração da pequena propriedade e a mesclagem de atividades num mesmo grupo familiar, são algumas das expressões desse processo. Aqui, é necessário analisar a dinâmica interna dessas condições, como suporte elementar à sua compreensão.

Em Jabiberi, os camponeses que tinham a posse e uso da terra, face às pressões externas, acentuaram sua auto-exploração ao nível do processo imediato de produção, obtendo apenas o valor da força de trabalho estritamente necessário à sobrevivência humana. A condição da sua exploração estava no processo mesmo de produção, e na circulação dos bens onde, através de trocas desiguais, via mercado, transferia seu "excedente" para a sociedade. Assim, se reproduzia a si mesmo como explorado (Cf. Bartra, 1979).

Para analisar a organização interna da produção camponesa, ressaltando a sua especificidade quando comparada à capitalista e compreendendo-a como o espaço, ainda que relativo, do exercício da "autonomia", nos apoiamos teoricamente nas diferenças que Pinto (1981: 5-9) estabelece entre a economia camponesa e de mercado, a partir da

leitura de Chayanov e Tepicht.

A unidade de produção camponesa está orientada para garantir, prioritariamente, a sobrevivência do grupo familiar e a reprodução da própria unidade de produção. Esta não se limita apenas à reprodução de uma forma produtiva, mas à garantia também de padrões culturais e de uma relação especial com a natureza. No seu interior são produzidos gêneros que atendem às necessidades de auto-consumo e às exigências do mercado local, valores de uso que, comercializados fornecem os meios monetários essenciais à compra de outros valores de uso que não são produzidos na unidade camponesa. A força de trabalho utilizada, geralmente se restringe aos membros da família, mesmo que, temporariamente, use mão-de-obra assalariada, complementar à familiar, em períodos de intensificação do trabalho.

Ainda que condicionados à escassez de áreas para plantar, podemos afirmar que o auto-consumo influenciava nas decisões da esfera produtiva, já que os camponeses tinham certa "autonomia" sobre o processo de trabalho e eram totalmente independentes em relação ao mercado de dinheiro e insumos. Apesar dessa "autonomia", os camponeses ao se referirem ao trabalho, expressam o quanto ele era árduo, desgastante, sem o retorno material equivalente. Mas feito dentro da liberdade que circunscreve o cotidiano

camponês, de trabalhar num ritmo conveniente e, segundo uma lógica específica.

A unidade camponesa comporta uma variedade de atividades relacionadas entre si, diretamente produtivas ou não, como: consórcio de cultivos, criação de pequenos animais, artesanato, caça, pesca, pequenos negócios, venda de força de trabalho, entre outros. Vários elementos são articulados para garantir a sobrevivência.

Dos produtos cultivados em Jabiberi os consórcios se davam entre mandioca (para transformação em farinha) e milho, feijão e fava, segundo a época:

*"Eu vivia trabalhando como eu vivo agora, nós plantava mandioca, milho, naquele inverno, naquela data certa e nós tinha aquela farinha certa pra passar o ano, aquele milho que nós colhia, aquele feijão, nós guardava pra passar o ano, se faltasse era coisa pouca". (J.C.D. 45 anos, 2,4 ha na Área do Projeto e 25 ha em outra área).*

Cada um destes produtos tinha processo distinto, orientação econômica diferente e relação específica com o mercado, através de ciclos produtivos que combinavam, de formas variadas, os recursos naturais, os meios de produção e o trabalho familiar.

Outros produtos complementavam a dieta básica da

família, como: batata, quiabo, macaxeira, maxixe, goiaba, manga, jaca, cáju, jerimum, etc. Alguns animais também eram criados. O gado, para assegurar o leite das crianças, e os animais de pequeno porte, como suínos, caprinos e aves que constituíam o chamado "fundo de reserva"<sup>(13)</sup> para eventuais necessidades. A pesca e a caça eram atividades que subsidiavam a alimentação, mas tinham o sentido de lazer.

Para estudar a organização interna das unidades produtivas em Jabiberi, nos apoiamos no ciclo de produção da mandioca, considerando que o seu cultivo tem grande importância nessa comunidade.

### 2.2.1 - O Ano Agrícola: A Mandioca: "prá comer e vender"

Todas as unidades de produção em Jabiberi giravam em torno da cultura da mandioca, que em maior ou menor quantidade era cultivada pela família. Transformada em farinha, era o produto presente em todas as refeições e tam

(13) Denominamos aqui de "fundo de reserva" as economias, as reservas da família (expressas em dinheiro, animais e produtos) que estão acima do necessário à reprodução da unidade de produção e consumo, e que sob a decisão da família podem ser destinadas a atividades econômicas, sociais e culturais, que preservam a condição camponesa. Constituindo os fundos essenciais à manutenção dos camponeses, que são: Fundo de Manutenção, Fundo de Cerimonial e Fundo de Aluguel (Wolf, 1976).

bem o produto comercializado por todos na feira semanal do povoado. Não produzir mandioca o suficiente para a alimentação da família durante o ano e ter que suprir a necessidade através de sua compra, era motivo de vergonha e de demonstração, ao domínio público, da incapacidade de auto-sustento. Tal a importância da mandioca em Jabiberi que o seu ciclo de produção era referência para o ano agrícola, sendo o produto que melhor representava a unidade produção/consumo e a divisão do trabalho no seu interior, como demonstra o Quadro II referente ao ano agrícola.

A transformação da mandioca em farinha se dava do 12º ao 18º mês de maturação em casas de farinha de camponeses dali mesmo. Essas casas existiam em pequeno número e funcionavam a motor a óleo. Quem utilizasse a casa de farinha pagava 10% do total de farinha produzida ao dono da casa de farinha. O processo de transformação da mandioca em farinha envolvia toda a família e, se houvesse necessidade, se contratava um diarista. Ali não se dava a troca de dia ou o mutirão, tão comuns em outras regiões do Estado. Havia uma divisão do trabalho bem clara nesta atividade. As mulheres raspavam, cevavam (ralar) e passavam a massa na peneira. Os homens prensavam e na maioria das vezes torravam. Algumas mulheres também torravam a farinha, mas isso era motivo de grande admiração por ser considerada uma tarefa masculina. As crianças raspavam e tomavam conta dos irmãos menores.

QUADRO II  
O ANO AGRÍCOLA EM JABIBERI

Meses	Atividades	Divisão do Trabalho
<b><u>Inverno</u></b>		
Abr. Mai.	Após as primeiras chuvas são feitos os plantios de: milho, fava, feijão, mandioca, etc.  Limpa e tratos culturais dos plantios.	Toda a família trabalhava no plantio. Ocasionalmente contratavam trabalhadores.  Apenas os homens trabalhavam.
<b><u>Verão</u></b>		
Jun. Jul.	Colheitas do milho, feijão e fava para comer, vender, guardar.  Limpa e tratos culturais.	Toda a família trabalhava. Ocasionalmente contratavam trabalhadores.  Apenas os homens trabalhavam.
Ago.Set.Out.	Venda de dia de serviço nas grandes propriedades. Descansando do trabalho do inverno. Colheita da mandioca plantada no ano anterior. Farinhadas (raspa, ralagem, secagem e torragem)	Homens. A família.  A família. A família e ocasionalmente contratavam trabalhadores.
Out.Nov.Dez.	Venda de dia de serviço nas grandes propriedades. Farinhadas.	Homens. A família e ocasionalmente contratavam trabalhadores.
Fev. Mar.	Roçar, queimar e aguardar as primeiras chuvas do ano para iniciar os cultivos.	Apenas os homens.

**Observação:** As atividades assim expostas são desenvolvidas em anos sem seca. Não são excludentes e têm um movimento que a sistematização por escrito esconde. Exemplo: Numa mesma semana o homem pode trabalhar na unidade familiar, vender o dia e fazer farinha.

Toda a farinha produzida pela família era ensacada e guardada dentro de casa. A sua venda no mercado local tinha relação com a produção total da unidade produtiva. Se a safra de milho e feijão desse pra o consumo e para a venda, se aguardava melhor preço da farinha para vendê-la. Caso contrário, era vender pouco a pouco para comprar o que a família necessitasse. De qualquer forma, as unidades produtivas procuravam manter independência de endividamento, nem que para isso tivessem que complementar a receita familiar com recursos provenientes de outras fontes: (artesanalto, empreita, assalariamento, ajuda dos membros que migram).

Assim, diferentes estratégias de sobrevivência e resistência à expropriação, eram desenvolvidas como mecanismos de defesa aos impactos dos efeitos modernizadores.

### 2.3 - IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO

Com os incentivos à modernização, o mercado de terras foi ativado e os camponeses ficaram encurralados nas terras que possuíam, impossibilitados de ampliar as áreas, face os altos preços alcançados.

As estratégias tradicionalmente desenvolvidas,

não se adequavam a um novo momento e a defesa da sobrevi  
vência fazia emergir novas formas de resistência, silênci  
o sas, difusas, organizadas ou não, no interior do processo  
de produção.

Nesse contexto, o essencial era defender a conti  
nuidade da unidade de produção, que assegurava a sobrevi  
vência total ou parcial do grupo familiar. Para isto, a  
criatividade atropelava as leis de herança - que se segu  
o das estritamente, redundariam na rápida dissolução do cam  
pesinato local - e a família buscava estratégias coletivas  
e individuais que complementavam a sua reprodução (Cf., Ca  
valcanti, 1984).

De acordo com o tamanho da família, das articula  
ções com outros grupos locais, da área de terra possuída,  
conjunturalmente a família camponesa podia depender da ex  
ploração de sua própria parcela e buscar outras formas de  
complementação de sua subsistência.

Para ampliar a terra cultivada, o arrendamento  
era muito frequente e tinha duplo sentido: dispor de terra  
mais fértil e descansar a terra usada constantemente. A  
renda paga ao proprietário da terra consistia em desmatar  
o terreno para plantar produtos de subsistência e deixar o  
capim plantado para o gado do proprietário. Alguns pro  
prietários entregavam o terreno desmatado e o camponês plan

tava simultaneamente os seus produtos e o capim.

Para o grande proprietário, o arrendamento era suporte à expansão da pastagem plantada, ao mesmo tempo que expulsava força de trabalho da grande propriedade e garantia acesso ao crédito bancário. Para os camponeses, dispor de terra em um ano significava reduzir essa mesma possibilidade no próximo ano, dado o avanço do capim.

Outra estratégia muito exercitada era o assalariamento de membros da família em grandes propriedades, ou, esporadicamente, nas pequenas propriedades.. Tinha relação direta com a época de poucas atividades na unidade familiar, sendo mais frequente no verão.

Para os camponeses, recorrer ao assalariamento significava reconhecer a insuficiência da produção familiar para o próprio consumo. Era demonstrar ao domínio público a situação de privação que a família enfrentava. Era a perda total da "autonomia", cristalizada na subordinação a quem contrata o serviço e organiza o processo produtivo, além de não garantir a reprodução da família.

As transformações nas relações sociais em Jabiberi ocasionam um emaranhado de relações de produção, pela multiplicidade de formas sobre as quais se organizava o trabalho, o que faz pensar num conjunto de pequenos atos

de resistência à expropriação. Ora mantendo uma relação, ora mantendo outra, os camponeses iam traçando o perfil das suas condições de reprodução, num contexto de intensificação da pressão externa, rumo a dificuldades crescentes de consolidação da "condição camponesa".

As vicissitudes do dia-a-dia, no exercício de diferentes atividades, introduziram mudanças nas formas de organização da produção a partir da cooperação. As redes de solidariedade locais, a ajuda mútua, antes frequentemente utilizadas, são limitadas pela variedade de atividades que os camponeses foram condicionados a desenvolver.

Assim, os limites impostos ao acesso à terra e as desvantajosas condições de arrendamento e assalariamento, implicaram dificuldades crescentes para obtenção da subsistência familiar, forçando os camponeses a recorrerem a outras saídas, em reforço àquelas tradicionalmente buscadas. Para isso, a migração se formalizava como uma estratégia familiar, sem no entanto, colocar-se como irreversível. Dos entrevistados, 82% migraram, tanto para outros Estados da região Nordeste como para outras regiões do País, principalmente Sul e Sudeste. Para viabilizar esta estratégia, a família estabelecia laços com outras famílias e a migração se dava em grupos. Normalmente, migravam os filhos mais velhos, do sexo masculino. Segundo os camponeses que migraram, o objetivo era obter recursos que viabilizassem

sem melhores condições de retorno ao local de origem:

"Pensava ganhar dinheiro lá, voltar e me casar aqui, porque eu não tinha um pedaço de terra, meu pai tinha, mas eu não tinha, nós trabalhava nas terras dele". (E. S. 53 anos, Assentado em 2,0 ha na Área do Projeto).

"Eu saí daqui pra ganhar dinheiro lá e lá me empreguei e ganhei muito dinheiro, naquele tempo coisa pouca lá, aqui era muito". (J.H. 46 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 6 ha fora da Área do Projeto).

Em Jabiberi era comum uma primeira saída para o sul da Bahia; numa segunda saída é que se destinavam a São Paulo ou Paraná. Iam sempre em grupos e lá trabalhavam em grandes propriedades agrícolas ou como operários na construção civil. A volta desses camponeses tanto se dava por laços afetivos como por falta de oportunidades:

"Lá arrumei serviço, trabalhei em fábrica, de ajudante, aí vim embora porque eu trabalhava e ganhava bem, mas eu não era registrado e saí, aí não arrumei emprego igual, aí eu vim embora". (J.H. 46 anos, Assentado em 2,8 hectares na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 6 ha fora da Área do Projeto).

"Com três anos que eu tava lá, eu não aguentei, vim embora, comprei uma malhada<sup>(14)</sup> e me casei e fiquei

(14) Malhada é a área da propriedade camponesa dedicada aos cultivos de subsistência e comerciais.

por aqui". (J.A.S. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto).

Dos camponeses que migraram, 90% percorreram a trajetória campo/cidade/campo, integrando-se às unidades produtivas e continuando a desenvolver o elenco de estratégias aqui já analisadas, até que foram mais uma vez alcançados diretamente por ações modernizadoras desenvolvidas pelo Estado, conforme detalharemos na próxima parte deste estudo.

#### 2.4 - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Para interpretar a resistência cotidiana dos camponeses à subordinação imposta crescentemente deve-se considerá-las num contexto em que as forças democráticas estavam duramente reprimidas pelo golpe militar de 1964 e, os sindicatos rurais, após sofrerem interdição, surgem atrelados ao Estado, e rapidamente se tornam instituições de caráter assistencialista.

Pensar a prática cotidiana de resistência dos grupos estudados é uma tarefa árdua, por ser considerada um desvio, uma fuga em relação aos conflitos abertos que estão na ordem do dia. Por outro lado, os meios objetivos

(literatura, dados) não contribuem muito, pois há carência de referências teóricas mais férteis. Há, ainda, os limites subjetivos (preconceitos) existentes, por muitos considerarem o campesinato como uma categoria social fadada ao desaparecimento, portanto, desnecessária de ser estudada. Não obstante os limites, compreendemos que a resistência cotidiana é uma das formas de ação política exercida rotineiramente e portanto, expressão da necessidade de transformação social a partir das perspectivas do grupo camponês, sem estabelecer continuamente um conflito aberto, mas impondo limites à exploração do seu trabalho no interior da unidade produtiva.

As estratégias de sobrevivência e resistência desenvolvidas pelos grupos pesquisados, têm relação com as suas condições objetivas de organização da esfera produtiva, cultural e política, entrincheiradas simultaneamente como limites, nem sempre eficazes, à ampliação da subordinação, e como garantia das condições imediatas de sobrevivência. O que tende a influenciar na diferenciação interna do grupo camponês, segundo a sua trajetória e condições objetivas de posse e uso da terra.

A resistência se desenrola, cotidianamente, como ação que conjuga o econômico e o político, diluídos no interior da unidade produtiva, onde se procurava assegurar o necessário à reprodução do grupo familiar e às condições

de produção. Isto num processo em que o camponês controlava parcialmente os meios de produção, o que dá uma especificidade a sua forma de resistência, quando comparada à dos assalariados. Impor alterações ao processo produtivo implicaria prejuízos à própria família.

Mas, falar de resistência camponesa, traz embutida uma questão: a ação camponesa de resistência, atomizada no tempo e no espaço, se opõe a quê?

A questão de fundo é a resistência à expropriação das condições que permitem a sua reprodução enquanto camponês, num espaço ainda que limitado, de exercício de "autonomia". Essa expropriação se revela através de diversos mecanismos, que vão desde a separação total do camponês dos meios de produção até a extorsão maior de excedentes.

Porém, a resistência desenvolvida pelos camponeses não tem sempre a mesma manifestação. Nos diferentes contextos históricos em que se evidenciam, variam de acordo com as ameaças que se impõem e as condições objetivas do grupo para reagir, compondo um movimento de participação em diversos circuitos mercantis, num jogo social que, em última análise, impõe limites à homogeneização das relações capitalistas e à separação do conjunto dos camponeses

dos meios de produção, num processo que segue caminhos tor  
tuosos, que nem sempre os camponeses desejavam percorrer.

Assim, as estratégias de sobrevivência em Jabibe  
ri, combinavam diferentes relações de trabalho, desenvolvi  
das simultaneamente no interior das pequenas propriedades  
camponesas e das grandes propriedades (arrendamento, assa  
lariamento temporário). Contudo, desaguavam num único ob  
jetivo: a posse e uso da terra.

## CAPÍTULO III

### A PROPRIEDADE DA TERRA, OS PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO

#### AGRÍCOLA E SUA INFLUÊNCIA NA "AUTONOMIA"

#### CAMPONESA: O CASO PIAUÍ

##### 3.1 - A TERRA: "Sempre foi Pouca"

Em Piauí, na década de 70, as políticas públicas de modernização subsidiaram a expansão da pecuária, atendendo aos interesses dos grandes proprietários, processo semelhante ao que ocorreu em Jabiberi. No entanto, essa expansão se reflete especificamente em cada grupo camponês, pelas diferentes formas de posse e uso da terra, condicionadoras da diversidade de relações sociais sob as quais se organiza a produção e da capacidade de resistência de cada grupo às pressões externas.

Em Jabiberi, a reprodução camponesa se deu num espaço onde o deslocamento da roça no terreno arrendado tinha no seu encaço o avanço do capim, ampliando as condições de subordinação dos camponeses, alterando a relação

unidade de produção e consumo, pressionando-os à proletarização. Já em Piauí, as grandes propriedades se ampliaram sem ameaçar o espaço ocupado pelas pequenas. Destas últimas, 68% têm até 5,5 ha, 18% até 8 ha e 12% até 17 ha.

Dos camponeses entrevistados, 50% obtiveram terra por herança e conseguiram ampliá-la pela compra de outras áreas, através de diferentes estratégias. 25% dos camponeses herdaram e continuam na mesma parcela até hoje e 25% dependiam de áreas doadas ou arrendadas.

Apesar da diversidade de formas de posse e uso da terra em Piauí, a expansão da pecuária não desagrega a unidade de produção e consumo, mesmo que tenha imposto limites à sua ampliação. Aliás, a vivência desses camponeses é marcada ao mesmo tempo, pela "independência" que a terra dá, que é almejada por todos, e pela sua limitação. No interior dessa contradição, os camponeses de Piauí desenvolviam um intenso movimento de terras, que numa primeira visão questiona a concepção utilitária e não-mercantil designativa do campesinato. No entanto, a explicação desse fenômeno é que, dada a limitação de terras na área para ampliação da pequena propriedade, os camponeses compravam áreas maiores em regiões menos valorizadas, mas que eram adequadas ao cultivo dos seus produtos.

A unidade de produção e consumo é, assim, preservada e reforçada pelo equilíbrio entre o tamanho da família e os diferentes tipos de produtos cultivados (subsistência e comerciais), o tamanho da terra e as suas relações com o mercado.

A categoria que os camponeses utilizavam para se auto-denominarem era pequenos proprietários, o que significa a família ter terra e condições de explorá-la, garantindo a sua continuidade.

Enquanto pequenos proprietários, se diferenciavam pelo tamanho da terra e pelo tipo de relação que tinham com o mercado. Como em Jabiberi, distinguiam-se assim como "fracos" e "fortes" (Wortmann, 1981). O agricultor "fraco" é aquele que tinha pouca terra e vendia a produção antes de terminar a safra. O "forte" é o que tinha uma terra maior e podia esperar melhor preço para vender a safra. O "rico" tinha grandes áreas de terra, boas casas, residia na cidade e armazenava os produtos, esperando o melhor preço.

Quando comparamos a diferenciação interna dos dois grupos, Piauí e Jabiberi, concluímos que a mobilidade social em Piauí é menor, o que vem comprovar a maior estabilidade destes em relação àqueles, amparada principalmen

te pela propriedade da terra. O tamanho da terra tem importância diferente nos dois grupos. Em Piauí é compensada com a utilização de adubos, enquanto em Jabiberi não havia essa utilização, além dos terrenos serem menos propícios à agricultura. Um camponês ao se referir às pequenas áreas de Piauí, afirma: "Terra grande quem faz é o dono". (A. F. 56 anos, Pequeno Proprietário de 1 ha na Área do Projeto).

O que demonstra uma tradição no cultivo dessas áreas sem ameaçar a subsistência da família e sem a perda da "autonomia possível" tão requerida nos dois grupos.

### 3.2 - ORGANIZAÇÃO INTERNA DA PRODUÇÃO

A relação dos camponeses de Piauí com as políticas públicas de modernização, na década de 70, impõe novos termos ao debate da subordinação camponesa, neste estudo. A redefinição dos vínculos camponeses com diferentes forças sociais amplia a sua dependência a outros setores da sociedade, como comprador e vendedor de mercadorias para consumo e para incremento do processo produtivo e, também, como alvo de um conjunto de políticas públicas de modernização.

Um dos elementos decisivos nessa transação, foi

o tamanho da terra possuída pelo camponês, condicionante do acesso ao crédito e assistência técnica, em relação à capacidade de trabalho do grupo familiar.

Apesar do estreitamento da relação dos camponeses com o mercado, a "condição camponesa" em Piauí não é ameaçada e o processo de diferenciação oscila conjunturalmente, sem, no entanto, impor a proletarização.

A estabilidade alcançada por estas unidades produtivas tem relação com diferentes estratégias desencadeadas para selecionar, dentre o elenco de ações de intervenção estatal na área, aquelas que consideravam úteis aos seus interesses (Cf. Cavalcanti, 1984). Como exemplo desta seleção podemos citar a aceitação de cultivos de maracujá e laranja em 78/80, atendendo à demanda da agroindústria pernambucana e aos fartos subsídios estatais. Na primeira queda de preços destes produtos, os camponeses abandonam os seus cultivos e voltam aos já habituais, que apenas haviam sido reduzidos. Essa condição de participar com maior ou menor intensidade do mercado é traço distintivo do campesinato, da "autonomia" ou "relativa independência", como definido por Soares:

"(...). Por relativa independência se entende que seria própria e distintiva do campesinato uma certa ca

pacidade, derivada do controle que exerce sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho, e da natureza peculiar do meio de produção essencial, a terra, uma certa potencialidade sui generis de se ligar mais ou menos ao mercado, de acordo com as imposições das circunstâncias. Ao contrário do que aconteceria com a força de trabalho mercantilizada, assalariada, ou com empresas capitalistas, nada impede à família camponesa de subsistir enquanto tal, quer dizer, reproduzindo sua unidade de produção, produzindo para o próprio consumo durante um período de especial retração do mercado" (1981:205).

Em Piauí as parcelas camponesas comportavam anualmente produtos de subsistência e comerciais. A proporção de ambos na parcela variava conjuntamente, segundo a demanda do mercado, capacidade de investimento da família e avaliação da produção do ano anterior.

Os produtos de subsistência eram milho, mandioca, verduras, inhame, macaxeira, feijão, amendoim, etc. Bens de consumo, tanto para quem os produz, como para quem os compra.

Os produtos comerciais eram o fumo e a mandioca, em maior escala, e a laranja e o maracujá, em menor proporção. Produtos cujo valor de uso está no valor de troca, no

acesso que permite a outros produtos obtidos por compra a dinheiro.

Os animais eram criados em todas as parcelas. Tanto serviam para completar a dieta alimentar da família, quanto para formar o "fundo de reserva".

A organização do processo produtivo se baseava no potencial da força de trabalho da família, nos meios de produção possuídos, nos recursos tecnológicos acessíveis, na época, no mercado e nos estímulos dos projetos de desenvolvimento e da rede bancária oficial. Tudo isto, combinado, segundo uma lógica peculiar.

Para compreender essa lógica, optamos pelo estudo da organização da produção de dois produtos representativos da relação consumo e produção neste grupo: O Fumo e a Mandioca.

### 3.2.1-- O Ano Agrícola: Fumo e Mandioca "numa área de terra pequena se cria uma família"

O fumo e a mandioca são os principais produtos cultivados em Piauí há muitos anos. O primeiro, é considerado pelos camponeses como uma cultura muito trabalhosa,

que exige determinadas condições ao seu cultivo (utilização frequente de adubos, família numerosa, assalariamento), mas também muito valorizada, socialmente, pelas condições materiais que propicia a quem o produz. O seu cultivo não está diretamente relacionado à subsistência do grupo familiar, mas à formação de um "fundo de reserva" a ser utilizado nos momentos oportunos.

O cultivo da mandioca tem significado diferente. Transformada em farinha, a mandioca é o principal alimento da dieta da família. É também o produto destinado frequentemente ao mercado, como em Jabiberi, assegurando a aquisição de mercadorias não produzidas pelos camponeses. Estes dois produtos são referência para o ano agrícola em Piauí, como demonstra o Quadro III.

Como no presente, o cultivo do fumo tinha relação com o tamanho da família, com uma rede de amigos e vizinhança e com as possibilidades do camponês pagar as diaristas que trabalhavam no seu beneficiamento.

A memória social registra que há muitos anos atrás o beneficiamento de fumo se dava totalmente através de mutirões. No entanto, o processo de fragmentação das terras, ocorrido nos últimos trinta anos, impôs a ampliação do número de cultivadores de fumo, por ser esta a cultura que assegura a reprodução da família em áreas peque

QUADRO III

O ANO AGRÍCOLA EM PIAUÍ

.72

Meses	Atividades	Divisão do Trabalho
<b>Inverno</b>		
lar./Abr.	Depois das primeiras chuvas plantavam milho, verduras, amendoim, feijão, etc. Todos estes produtos eram plantados em consórcio.  O fumo armazenado aguarda preço e/ou é vendido. Limpas e Tratos Culturais.	Toda a família trabalha no plântio e assalariados.  Homens.
ai./Jun./Jul.	Plantio do fumo (sementeira e transplante) em consórcio com o Plantio da Mandioca.  Limpas e Tratos Culturais.  Início da colheita dos produtos plantados em Mar./Abr.	Toda a família trabalha, contratam assalariados e ocasionalmente contam com ajuda de vizinhos.  Homens.  Toda a família e assalariados.
<b>Verão</b>		
30./Set./Out.	Plantio Mandioca. Primeiro Corte do Fumo, Secagem das Folhas.  Beneficiamento do fumo (retirada dos talos das folhas, preparo das capas para cobrir os rolos, mergulho das folhas em água).  Confecção das cordas e formação dos rolos de fumo.  Exposição dos rolos de fumo ao sol (trabalho constante do momento que faz até o de vender, embora diminua a intensidade).  <u>Observação:</u> O processo de beneficiamento do fumo se repete em média dez vezes, com duração de um dia.	Toda a família trabalha. Homens e mulheres da família. Mulheres da família, assalariadas.  Homens da família e mutirão só de homens.  Homens.
1./Dez.	Continua colheita e corte do fumo.  Continua o beneficiamento do fumo.  Exposição de rolos de fumo ao sol.  Início das farinhadas (com a mandioca plantada no ano anterior).	A família, assalariados. A família, assalariados e mutirão.  Homens. Toda a família e ocasionalmente vizinhos.
1./Fev./Mar.	Roçar, queimar e aguardar as primeiras chuvas do ano para iniciar os cultivos.  Farinhadas.  Exposição dos rolos de fumo, feitos no ano anterior, ao sol, enquanto aguarda preço melhor.	Apenas os homens trabalham nesta atividade.  Toda a família trabalha (homens, mulheres e crianças). Ocasionalmente contam com a ajuda de vizinhos.  Homens.

nas, dificultando o beneficiamento apenas através do mutirão.<sup>(15)</sup> Isso, porque o cultivo do fumo se dá em permanente vinculação roçado/beneficiamento, onde o fumo que está no roçado é cortado até dez vezes, impondo trabalho constante até o último corte. Portanto, se a família obtivesse a totalidade do beneficiamento através de mutirão, não teria tempo para cuidar do roçado, já que passaria muitos dias devolvendo o serviço que lhe foi emprestado. Assim, a alternativa encontrada por esses camponeses foi realizar mutirão apenas para tarefas específicas, como é o caso da confecção da corda e dos rolos de fumo. Esta atividade é realizada apenas no período da tarde, o que supõe que os camponeses que vão participar do mutirão tiveram o período da manhã para cuidar das suas roças.

No beneficiamento do fumo há uma divisão do trabalho bem marcada. Como explica um camponês que beneficia va fumo na ocasião da pesquisa. "Porque pra destalar fumo a gente acha a mulher mais suficiente, é mais rápida". (J. S. 53 anos, Pequeno Proprietário de 3 ha na Área do Projeto).

É nesta atividade que se dá o assalariamento se

---

(15) Mutirão é a troca de dia de serviço efetuada entre as famílias produtoras de fumo e farinha.

gundo a lógica de que quanto maior a exploração, maiores as possibilidades de lucro. Esta exploração encontra fonte segura no trabalho feminino, pela menor remuneração paga e pelas intensas jornadas de trabalho que o beneficiamento do fumo impõe. Contudo, a disponibilidade da força de trabalho na ocasião, também influencia no seu preço.

Apenas as mulheres dos camponeses "fracos" se as salariam. No entanto, a nível das representações, este as salariamento não tem a conotação negativa que o assalaria mento masculino, por ser uma atividade contratada temporariamente por todos, até mesmo pelos camponeses mais "fracos". Representa também a defesa do trabalho da roça, já que os membros da família ficam mais livres para cuidar dos tratos culturais. Por outro lado, as atividades executadas pelas mulheres a nível dos valores existentes na comunidade, não são geradoras de valor. Segundo essa concepção, a sua saída de casa para se assalariar não implica prejuízos para a família, já que a mulher se dedica apenas às atividades domésticas na sua unidade de origem.

A participação das mulheres, componentes da unidade produtiva que beneficia o fumo, se dá na mesma atividade que contrata assalariadas. Assim, ao mesmo tempo que trabalham, fiscalizam o trabalho contratado.

Já a recompensa da força de trabalho da família

obedece a outra lógica e tem como meta principal a reprodução do grupo. Uma vez garantida esta reprodução, se atende às necessidades de cada membro da família, segundo critérios e padrões estabelecidos no seu interior. Aos membros da família, compete trabalhar nas atividades que exigem maiores cuidados, como o corte do fumo na roça e a supervisão das assalariadas.

A organização do beneficiamento do fumo, como as demais atividades agrícolas da unidade de produção, estava sob a responsabilidade do chefe da família. A ele competia calcular o número de pessoas disponíveis na família e fazer os contatos para a efetivação do mutirão e do assalariamento para suprir a mão-de-obra necessária. É ainda, responsável pelo corte das folhas de fumo na roça, pela sua exposição ao sol, transporte das mesmas até a dependência de beneficiamento, confecção dos rolos de fumo, manutenção destes rolos e contatos para a venda. Todas estas atividades contam com trabalho de outros membros da família, contudo a responsabilidade pelo bom andamento é do pai.

Além do fumo, os camponeses de Piauí atribuem muita importância ao cultivo da mandioca. A mandioca tanto pode permanecer na terra durante muito tempo, como pode ser colhida em pequenas quantidades, segundo as necessidades da família, para transformação em farinha a ser consu-

mida e vendida. O processo de transformação é o mesmo de Jabiberi, apenas com uma diferença, não conta com trabalho assalariado, mas com a ajuda dos vizinhos. Além disso, tem também o aproveitamento dos seus subprodutos (goma, casca).

Um camponês descreve o processo de produção da mandioca:

"A mandioca a gente planta ela, com um ano, dez meses, ela já dá produto, aí quer dizer que já pode botar pra casa de farinha, mas o certo são doze mês, daí pra diante. Agora aí, pega e vai fazer. A tradição é essa, quer dizer que aqui pra gente é longa essa distância, porque o fumo o sujeito faz e às vezes vai vender, às vezes não vende muito, passa de um ano pra outro, quer dizer, o fumo tem distância e a mandioca o sujeito vai vendendo, as vezes tem outros produtos que vão suprindo pra chegar aquele, então vamos controlando". (A.S. 54 anos, Pequeno Proprietário de 2,8 ha na Área do Projeto).

A distância significa a capacidade do fumo permanecer armazenado, por não ser perecível, resistindo às oscilações de preço. Contrapõe-se ao curto prazo da farinha de mandioca, que é vendida e consumida à proporção em que é produzida.

O cultivo de cada produto, por pequeno que seja, tem um significado próprio. A farinha vendida semanalmente

é o que assegura a feira da família, enquanto que a reserva de fumo se destina a necessidades maiores, a exemplo de festas, doenças, viagens, compra de terra, etc.

A programação do trabalho era determinada pela época e tipos de cultivos numa rotina que o distribuía entre os membros da família, segundo sexo e idade. As crianças iam para a escola no horário de menos trabalho, para não prejudicar a produção e manutenção da família; contudo, no período de plantio, havia grande evasão escolar, já que toda a família estava ocupada nas atividades agrícolas.

A produção devia ser suficiente para garantir o consumo alimentar da família por todo o ano, tanto pelo consumo direto como por sua venda, como também para garantir a reprodução das condições de produção, buscando-se a associação de cultivos e a sucessão dos mesmos utilizando-se a mesma terra como também discutido por Heredia(1979: 70):

Os pais eram responsáveis pela socialização do saber na família, procurando passar aos filhos o manejo dos instrumentos de trabalho e os princípios éticos e morais do grupo. O espaço para essa socialização era a unidade produtiva. Ali, o trabalho era imbuído de duplo sentido: tornar os filhos capazes profissionalmente e suprir a necessidade de mão-de-obra.

Assim, a unidade de produção em Piauí, à semelhança do que ocorria em Jabiberi, era o espaço de ensino/aprendizagem da vida agrícola e socialização da experiência acumulada. As crianças cresciam aprendendo e contribuindo para a sua própria reprodução.

Em Piauí as condições técnicas de produção eram tradicionais. Os camponeses plantavam na total dependência do clima, com instrumentos rudimentares. Nestes termos, o trabalho era considerado muito pesado, como afirma um camponês:

*"Era diferente, naquele tempo a gente não usava tração animal e hoje a gente usa, era só o braço mesmo, naquele tempo era mais diferente, hoje o negócio é mais fácil". (E.M. 60 anos, Pequeno Proprietário de 17 ha na Área do Projeto e 12 ha fora da Área do Projeto).*

Mesmo nestas condições de produção, estes camponeses têm uma longa experiência com a utilização de adubo orgânico, resultante das orientações da assistência técnica, o que lhes possibilitou produzir mais em áreas tão pequenas.

Quando comparamos a tradição do uso de adubos em Piauí com a sua não utilização em Jabiberi, vemos que esta tradição influencia na diferente apreciação que estes grupos têm em relação ao tamanho da terra para sustento da família.

mília. Esta limitação era compensada em Piauí pela adoção de procedimento técnico que estimulava a produtividade. É ilustrativo o depoimento de um técnico em relação à influência que a intervenção estatal teve em Piauí:

"Hã 14 anos, quando eu cheguei aqui, eles (os camponeses) usavam a torta de mamona. A torta de mamona não era subsidiada; com o advento, a própria extensão foi quem divulgou a utilização de fertilizantes químicos. Na época, nós tínhamos campos onde eram utilizados para fazer unidades demonstrativas, você pegava uma área de mandioca e o produtor recebia o adubo de graça, defensivo, até fosfato de sódio, que era pra demonstrar o resultado e despertar o produtor pra ele começar a usar". (Agrônomo da EMATER SE).

Estavam assim, lançadas as bases do atrelamento dos camponeses aos capitais industriais e financeiros, concretizadas pela utilização do crédito rural para aquisição de insumos orientados pela extensão rural.

Nesse processo de "modernização", o caminho normalmente seguido pelos camponeses é a substituição da produção de subsistência por produtos especializados para fazer frente aos novos custos de produção, esmagando a relação direta entre consumo e produção (Cf. Wilkinson, 1979). Apesar deste ser o percurso tendencial, devemos evitar a sua generalização. Neste sentido, Piauí é um caso que foge à tendência geral. Ali, apesar de num primeiro momento

ter havido uma adoção de produção especializada (maracujá, laranja), orientada pela assistência técnica, os camponeses se retraem posteriormente, redefinindo a sua relação com os diferentes tipos de capital, a partir dos produtos já cultivados (fumo e mandioca), conforme analisado no início deste item.

Ainda em relação à atividade agrícola em Piauí, a armazenagem dos produtos a serem consumidos, vendidos ou utilizados nos próximos cultivos era feita em sacos, guardados dentro de casa. As casas dos camponeses que plantavam fumo tinham um depósito ao lado, onde se processavam os mutirões de beneficiamento e posteriormente a sua armazenagem até a comercialização.

Os produtos de subsistência eram vendidos pela família na feira semanal do município, onde também eram adquiridos os bens de consumo a serem levados para casa. A feira representava mais do que um lugar de trocas, era ponto de encontro de parentes, de envio de cartas, do estabelecimento de novas relações. No dia de feira não havia trabalho na unidade produtiva.

Os produtos comerciais eram vendidos aos intermediários das agroindústrias, diretamente às agroindústrias e a cooperativa. (16) Segundo os camponeses, a falta de or

(16) COOPERTREZE - Cooperativa Agrícola do Treze, implantada nas proximidades de Piauí na década de 70 para fazer assentamento em área de colonização e intermediar a produção de fumo e outros produtos.

ganização para a comercialização favorecia a ação da cooperativa. A alternativa utilizada pelos camponeses para burlar essa ação era vender diretamente aos intermediários. Embora não se tratasse de uma ação organizada, essa iniciativa foi colocada em prática por cada camponês.

Nesse contexto, os camponeses desenvolveram estratégias de resistência e sobrevivência individualmente, driblando a ação da cooperativa através da manifestação de uma ação política específica encravada no seu cotidiano.

Voltando à questão de fundo dessa análise, que é a relação autonomia versus subordinação na trajetória desses dois grupos, conclui-se que em Piauí havia uma maior dependência dos camponeses a condições externas à unidade produtiva, enquanto em Jabiberi essa dependência se dava em relação à disponibilidade de terra nas grandes propriedades. A particularidade de cada situação nos remete aos limites e possibilidades de "autonomia" em cada grupo.

A "autonomia" camponesa em Piauí se revelava no interior da unidade de produção, onde a família controlava o processo de produção, distribuía o trabalho entre seus membros e decidia sobre o destino da renda obtida, garantindo o necessário para a sua reprodução, enquanto unidade de produção e consumo.

A "autonomia" camponesa em Jabiberi era limitada pelo débil controle que os camponeses tinham sobre os meios de produção. A reprodução da família estava na dependência da sua capacidade de obter terras de trabalho, para garantir a satisfação das suas necessidades imediatas. Assim, o controle do processo imediato de produção é também limitado, não assegurando a total reprodução do grupo familiar.

As diferentes redes de relações que se tecem entre os dois grupos camponeses e o mercado refletem a condição de produção que têm, se constituindo em elemento central do processo desigual de diferenciação que sofrem, condicionadores de diferentes graus de "autonomia" no "passado".

### 3.3 - ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

As estratégias de sobrevivência e resistência em Piauí eram diferentes das desenvolvidas em Jabiberi, pela relação mais estreita que aqueles camponeses tinham com o mercado, com os diferentes tipos de capital e com a posse e uso do seu principal meio de produção, a terra. Apesar disso, compreendemos que nos dois grupos a questão central é a luta pela reprodução social enquanto camponeses, a partir de condições objetivas distintas.

Em Piauí, é a defesa das condições imediatas de produção, a partir das possibilidades que cada camponês tem de resistir, que dava sustentação ao elenco de estratégias desenvolvidas para enfrentar as oscilações de preço dos produtos agrícolas no mercado; a adoção moderada dos procedimentos técnicos divulgados pela extensão rural; a venda do fumo no momento inadequado; a entrega da produção total à cooperativa e a contratação excessiva de mão-de-obra para beneficiamento do fumo.

A nível do conjunto dos camponeses, a compra de terras se dava nos mesmos moldes que em Jabiçari, através de diferentes mecanismos. Vejamos como, segundo os seus próprios depoimentos:

*"Todo mundo trabalhava junto, mas naquela época era assim, ia juntando dinheiro e comprava um pedaço de terra pra um, o mais velho, passou um ano, comprava pra o outro e foi comprando pra todo mundo. Pras mulher não comprou porque elas foram casando e foram tudo pra casa dos maridos, então era assim, quando o vêio morreu, tudo já tinha seus pedacinhos de terra, então vendemos o dele e dividimos igual o dinheiro pra todos os filhos". (J.F. Pequeno Proprietário de 1 ha na Área do Projeto).*

Para outro camponês, no entanto:

*"Nos tempos de meu pai ainda tinha bastante ter*

ra, tinha os herēus<sup>(17)</sup>. Quando pai morreu deixou terras que foi dividida igual pra filhos e filhas, hoje essas terras estão bem pequenas, então eu quis ampliar e não consegui, porque depois as terras tavam tudo tomadas, cada quem no seu pedaço, o jeito foi comprar em outro lugar perto da qui". (J.G.S. 48 anos, Pequeno Proprietário de 4 ha na Área do Projeto).

No processo de manter ou ampliar as áreas das propriedades, havia limitado movimento de terras na localidade, e a herança era efetuada priorizando a não fragmentação da terra.

No entanto, para os camponeses "fôrtes" e "ricos", uma das estratégias habitualmente exercitada era a ampliação da quantidade de terras possuídas, através da compra de áreas distantes de Piauí, devido à dificuldade de ampliação da propriedade na localidade. A alternativa era comprar terras em regiões vizinhas, menos povoadas e continuar residindo na propriedade principal, conservando as relações de vizinhança, o acesso aos serviços básicos e a maior proximidade do mercado. Essas áreas eram exploradas como complemento da propriedade principal, localizada em Piauí. Dos camponeses entrevistados, 31% utilizaram esta estratégia para aumentar a quantidade de terra possuída.

---

(17) Os camponeses chamam de "herēus" as terras que não eram exploradas, terras devolutas de onde eram retiradas a madeira e onde eram criados os animais soltos.

Assim, enquanto em Jabiberi as estratégias se davam para assegurar o acesso à terra, em Piauí este acesso já era garantido, mesmo que limitado.

Outra situação que exigia o desenvolvimento de estratégias defensivas, eram as oscilações de preço dos produtos agrícolas no mercado em determinados momentos do ano, o que servia de referência para a seleção dos cultivos do próximo ano. Isto dava uma combinação variável de produtos em cada parcela, com diferentes proporções entre os produtos comerciais e de subsistência.

Ainda quanto aos produtos que comercializavam, a ação da cooperativa como receptora do fumo produzido em Piauí foi enfraquecida quando os camponeses constataram que a venda direta aos intermediários era mais lucrativa. Nessa situação passaram a negar a quantidade de fumo disponível nos depósitos. Alguns camponeses, logo após a safra, destinavam uma quantidade mínima à cooperativa e o restante era reservado para os intermediários. Outros entregavam a produção total aos intermediários, sem constrangimento, porque segundo os mesmos:

*"Naquele tempo tinha a cooperativa, mas a cooperativa era pra tomar o que o agricultor tinha, era a safra de fumo, a gente fazia quando era no tempo de vender ela tomava tudo, classificando como artigo ruim". (J.C. 41 anos, Pequeno Proprietário de 3,3 ha na Área do Projeto).*

Sazonalmente, as atividades produtivas desenvolvidas em Piauí dependiam da utilização de grande quantidade de mão-de-obra, como no caso do beneficiamento de fumo e mandioca. A alternativa era recorrer a uma rede de solidariedade local - pela troca de serviços - através da qual todas as famílias subsidiavam o trabalho da outra, a exemplo dos mutirões.

O significado atribuído pelos camponeses à participação no mutirão da farinha é contribuir na formação de parte substancial do alimento da família. No caso do mutirão do fumo é contribuir na formação do produto a ser comercializado.

A ajuda mútua era também caracterizada pelo atendimento a uma necessidade de um vizinho ou de um amigo, que tanto podia ser empréstimo de dinheiro, instrumentos de trabalho, troca de dia de serviço na roça, etc.

Ainda no conjunto de estratégias desse grupo, a migração era exercitada. Dos entrevistados, 56% afirmaram que algum membro da família migrou, 50% dos quais, dentro do próprio Estado. O auge desse processo de saída foi na década de 60.

Enfim, as estratégias de sobrevivência e resis

tência em Piauí, contribuíram para consolidar a "condição camponesa", que é envolvida no início dos anos 80 em ações modernizadoras do Estado. Este envolvimento reforça o elenco de estratégias usualmente utilizadas, de acordo com a experiência do grupo, com as suas condições objetivas e com a capacidade de resistir às pressões, conforme detalharemos na segunda parte deste trabalho, analisando como se expressa a resistência cotidiana.

## SEGUNDA PARTE

### **O COTIDIANO DA RESISTÊNCIA: AS EXPERIÊNCIAS DO "PRESENTE"**

"Pela primeira vez eu briguei por uma área de terra no meu lote, que o meu lote era pra ser todo de arroz, aí eu achei que não era competente, porque existe outras culturas que a gente come até cru dentro da roça, o milho, pode comer no dente, cru, uma bage de feijão de corda, um tomate, uma folha de couve, e arroz a gente só pode comer cozinhado, além do mais da hora que a gente colhe ele, não pode comer de jeito nenhum, nem cozinhado, porque ele na casca ninguém cozinha, tem que levar pra fábrica pra beneficiar. Por isso que eu briguei por uma área de terra pra plantar o que comer dentro do meu lote. Começou por uma área pequena e hoje já existe lá uma área maior e já tenho o direito de plantar mesmo na área que seja de arroz. Eu tô contente, mas continuo brigando, não fico sem brigar não, quero mais área pronta, sulca da pra eu plantar mais milho". (A.E.A. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto).

Nos capítulos precedentes, analisamos a organização social e os mecanismos através dos quais os camponeses se reproduziram no "passado". Nosso objetivo nesta parte do estudo é acompanhar o recente processo de reprodução social destes camponeses em contraposição ao aumento da subordinação imposta pela intervenção estatal, através dos Projetos de Irrigação.

Trata-se de destacar o caráter dessa intervenção e as formas de resistência que se geram no cotidiano camponês, influenciadas pela estrutura social pré-existente e pela correlação de forças em movimento.

Caberá, assim, reconstruir a resistência que se manifesta rotineiramente pela passividade, pela recusa em compreender e fazer o que outros grupos impõem e pela insistência em manter práticas tradicionalmente desenvolvidas. Ou mesmo, a apropriação das diretrizes impostas como forma de resistência à expropriação, num processo que não é linear, mas conformado por avanços e recuos, onde a atuação dos camponeses respalda-se na avaliação da situação local.

Essa forma de resistência sorrateira tem como palco de atuação principal a unidade de produção familiar se desenrolando no interior de um processo produtivo do

qual depende a reprodução social do grupo. São ações a nível de cada parcela, que ao mesmo tempo evitam conflitos abertos e asseguram controle do processo produtivo.

Nestes termos, os camponeses das comunidades Piauí e Jabiberi desenvolvem uma luta acentuada nas duas últimas décadas. Os contornos atuais dessa luta se dão pela correlação de forças que se estabelece entre a intervenção estatal - mediadora de diferentes tipos de capital, para transformação do processo produtivo - e os agricultores, por sua vez, para assegurar a maior "autonomia" nas suas condições de trabalho e vida.

A forma como está organizada a segunda parte do estudo foge à sequência seguida na primeira. Iniciamos pela análise do dia-a-dia dos camponeses irrigantes; expressão imediata da relação autonomia versus subordinação. A seguir, analisamos o confronto diário entre os camponeses e o Estado, desde a implantação do Projeto até o momento da pesquisa. Por último, nos detemos na redefinição das estratégias de resistência e sobrevivência à luz dos novos termos impostos pela modernização intensificada.

## CAPÍTULO IV

### O DIA-A-DIA DOS CAMPONESES IRRIGANTES

#### 4.1 - "EM VEZ DE LIBERDADE, CATIVEIRO": Os Irrigantes de Jabiberi

A implantação do projeto de irrigação em Jabiberi se deu nos moldes oficiais de assentamento, com desapropriação da área, desestruturação do sistema tradicional de produção e remoção da população local para instalação de lotes irrigados, onde se desenvolveria uma agricultura moderna. Para isso, quarenta e cinco por cento (45%) dos camponeses entrevistados foram desapropriados, o que equivale a cinco pequenas propriedades, apesar da reação organizada dos camponeses à implantação do projeto. No entanto, diante das negociações, da barganha de preços melhores para suas terras e do aumento da coerção do Estado, que ameaça desapropriar as terras, os camponeses desocupam as propriedades. Resta-lhes, como única alternativa de sobrevivência na localidade, o assalariamento nas construtoras res

ponsáveis pela obra. O que viria a assegurar contraditoriamente, a volta à "condição camponesa", já que os camponeses desapropriados seriam assentados prioritariamente.

Pouco a pouco a nova estrutura toma forma e a primeira mudança que os camponeses vivenciam é em relação à residência em agrovila construída pelo Estado, no sistema de mutirão. As casas não atendem ao tamanho e hábitos da família camponesa, pois só têm um quarto, uma sala e uma cozinha. Localizam-se lado a lado, mas não têm nenhum sistema de saneamento. Na época da pesquisa, 46% dos irrigantes moravam nestas casas, 36% moravam no povoado e 18% se dividiam entre a agrovila e a sede do município. Entre os que moram na agrovila, é comum uma família ocupar duas casas. Uma, usada para o preparo dos alimentos e depósito de instrumentos de trabalho, é local de movimento diário. A outra é o dormitório. Essa situação só é possível porque ainda não foram assentados todos os irrigantes do projeto.

A separação casa/roçado implicou mudanças na organização do trabalho destes camponeses. Agora há os que vão para a roça e os que ficam em casa, nos afazeres domésticos. Isto impôs redefinição do papel da mulher, que cada vez mais fica em casa desempenhando tarefas domésticas. Apesar da separação casa/roçado ser predominante em Jabiberi, alguns camponeses construíram barracos nos lotes, onde a

família passa o dia. Mesmo assim, podemos afirmar que houve mudanças internas na relação da família com o trabalho, ocasionada por essa separação.

Faz parte da experiência deste grupo, enfrentar a escassez de terras para absorver todo o trabalho da família e assegurar a sua sobrevivência. Assim, a maior vantagem da implantação do projeto foi o acesso à terra, tanto a camponeses que haviam sido desapropriados, como àqueles sem terra. Ter terra é a mudança que todos aceitam:

"Mudou porque hoje eu trabalho numa área de terra por nome de meu, ainda estou por experiência, mas já estou por nome de meu, essa área é de minha família, então eu acho por mim que será melhor do que no tempo que eu trabalhava numa área como renteiro, tratando da capineira pra os outros, tratando da palma pra os outros e sem resultado nenhum e como eu trabalhava também pra os outros, como tomei conta de propriedade, trabalhar um ano, dois, três, pra os outros, sem resultado nenhum, pra no fim me chutar". (A.E.A. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto).

— O acesso à terra suficiente para ocupar o grupo familiar significa produzir para atender às necessidades da família e se desvencilhar de relações de trabalho desfavoráveis.

Além das parcelas que estão na área do perímetro, que têm em média 2,5 ha, com uma pequena área de se

queiro, em torno de 0,5 ha, para 27% dos casos; 55% dos camponeses dispõem de outra pequena propriedade. Umas foram compradas com a indenização das antigas propriedades, outras foram herdadas e não chegaram a ser alcançadas pelo projeto. Estas são pequenas áreas, que não excedem 5 ha, para 65% dos casos e 33% têm mais de 10 ha. Nestas propriedades os camponeses produzem milho, mandioca e maracujá e criam animais. A manutenção destas propriedades se revela como uma segurança em relação à instabilidade que têm no perímetro.

A agricultura em Jabiberi tinha a finalidade, de garantir o cultivo de produtos de subsistência. No entanto, a implantação do projeto condicionou, inicialmente, a dedicação exclusiva ao cultivo de produtos comerciais, gerando uma espécie de desabastecimento, com consequências na disponibilidade de alimentos para consumo da família.

*"Eu quero trabalhar direito, lá eu trabalhava pouco no verão, mas pelo menos eu comia, nós aqui tem onde trabalhar mas não estamos trabalhando, é tudo passando fome". (E.E.S. 45 anos, Assentado em 2 ha na Área do Projeto).*

Nas parcelas do Projeto há predominância de cultivos comerciais, como: milho, tomate e arroz. Após pressões dos camponeses estão se realizando na área de sequei

ro dos lotes, plantios com finalidade de consumo para a família, como: feijão, verduras, melancia, etc.

Com o cultivo de culturas comerciais, as formas tradicionais de garantir a subsistência do grupo familiar, passam por profundas alterações. A família agora depende da venda de produtos em determinadas épocas do ano. O consumo passa a depender quase que totalmente da compra, mesmo que seja de produtos agrícolas, o que condiciona a família a reorganizar suas estratégias para equilibrar a produção e o consumo.

Disponer de terra e água não dilui, aos olhos camponeses, as diferentes formas de subordinação a que estão submetidos, pelo limitado controle que têm do processo produtivo, isto porque, no momento inicial de funcionamento do projeto, os camponeses parecem desapropriados da sua experiência e atendem a todas as diretrizes exteriores. No entanto, pouco a pouco reagem à ameaça que as mudanças provocam na sua lógica de produção, ultrapassando as barreiras dos seus valores e dos seus hábitos, resultantes de um longo processo de acumulação cultural.

Assim, as diretrizes do projeto passam a ser encaradas como sinônimo do aumento da subordinação, ameaçando o exercício da "autonomia possível" no lote e desencadeando um conjunto de estratégias de resistência e sobrevi

vência, como será analisado no Capítulo V.

O conflito subordinação versus autonomia se revela no dia-a-dia, associado à experiência anterior de que os camponeses são portadores. Nesse sentido é que a mudança de intensidade do trabalho é analisada. O funcionamento normal do sistema de irrigação vai implicar a irrigação de lotes nos três turnos, o que significa uma ruptura com a tradição camponesa, onde a noite é considerada horário de descanso.

*"O trabalho se tornou mais pesado e mais sacrificado, porque pra irrigar no verão é claro que não vamos ter condições de irrigar todos os lotes plantados de uma só vez, porque dentro da programação, alguns ficam pra noite". (J.E.G. 44 anos, Assentado em 2,7 ha na Área do Projeto).*

No entanto, para outros camponeses, comparar o trabalho de agora com a referência anterior, do passado, significa considerá-lo mais leve.

*"Quanto ao local aqui, o trabalho é mais fácil, trabalho não é de serra, na serra é muito pesado, lá vai até as nuvens. Porque eu não estou pegando em machado, não estou pegando em picareta, estou trabalhando mas é um trabalho leve e lá eu trabalhava de tudo, era de machado, era de picareta, era de tudo". (J.S.N. 48 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto).*

Estão implícitas nessas considerações as diferentes experiências de que camponeses do mesmo grupo são portadores, assim como as diferentes relações de trabalho a que se submetiam, o que nos obriga, na análise em pauta, a procurar manter a heterogeneidade das posições. Assim, a apreciação que os camponeses fazem das condições de funcionamento do projeto é muito influenciada pela relação passado/presente.

Para os que não tinham terra, mesmo com as dificuldades que enfrentam, é preferível estar no projeto. Essa foi a única forma encontrada de dispor de terra. É a superação de um passado negativo e a possibilidade de um futuro promissor:

"Phã mim seria melhor eu trabalhar hoje, mesmo com prejuízo, na esperança de que amanhã se Deus quiser, vai ser melhor pra mim". (G.T.S. 52 anos, Assentado em 2,9 ha na Área do Projeto).

"Porque antes eu não tinha terra, trabalhava no dos outro e não lucrava nada, era sô a conta do comer. Já a terra sendo minha é diferente, tem futuro pra mim e pra os meus filhos". (T. S. 45 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto).

Aqueles que possuíam terra, ressentem-se de sua perda, principalmente da "autonomia" que tinham:

*"Ah! Se eu pudesse estar na minha área, se eu tivesse condições de não ter vindo eu não tinha vindo não, estava na minha área, porque a gente se mandando por si próprio é muito melhor". (M.A.S. 29 anos, Assentado em 2ha na Área do Projeto).*

Além da perda da "autonomia", os camponeses reconhecem que o trabalho no lote é muito pesado e implica mudanças no ritmo habitual:

*"Depois do lote se trabalha mais, porque tem que tomar conta e dar conta. Não pode sair de dentro, toda hora tem serviço, tem que ajeitar água, tapar, limpar, não tem licença de chegar aqui e dizer: vou descansar um pouquinho, tem que ficar o dia todo tangendo passarinho. Espantando de palma, pedra, badoque, grito (...)" (I.S.N.48 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto).*

O trabalho no lote implicou uma disciplina de trabalho mas rígida, vez que as culturas comerciais estão sendo produzidas atendendo a determinado padrão tecnológico, difundido e acompanhado pela instituição responsável pela coordenação do perímetro. Há uma ruptura entre as condições de produção e a tradição familiar, o que não significa a eliminação do saber do produtor.

Os camponeses jogam com as vantagens que o projeto trouxe e são aceitáveis, e as desvantagens que não são aceitas. É um confronto entre dispor das condições necessárias a sua produção e não pagar o preço do aumento constante da subordinação. No entanto, trabalhar cada vez mais na dependência e na lógica dos outros é sinônimo de "cativeiro", "subordinação". Está instalado o conflito expresso pela questão: Como apropriar-se da modernização, transformando-a em resistência à ampliação da subordinação?

Nas unidades de produção está havendo uma reestruturação da utilização da força de trabalho familiar e contratada. Os membros da família constituem a força de trabalho básica, mas os dados mostram que apesar disso, determinadas fases do processo produtivo (plantio e colheita), têm demandado uma ampliação do trabalho assalariado. Estabelece-se, assim, nova divisão do trabalho no interior da família. Há uma desestruturação das relações tradicionais de produção, onde as estratégias de sobrevivência, anteriormente utilizadas, já não têm o mesmo sentido. O camponês ou seus filhos assalariam-se temporariamente, mas têm que manter permanente ligação com o lote. Além disso, parte das propriedades onde trabalhavam foram incorporadas ao projeto, diminuindo as possibilidades de arrendamento e venda de força de trabalho num mercado saturado, onde todos os camponeses selecionados não foram assentados e tam

bem, concorrem. Isto gera uma oferta de mão-de-obra maior que a necessidade, rebaixando os salários pagos. A necessidade de recorrer a outras estratégias de sobrevivência é explicada por um técnico:

*"Porque eles antigamente trabalhavam a maior parte do tempo pra outras pessoas, hoje eles trabalham pra eles, mas tem um problema que devido a má sistematização dos lotes eles estão passando o ano todo dentro do lote, sem ter o retorno necessário". (Técnico Agrícola).*

Desde o início do funcionamento do Projeto, os lotes têm problemas de sistematização que limitam a sua total utilização. Como o sistema de irrigação é por gravidade, os solos dependem de um nivelamento só conseguido através da utilização de máquinas, os produtores ficam assim, na total dependência da empresa responsável pelo perímetro.

A agricultura especializada que passa a ser desenvolvida impõe o rompimento da relação época/tipos de cultivo. O inverno, antes estação de plantio, dado o excesso de chuva na região, impossibilita a entrada de máquina nos lotes alagados. Como o plantio depende da mecanização, torna-se inviável.

*"Chegou o inverno eu cruzo os braços, não sou preguiçoso, é porque não tem onde trabalhar. Agora traba*

"ha sō no verão, no inverno é chuva demais". (J.E.G. 44 anos, Assentado em 2,7 ha na Área do Projeto).

Além da dependência da mecanização, para os camponeses o que é mais grave é conviver com a lógica dos técnicos, da qual dependem para arrumação das condições de produção.

"Quando a pessoa tem a plantação na terra da gente é diferente porque a gente arruma tudo e faz com a família e a gente logo planta, não vai esperar, adulando pra esses caras (técnicos) vim, você vai fazer isso e vai fazer aquilo conforme está acontecendo, planta na hora certa e colhe também". (J.S.N. 48 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto).

Habituaados a controlar o processo de produção no interior da unidade, os camponeses reagem à descentralização das atividades e o ritmo com que são desenvolvidas, expressão da sua subordinação:

"Se começasse e fındasse o que faz, mas eles pegam um pouquinho aqui, outro ali, no fim não termina em canto nenhum o serviço". (J.S.N. 48 anos, Assentado em 2,8 ha na Área do Projeto).

"Se eu tivesse sulcado eu tinha vantagem, plantei na época certa, sem sulco, não é porque não deu tempo, é porque eles não quiseram, (...) esperando por boa vontade

de deles, eu não sei arar, nem sei sulcar, eu não sei pegar num trator, se eu soubesse eu mesmo pegava, mas foi esperar pela vontade deles, perdi o ano". (J.E.G. 44 anos, Assentado em 2,7 ha na Área do Projeto).

As mudanças não se limitam ao processo de produção, mas é aí que são mais visíveis. Estão associadas às decisões externas, nem sempre compreendidas e aceitas pelos produtores, mas colocadas em prática. Esse é o caso da utilização do adubo:

"Mas eu tenho dúvida com o adubo químico, cada um diz uma coisa, antes a gente espalhava o adubo de gado em cima da terra, hoje tem que mexer a terra e deixar bem preparadinha, é uma mão-de-obra". (M.A.S. 45 anos, Assentado em 3,9 ha da Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 12 ha fora da Área do Projeto).

É o caso também da utilização de máquinas:

"E, os agricultores dependem de máquinas, equipamentos para o preparo do solo, o que é impossível de ser feito por eles. Dependem de água, de sementes selecionadas para que se adaptem ao sistema de irrigação (...)" (Técnico Agrícola).

É através dessa dependência que parcela importante do sobre-trabalho camponês é canalizado para o exterior. Isto impõe o repasse de uma proporção cada vez maior

dos recursos obtidos para a reposição dos meios de produção, limitando a margem de rendimento. Para os camponeses, a dependência em que se encontram é fruto das alterações feitas nos lotes para implantação do projeto:.

"Agora tem uma modificação grande aqui, que o maquinário tirou a furtidão da terra, esse terreno de cima tem lotes aí como esse aqui, que tiraram mais ou menos meio metro de terra, puxaram pra lá e ficou a terra vêia branca em baixo, então ficou fraco. Tem lotes aí que se não botar adubo não sai um pê de abacaxi, não sai nada, porque o corte da terra foi tirado daqui e foi botado lá embaixo nos buracos, pra melhorar, né? Tira o alto daqui e leva lá pra baixo, pra melhorar, né? (J.C.D. 43 anos, Assentado em 2,4 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 23 ha em outra área).

Ao comparar a experiência atual com a anterior, há idealização do "passado". Os camponeses afirmam que eram mais livres do que no "presente", quando podiam plantar e assegurar os produtos de subsistência, como rendeiros ou nas pequenas propriedades.

"A nossa vida anterior (antes do Projeto) trabalhando no nosso lote, sem assistência técnica, sem imposição de ninguém, foi uma vida superior, independente, que não vai se comparar à atualidade, no Projeto". (M.A.S. 45 anos, Assentado em 3,9 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 12 ha fora da Área do Projeto).

Essa dependência ao Projeto é diferente da subordinação anterior, onde o espaço para o exercício da "autonomia relativa" a nível do processo imediato de produção, não era ameaçado. Agora, passam a depender de condições sobre as quais não têm controle, num processo em que as ações impostas pelo Estado atropelam a experiência do grupo, impõem mudanças na organização da produção e implicam a criação de novas estratégias de sobrevivência.

O processo de implantação da modernização gera um sentimento de insatisfação generalizado nos camponeses, acompanhado da idealização do passado, enquanto época de dificuldades, mas de "liberdade". 63% dos entrevistados afirmaram que as condições anteriores eram melhores do que as atuais. No "passado" a questão central era o acesso à terra. No "presente", com esse acesso assegurado, a liberdade no processo imediato de produção passa a ser mais importante.

A produção de 1988 foi toda financiada pelo Estado. No momento em que este se retraiu no financiamento, os camponeses viram-se impossibilitados de produzir. Como as condições mudaram já não é mais possível sobreviver segundo a lógica de produção exercitada anteriormente. Além das mudanças no processo produtivo, há mudanças em como os camponeses encaram esse processo. Na atualidade, acham que é

necessário dispor de alto nível tecnológico, crédito, assistência técnica, e aproveitamento da experiência que cada camponês traz:

"A experiência não foi aproveitada no lote por que eles não querem que a gente plante aquelas coisas que a gente planta desde menino". (J.C.D. 43 anos, Assentado em 2,4 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 23 ha em outra área).

Houve o abandono de práticas do sistema tradicional num primeiro momento de inserção no Projeto, tornando os camponeses mais vulneráveis às imposições externas.

Pouco a pouco as dificuldades surgem como resultado imediato da ruptura entre produzir para o consumo e dedicar-se a produzir apenas para o mercado, e a família é a primeira a dar conta das dificuldades que enfrenta e que compromete a sua reprodução. Face às imposições do Projeto, começam a desenvolver estratégias de sobrevivência, criando "brechas" no próprio lote para o exercício da "autonomia possível", consideradas as vantagens oferecidas pelo projeto.

#### 4.2 - "LIVRES DO PERIGO DE VERÃO": Os Irrigantes de Piauí

A modernização agrícola bancada pelo Estado, via

projeto de irrigação no caso de Piauí, traz uma especificidade, não altera a estrutura fundiária mas atinge as 423 pequenas propriedades já existentes. Em todas as propriedades são instaladas "tomadas de água"<sup>(18)</sup>, independente da utilização ou não do sistema de irrigação pelo camponês proprietário. Entretanto, apesar de terem suas propriedades alcançadas pelo Projeto, 75% dos agricultores rejeitam a agricultura irrigada e continuam produzindo conforme descrito no Capítulo III. Os outros 25%, utilizam parcialmente a irrigação para salvar os cultivos tradicionais (fumo, mandioca e maracujá) dos efeitos da seca. Com a regularização das chuvas, metade desse grupo (13%) volta a sua rotina. Os demais (12%) passam a compor o grupo que rotineiramente utilizava a irrigação, constituindo-se em objeto de pesquisa. Os camponeses de Piauí concebem a irrigação como perda de controle sobre o processo de produção, daí porque 75% dos mesmos resistem à sua prática em defesa do exercício da "autonomia" no interior da unidade produtiva.

Os camponeses avaliam que utilizar o sistema de irrigação implicaria mudanças substanciais a curto prazo, na unidade produtiva, face às diretrizes do projeto e à necessidade de cultivar produtos de alta rentabilidade para cobrir os novos custos de produção (água, insumos). Não

---

(18) Tomadas de Água - Assim são chamadas as fontes de água instaladas em todas as pequenas propriedades, de onde a água é distribuída para o restante da propriedade.

obstante a resistência dos camponeses aos novos termos da subordinação, no interior do grupo há comportamentos diferenciados e indícios de certas mudanças.

Dos camponeses entrevistados, 76% exploram a sua propriedade, 12% exploram pequenas áreas dessas propriedades, obtidas através de doação temporária de parentes, e 12% exploram parcelas arrendadas. Assim, num total de 16 irrigantes entrevistados, dois são arrendatários, com áreas de 1 ha a 1,5 ha; dois obtiveram áreas menores do que 1 ha, doadas por parentes. Os demais, são pequenos proprietários, sendo que seis destes têm áreas que variam de 1 a 3,5 ha. Os outros têm áreas que variam de 3,5 a 10 ha.

Os dados revelam que está havendo uma reestruturação nas formas de exploração das pequenas propriedades, com o surgimento de relações não evidenciadas anteriormente. Analisamos que estas surgem como alternativas ao conhecimento do potencial do projeto, já que os arrendatários e os que obtiveram áreas por doação são mais suscetíveis à utilização da irrigação.

Em cada parcela camponesa há períodos de maior ou menor intensidade de incorporação da modernização. Há camponeses que, no ano de 1988 não utilizaram a irrigação, preferindo ficar na dependência das chuvas. Outros, altera

ram sua rotina apenas em determinadas fases do processo produtivo. Essa capacidade de optar entre a utilização ou não da irrigação é resultante do domínio que os camponeses têm sobre a totalidade do processo produtivo, espaço de realização do seu projeto de "autonomia" (Cf. Wanderley, 1988-b). Assim, apenas 25% do grupo estudado incorporou propostas de inovação do projeto, plantando os produtos sugeridos e irrigando-os regularmente. Essa incorporação proporciona redefinições do processo de trabalho, agora dependente de um calendário agrícola específico.

Há um cuidado muito grande dos camponeses, quanto às áreas que destinam a qualquer tipo de inovação. As áreas irrigadas são bem pequenas, 44% dos entrevistados destinaram apenas 0,5 ha da área total da propriedade à produção com irrigação, 25% utilizaram até 1,0 ha e os outros não souberam informar qual a área utilizada. São sempre áreas marginais em relação à organização dos cultivos tradicionais. No geral, o significado atribuído pelos camponeses à irrigação no processo produtivo é o da salvação de culturas tradicionais ameaçadas pelos efeitos da seca, não há a substituição de um sistema de produção já conhecido e utilizado habitualmente por um sistema que implica a adoção do novo, do desconhecido.

A capacidade da família decidir a respeito da

utilização do sistema de irrigação expressa a "autonomia relativa" dos que detêm a propriedade dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho. Diferente dos camponeses de Jabiberi que se vêem vulneráveis a toda ordem de imposições na fase inicial. Em Piauí, praticamente, não há mudanças quanto aos cultivos. Apenas o milho e o amendoim estão sendo cultivados mais vezes por ano:

*"Milho, eu acabei de quebrar milho agora e já estou com outro milho plantado, quer dizer, tudo isso porque temos a irrigação, se não é a irrigação, nada disso se daria". (P.S. 63 anos, Pequeno Proprietário de 2,5 ha na Área do Projeto).*

No entanto, a adoção de cultivos sugeridos pelo Projeto é feita de forma bastante limitada, apenas para o consumo da família.

*"Agora pra o negócio dessa irrigação o que eu achei melhor são foi o milho, amendoim, mandioca, maracujá, são essas coisas, agora essas outras hortaliças aqui não vai não, não tem condições de maneira nenhuma, são pra o consumo de casa". (J.S. 45 anos, Pequeno Proprietário de 3 ha na Área do Projeto).*

As parcelas camponesas têm uma distribuição de área em relação aos tipos de cultivos bem característica. 62% dos entrevistados cultivam até 06 produtos diferentes na parcela. Os demais chegam a cultivar até 12 diferentes culturas. A determinação dos tipos de produtos e da área

plantada depende de cada camponês. Há nesse sentido uma conservação da lógica de equilíbrio entre a área possuída e os produtos necessários à manutenção da família e ao consumo.

A forma de assegurar a subsistência do grupo familiar não sofre mudanças, o que dá segurança aos camponeses de rejeitar inovações ou adequá-las aos seus interesses.

Nesse sentido, a maior mudança que a irrigação trouxe foi a possibilidade de cultivar no inverno e no verão. Hoje, quem quer pode ter três safras por ano, o que segundo um dos informantes significa "mudança total": A gente só produzia no tempo de inverno, no verão não produzia nada e agora produzimos todo tempo". (J.S. 33 anos, planta em 1 ha doado por parente na Área do Projeto).

No entanto, a mudança em relação à época de plantio é vista diferentemente pelos camponeses irrigantes. Para uns, é bastante favorável:

"Depois que chegou o projeto de irrigação nós ficamos livres do perigo de verão". (A.S. 54 anos, Pequeno Proprietário de 2,8 ha na Área do Projeto).

"Bom, a grande diferença é que quando trabalha

mos no lote sem irrigação, trabalhamos apenas na fé de Deus, pedindo a Deus que venha tudo certinho, porque, vamos dizer, a gente planta o milho hoje, então ele nasce, tem a terra molhada, então com oito dias ou dez dias não vem mais a chuva, aquele milho já sai doente, já não tem uma produção, então aí a grande diferença". (P.S. 63 anos, Pequeno Proprietário de 2,5 ha na Área do Projeto).

Para outros camponeses, no entanto, implicou o aumento do peso do trabalho e a limitação do descanso do trabalhador, na mudança da tradição, onde o inverno é a estação de trabalho e o verão é a do descanso. "Ficou mais pesado porque antigamente a gente só trabalhava no inverno e descansava no verão todo e hoje a gente tem que trabalhar no inverno e no verão". (J.S. Pequeno Proprietário, 4 ha na Área do Projeto).

Outra mudança considerada bastante significativa é a disponibilidade de água para os animais no período de verão. O que os camponeses aprovam e consideram aproveitável são todas as ações que reforçam aquilo que eles já vivenciam e conhecem, e que não impõem mudanças substanciais na relação subordinação versus autonomia.

Assim, enquanto as imposições não ameaçam a organização da unidade produtiva, os camponeses apropriam-se parcialmente da modernização e explicam em que consiste essa apropriação.

"Aí não tem comparação, é melhor trabalhar com água do que com sequeiro, porque a água cria tudo em cima do mundo, não que seja água demais, mas uma água que dê saúde e lavoura". (P.S. 63 anos, Pequeno Proprietário de 2,5 ha na Área do Projeto).

"É melhor trabalhar com água porque no seco não dá é nada, molhando a gente tem uma esperança de muito ou pouco colher e no verão ninguém colhia nada". (J.Q.A. 69 anos, Pequeno Proprietário de 20 ha na Área do Projeto).

A incorporação da irrigação foi rapidamente associada às práticas diárias, aos cultivos tradicionalmente desenvolvidos. É a apropriação da modernização como reforço à experiência tradicional. Ou mesmo, é a apropriação da modernização como resistência à expropriação, como consolidação da "condição camponesa".

A instalação da irrigação nas propriedades levou os camponeses a abrirem um leque de expectativas em relação à sua utilização. Após três anos de funcionamento do sistema, as expectativas são confrontadas com a realidade através da oposição passado/presente. Essa oposição origina diferentes interpretações. Na opinião de alguns dos camponeses o funcionamento do projeto parecia bem mais complicado, na prática se revelou bem simples: "É fácil, comecei a trabalhar sem ter treinamento nenhum (...). eu aprendi aí, eu vi os colegas fazendo e comecei a fazer e hoje de irri

gação eu faço tudo". (J.S. 33 anos, planta 1 ha em área doada por Parente na Área do Projeto).

Comparando a configuração das relações de trabalho na comunidade Piauí antes e depois do Projeto, se percebem mudanças importantes. Os camponeses continuam a utilizar fundamentalmente mão-de-obra familiar, mas nem todos os membros da família participam diretamente do processo produtivo. Há um crescimento do número de pessoas que se dedicam a atividades não-agrícolas na cidade. Isto porque a melhoria nas condições de vida de um grupo de camponeses estimulou a compra de casas na cidade para os filhos estudarem.

Constatou-se também a presença de 12% dos entrevistados como rendeiros. Estes são camponeses expropriados dos meios de produção, vindos de municípios vizinhos para arrendar uma área de terra para plantar, atraídos também pelo sistema de irrigação. Comparando as informações relativas ao passado com as atuais, constata-se que essa é uma relação social nova naquela região. Aqueles que arrendam parte da parcela aos chegantes são camponeses que não acreditam na potencialidade do projeto, proprietários que não residem na localidade e optam por arrendar.

Na atualidade está havendo uma procura muito gran

de por este tipo de acesso à terra.

Existem também áreas de parcelas camponesas que foram doadas a parentes sem terra. Essas áreas são exatamente aquelas que têm irrigação. Nessa situação a parcela fica dividida entre os dois sistemas: irrigação e sequeiro. Essa divisão é justificada pela desconfiança que os camponeses da área têm em relação às mudanças propostas, tanto em relação à qualidade da água, como da ampliação da dependência externa e ainda, pelas dificuldades de mercado para os produtos estimulados pelo projeto. Doar uma área da propriedade, formaliza-se como uma estratégia de comprovação das possibilidades de utilização do sistema. A depender dos resultados, incorpora-se às inovações propostas ou não.

Os mutirões para beneficiamento de fumo e transformação da mandioca em farinha continuam com a mesma intensidade e importância de antes. O que surge como novo é que na atualidade, 18% dos camponeses entrevistados recorrem à venda de força de trabalho como estratégia de sobrevivência, o que demonstra o processo de pauperização que parte dos camponeses enfrenta em contraposição ao processo de capitalização vivenciado por outros camponeses, que têm, além do trabalho familiar, a contratação permanente de trabalhadores.

O papel da mulher nestas duas décadas não passa por transformações significativas; ela continua responsável pela esfera doméstica e pelo destalamento das folhas de fumo nos mutirões de beneficiamento, conforme analisado no Capítulo III.

Para alguns camponeses, a implantação do projeto trouxe também algumas mudanças quanto à forma de resolver as dificuldades encontradas que antes podiam ser solucionadas ao nível da família. Hoje a família não consegue resolvê-las totalmente, dependendo de condições externas para isso:

*"A gente tem que trabalhar em função do turno de rega, tem que obedecer o horário da turma lá da COHIDRO. Eu mesmo trabalho da seguinte forma: se eu estou irrigando, irri<sup>g</sup>o a parte da manhã então eu já deixo o esquema montado pra parte da tarde, então a gente se preocupa mais com esse aspecto aí. Tem que deixar tudo preparado pra quando ele voltar lá a gente estar molhando". (P.S. 63 anos, Pequeno Proprietário de 2,5 ha na Área do Projeto).*

Em associação com o nível de adesão às inovações, há um aumento da dependência externa dos camponeses. Aqueles que mais utilizam a irrigação têm maior dependência externa aos fatores alheios à unidade produtiva. Aí, há necessidade do aumento de insumos. Explicam que a terra está sendo utilizada mais vezes e que por isso é necessário ali

mentá-la para "dar mais fertilidade à agricultura". Assim, o aumento da dependência externa é um elemento a ser considerado na decisão de irrigar: "Com água depende de muita despesa, adubação. De sequeiro depende de menos adubo porque a terra é seca e gasta menos adubo, com água gasta mais". (J.S. Pequeno Proprietário de 3 ha na Área do Projeto).

A ampliação da dependência não se revela apenas quanto à utilização de insumos, mas também em relação ao funcionamento do sistema, em associação com decisões que extrapolam a unidade produtiva.

As informações mostram que os camponeses consideram que houve uma melhoria das condições de vida com a disponibilidade de água "além de ter fartura, tem mais um dinheirinho folgado no bolso. Agora, além de safra de inverno tem a de verão".

No geral, podemos afirmar que a implantação do projeto de irrigação em Piauí não impõe novas subordinações à totalidade dos camponeses, além daquelas já impostas pela modernização intensificada nos últimos anos. O processo produtivo continua basicamente o mesmo. O que há de novo pode ser compreendido pelas mudanças impostas no novo ritmo de trabalho, no calendário agrícola, na recor

rência a outras relações de trabalho (assalariamento) e  
no atrativo que o projeto tem representado para os arrenda  
datários.

## CAPÍTULO V

### A DINÂMICA DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E A "AUTONOMIA RELATIVA" DOS CAMPONESES

Neste capítulo analisaremos o percurso das ações do Estado para implantar uma agricultura moderna e das dos camponeses para se preservarem da ampliação da subordinação, garantindo uma margem de "autonomia" no interior do processo de produção, mesmo quando adotam as inovações. Assim, reconstituiremos o tenso processo vivenciado entre os agentes da modernização e os camponeses, através dos seus discursos no decorrer da implantação dos projetos de modernização, compondo um jogo de forças sociais onde os avanços e recuos se tornam práticas efetivas.

No entanto, é necessário compreender, sob o ponto de vista da ação camponesa, as condições objetivas que os fazem avançar ou recuar naquele processo, guardando a diversidade de posições internas ao grupo, num movimento que foge às formas tradicionais de organização e impõe ao analista a adoção de novos parâmetros, para analisar a

questão.

Assim, vemo-nos estimulados a ampliar a compreensão da dinâmica das classes sociais, destacando as ações individuais e cotidianas de resistência que, difusas nos movimentos sociais, se opõem ao aumento da subordinação e à iminente perda do controle do processo imediato de produção.

Neste sentido, é que desviamos o eixo das análises tradicionais e nos deteremos no estudo do cotidiano dos grupos enquanto espaço de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela, num processo em que a identidade do grupo vai se delineando na própria experiência (Cf. Sader & Paoli, 1986).

Para isso inserimos este estudo no contexto mais geral em que se dá a resistência, a nível da sociedade brasileira, considerando que, a partir da segunda metade da década de 70, os movimentos sociais afloram com novos significados no interior da retomada das manifestações políticas no campo e na cidade, após um longo período de refluxo.

"Estas novas formas de organização e lutas no campo incorporam algumas características de um movimento

cultural mais amplo que vem ocorrendo em escala internacional, cujos atores coletivos passaram a ser denominados de novos movimentos sociais". (Scherer-Warren, 1989:43).

Assim, os movimentos sociais no Brasil mesclam os novos elementos (ação da Igreja Progressista e dos Partidos de Esquerda, maior exercício democrático no interior dos grupos, luta pela ampliação da cidadania, etc.) com os remanescentes arcaicos do período da repressão militar às manifestações políticas nas décadas de 60, 70 (resíduos de relações clientelísticas, autoritárias).

As formas de conceber estes movimentos também são variadas. Uns, visualizam um projeto de transformação global da sociedade a partir de sujeitos históricos definidos; outros, apostam mais nas pequenas transformações que vão ocorrendo no cotidiano (Cf. Scherer-Warren, 1989:43).

É esta última concepção que mais se aproxima das expressões políticas dos grupos por nós estudados, que não se restringem às formas tradicionais de organização (Partido, Sindicato), mas investem no enfraquecimento das formas de autoritarismo enfrentadas, constituindo-se em atores a partir de suas práticas e seus limites, sem estabelecerem divisão entre a luta política e a econômica, no cotidiano do trabalho, mas impondo limites à expropriação das suas condições de trabalho e vida.

Para os camponeses, o mundo do trabalho é o espaço privilegiado do seu projeto consciente ou inconsciente de "autonomia", que impõe limites à subordinação total, à proletarização. É aí que múltiplas formas de luta são criadas e improvisadas num processo em que lutam para assegurar simultaneamente a produção das condições necessárias à sua reprodução enquanto unidade de produção e consumo, expressão de resistência à expropriação da "condição camponesa", traduzindo-se numa luta específica pela transformação social.

Mesmo assim, a construção das respostas de resistência à imposição estatal é uma mescla de posições. Para uns, criar formas de resistência cotidiana à modernização não é ser hostil ao progresso técnico, mas à subordinação que esse processo impõe. Para outros, a apropriação da modernização é a própria forma de resistência. Nos dois casos, o cotidiano é o espaço simbólico de vivência da dominação, da apropriação da modernização e da criação das formas de resistência. Isto porque há, por parte dos camponeses, a potencialidade do reconhecimento coletivo de um direito, que leva à formação de uma identidade social e política nos grupos (Cf. Scherer-Warren, 1989).

No entanto, nem todo cotidiano é de luta contra a dominação. Aliás, há quem afirme que, de todas as esfe

ras da realidade, a vida cotidiana é aquela que mais se presta à alienação, porque nela parece natural a desagregação, a separação do ser e essência (Cf. Heller, 1985:37). Isto porque, na realização espontânea das atividades cotidianas, não se revela nenhuma individualidade unitária, há um cumprimento adequado de papéis, segundo normas e padrões definidos socialmente. No entanto, segundo a mesma autora: "A vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais" (Heller, 1985:39).

Assim, apesar da estrutura da vida cotidiana se constituir espaço próprio à alienação, ela não é necessariamente alienada. Só se dá a alienação quando há uma ruptura entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção (Cf. Heller, 1985:37).

Neste sentido, é que compreendemos que a resistência cotidiana expressa pelos grupos camponeses, impõe limites à dominação, gerando ao nível de cada parcela camponesa uma margem de movimento que dificulta a generalização da expropriação dos meios de produção, a subordinação total e a homogeneização das relações tipicamente capitalistas na agricultura.

5.1 - AVANÇOS E RECUOS: Como os Camponeses e os Agentes da Modernização Reelaboram suas Ações a Partir dos Conflitos

A problemática central da resistência cotidiana dos camponeses de Jabiberi, no processo de implantação da modernização, é a irregularidade do movimento de avanços e recuos - expressão de conquistas e perdas - influenciada pela construção de respostas à intervenção estatal no momento mesmo dessa intervenção, conformando um fértil exercício de socialização política, divisor de águas na história do grupo, que amplia as suas possibilidades organizadas ou não, de resistência à imposição da modernização.

A trajetória da resistência se revela cotidianamente, ora avançando, ora recuando, mas se caracterizando como uma forma de resistência ativa, não violenta, que impõe limites à subordinação camponesa.

Assim, coerente com a forma como se dá historicamente a resistência no grupo, selecionamos, como recurso analítico, recortes da trajetória de vida de um camponês que simboliza a interpenetração da resistência a nível de cada parcela com a resistência socializada, ao mesmo tempo em que é uma referência à história do grupo segundo a sua

própria visão, revelando as diversas estratégias desenvolvidas pelos indivíduos enquanto membros de uma unidade de produção e consumo.

"Sou filho de agricultor, de família pobre, meu pai nunca teve terra, começou trabalhando nas terras de meu avô, do sogro, depois com o trabalho dos filhos, a gente foi crescendo, ele foi adquirindo condições e foi comprando ao próprio sogro áreas de terra (...), então passou a ser independente, mas as terras são terras de serra, terras de pedra que tem dificuldade de se explorar, então a gente explorava o primeiro ano quando era mato, fazia plantio de milho, feijão, mandioca na serra, a partir do segundo ano já era difícil porque o terreno ficou empedrado e com dificuldade de se tratar dessa terra, de cultivar as lavouras, (...). Então eu fui me criando trabalhando na roça com ele e ao alcançar os 17 anos de idade resolvi dar um passeio no Sul da Bahia, fui pra casa de parentes, gostei e lá fiquei 06 meses trabalhando, adquiri uma nota e vim embora pra casa. Chegando aqui um tio da gente tinha ido pra São Paulo, eu arrumei a viagem pra ir a São Paulo, lá em São Paulo fui trabalhar na lavoura de café (...). Depois de dois anos vim embora e, chegando aqui, passei uns dez meses por aqui. Nesses dez meses comecei a fazer uma casa aqui e depois fui pra o Sul novamente, aí fui e fiquei mais um ano e 11 meses trabalhando, agora sou diretamente no café, no arroz e no milho (...), mas sou que não gostei (...) aí voltei pra cá e chegando aqui comecei a mesma vida, trabalhar, cultivar a terra, plantar milho, mandioca, feijão nas terras de meu pai (...). Agora, em 1972 comprei uma pequena área de 15 ha. (...), e me casei, também minha esposa tinha alguma coisa e a gente juntou e comprou uma área, aí fiz pasto dessa área e fiquei com a área que hoje está debaixo da barragem. (...). Bom, na época

ca eu comecei a sindicalizar nesse município e criamos e organizamos o sindicato, em 1983 surge o boato que seria implantado um projeto de irrigação nessa região, na minha área que eu morava, então eu sabendo do acontecimento comecei a me inteirar do assunto, a gente indo pra Aracaju todo mês lá pra nossa federação, eu como sindicalista comecei a me informar, isso em 1983, e de repente surgem boas informações, são os políticos comentavam, mas aí de repente em 23 de dezembro o governo tinha baixado um Decreto desapropriando as terras (...). Na margem do Rio Jabiberi seriam desapropriadas 500 ha com a finalidade de armazenamento de água e irrigação (...). A partir daí nós se unimos pra saber e empatar o que ia acontecer. Isso surgiu dessa forma que eu acho muito errado. (...). (J. A. 45 anos, Assentado em 3 ha no Projeto e Pequeno Proprietário de 27 ha em outra área).

Na atualidade essas estratégias se constituem como referência à resistência coletiva praticada pelo grupo alcançado pela ação modernizadora do Estado. Começa assim, um longo trajeto de oposição à intervenção estatal.

### 5.1.1 - A Resistência entre os Irrigantes de Jabiberi

#### 5.1.1.1 - A Reação à Desapropriação das Terras e a Incerteza quanto à Nova Situação

Quando os camponeses tomam conhecimento da sele

ção da área de Jabiberi para construção do Projeto de Irrigação, é iniciado um conflito aberto com o Estado, para defesa de seus interesses. O Estado, através dos técnicos, investe no convencimento das vantagens técnicas do Projeto. Os camponeses reagem à desestruturação de um sistema produtivo e também à sujeição às ações do Estado. Desenvolve-se um longo processo de reuniões e visitas domiciliares dos técnicos aos camponeses, que apresentam constantemente as suas desconfianças, as quais, segundo relatórios, assim se definem:

"Indenização de áreas: o preço pode ser abaixo do mercado".

"Mudança de ambiente, deixar de morar num lugar em que já mora há tantos anos;

"Parar de produzir enquanto se estiver implantando o Projeto".

"Não se acredita que tenha casa pra morar na hora necessária".

"Piorar a situação de quem trabalha pra conseguir alguma coisa".

As respostas dadas pelos camponeses mostram que a superação do sistema tradicional de produção não se limitava apenas à adoção de técnicas modernas, mas necessitava

de um processo de compreensão e controle do sistema de modernização. Assim, pouco a pouco, com a divulgação dos objetivos do projeto, respostas diferenciadas são construídas no interior do mesmo grupo.

Para uns camponeses:

"(...), Tinha muita animação do perímetro de irrigação, a gente se comportava e ficava conformado, existia os conselheiros que diziam que isso aqui ia ser uma maravilha, que ia ser um perímetro bacana, ia ter água, luz, grupo escolar, igreja e posto médico e vinha também um campo de futebol pra diversão do pessoal". (J.L. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 12 ha).

Para outros, no entanto:

"Eu via e estou vendo até hoje que ninguém nunca se conformou com esse projeto, porque o pessoal acostumado a plantar são no clima de inverno, uma vez por ano, na terra de sequeiro, pra sair e plantar em área irrigada, num projeto controlado pelo governo. Quer dizer: acostumado a plantar com a experiência, com o tempo como Deus orienta, na liberdade de fazer como ele pensa, como ele interpreta as coisas, é diferente. Isso não vai prestar, porque o técnico vai querer empurrar a gente, a gente vai querer uma coisa e eles outra". (A.E.A. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto).

A diferença explícita nestes dois depoimentos é

influenciada pelo movimento dialético das ideologias no processo de divulgação do projeto, e também, pela experiência que os camponeses trazem.

Assim, pensar o projeto de irrigação em Jabiberi nos leva ao confronto entre o discurso oficial - veiculado pelas instituições que atuam na área e que teve peso significativo na conformação de um alto nível de expectativas em relação às vantagens do projeto e o discurso camponês, gerado no cotidiano da desmistificação do projeto. Apesar do discurso oficial ser elaborado em espaços alheios aos camponeses, passou a fazer parte do seu dia-a-dia pela sua repetição no processo de divulgação do projeto. Os camponeses, por sua vez, reelaboram esse discurso a partir das suas experiências, agregando também as suas idéias, que são repassadas a outros grupos. O movimento dialético dos discursos alimenta a reelaboração das idéias dos atores no processo de convencimento e resistência.

Apesar do discurso oficial veicular insistentemente os benefícios do projeto, o grupo social alcançado se apropriava diferentemente desse discurso, dada a sua heterogeneidade. Para uns, implicava a destruição de um espaço social e culturalmente organizado, segundo seus valores. Para outros, era a possibilidade de ter melhores preços pelas terras e acesso a um conjunto de ações modernizadoras.

No geral, é o grupo camponês que encampa a luta contra a expropriação conduzida por empresas estatais, em nome da utilidade pública, em prol da sociedade. É a própria legitimidade do Estado e da legalidade que é ao mesmo tempo denunciada e posta em questão. (Grzybovski, 1987: 25). No entanto, essa luta não consegue se articular com outros movimentos populares e influenciar na formação de uma opinião pública favorável à sua ação, por ter sido gerada nos limites do próprio grupo e ali permanecer, sem mediadores.

A resistência dos camponeses à expropriação se torna mais intensa, através da afirmação de que não sairão da área. O Estado, por sua vez, reforça o trabalho de convencimento através de equipes multidisciplinares de técnicos que, apesar de saberem que era um projeto imposto, procuravam convencer os camponeses a aceitar, garantindo alguns dos seus interesses.

"Assim, resistindo na terra, os atingidos se opõem ao próprio modelo de desenvolvimento, centralizador e excludente, e à arbitrariedade da ação do Estado e seus funcionários. Mas aí talvez os movimentos se mostram mais denunciadores do que eficazes opositores, dada a desproporcionalidade das forças (...)" (Grzybowski, 1987:26).

A desproporcionalidade da força entre o Estado,

apoiado por interesses industriais e financeiros - e os camponeses - defensores da base material de sua existência, termina por transformar a ação destes últimos, muito mais numa denúncia e num processo de construção de uma identidade política e social do que propriamente num empecilho à ação do Estado.

#### 5.1.1.2 - A Luta pela Negociação dos Preços das Terras Desapropriadas

Assim, apesar da insatisfação generalizada dos camponeses as obras do projeto são iniciadas. As propriedades são avaliadas e é iniciado o processo de desapropriação. Cada camponês negocia individualmente a sua propriedade, mas os preços pagos deixam rastros de insatisfação. Os camponeses se organizam e reconhecem coletivamente que os seus direitos estão sendo usurpados. Como resposta, enviam documentos ao Governador do Estado, denunciando. Aguardam alguns dias mas não obtêm resposta. Nesse processo de espera, o grupo se reconhece pertencendo a uma situação de carência e desenvolve ações tanto de reivindicação direta ao Governador, quanto de boicote ao processo de desapropriação. "Nós reagimos parando as máquinas e fizemos pagar logo as terras, pagou-se um preço razoável, a partir daí só negociamos em grupo". (A.L.A. 48 anos, Assentado em

3 ha na Área do Projeto).

Os camponeses, através da força, fazem valer seus interesses, forçando o Estado a recuar e refazer contratos já fechados com oito produtores:

"Eles vieram, se apresentaram em nossa reunião e saíram pra barragem, pegaram os produtores, os proprietários da área que não estavam na reunião e levaram para o escritório (...) e começaram a negociar um preço baixo, então quando saímos da reunião que chegamos lá, já estavam negociando era pra negociar amanhã e vieram hoje, e pegaram 8 produtores e fizeram negócio mal feito". (J.A. 45 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto e Peaueno, Proprietário de 27 ha em outra área).

"Eles disseram: mas rapaz, eles assinaram contratos de venda aqui e já vão receber quinta-feira, aí eu falei, não tem nada feito porque já denunciemos e vou mais na frente e nós não vamos negociar com vocês não, ou você vai renegociar as terras que comprou ou nós não vamos vender, aí agora eles abriu precedente. Rasgou os contratos todos já feitos (...). Eles cederam (...) chegaram à conclusão de que era comprar pelo preço que nós estava exigindo, - era um aumento de 100% na época". (E.E.S. 45 anos, Assentado em 2 ha na Área do Projeto).

Mesmo conseguindo alterações nos preços, os camponeses afirmam que estes foram baixos. Compreendemos que nesse preço está incluído o apego à terra, às condições em que viviam, o sentimento, a herança. O significado não é

apenas econômico, mas simbólico, já que a terra tinha predominantemente valor de uso, em oposição à ação desappriadora que vê tudo como possível de uma avaliação e de um pagamento que compensa a perda simbólica.

O processo de desapropriação ativa o fortalecimento das relações comunitárias e a apropriação política do significado destas relações. É um novo modo de luta que surge na própria luta, rompendo o isolamento e individualismo da experiência anterior, do passado.

Apesar dos conflitos, o processo de desapropriação foi concluído, embora os camponeses se recusassem a obedecer às diretrizes de retirada das propriedades impostas pelo Estado. Essa resistência se manifestou no intuito de determinar o ritmo do processo e a própria organização da atividade. Para uma camponesa:

"Eu não queria sair porque eu acho que o Governo não tem o direito de chegar e botar nós pra fora de casa sem dar outro lugar pra gente morar". (T.S. Assentada em 3 há na Área do Projeto).

Segundo o depoimento de um técnico:

"Bom, aí apesar de estarem vendidas as terras ao Estado, mas os proprietários continuaram na área porque até dado momento estava sendo construída a barragem, então

ainda não tinha sido iniciado o processo de estrutura de irrigação e os proprietários continuavam na área e até certo ponto criou-se dentro da empresa, da COHIDRO uma certa apreensão, esse povo não vai sair de lá e como é que vai fazer? (...), então a empreiteira ficou impossibilitada até de dar prosseguimento ao seu trabalho, porque os proprietários continuavam na área (...)" (Assistente Social).

O Estado investe no convencimento e os camponeses desapropriados arrancam a mandioca apressadamente das suas antigas propriedades, fazem a farinha que podem e se assalariam nas firmas que estavam construindo a barragem para destruir tudo aquilo que eles defenderam e que era o que ia assegurar-lhes a volta à "condição camponesa".

#### 5.1.1.3 - A Seleção dos Beneficiários do Projeto e as Tensões no Processo de Assentamento

Enquanto isso, os técnicos organizam o processo de seleção dos beneficiários do projeto, atribuindo prioridade àqueles que tinham sido desapropriados, segundo critérios previamente estabelecidos. Houve casos, no entanto, em que o camponês desapropriado não atendia aos critérios e não foi selecionado. Estes foram forçados a procurar outras estratégias de sobrevivência:

"Os que foram desapropriados, a metade dos que

não pegaram lote, nós saímos tudo pra fora da área, uns compraram terra, outros continuam arrendando e é assim". (E.E.S. 45 anos, Desapropriado de 1,5 ha, na atualidade sem terra).

A prática do Estado nesse tipo de intervenção é muito autoritária. Primeiro, interfere num sistema de produção, desapropriando e forçando os camponeses a afastarem-se da sua prática produtiva e procurarem outras estratégias de sobrevivência. Depois, reorganiza o espaço e as condições de produção e escolhe aqueles que pressupõe que vão atender aos seus objetivos.

A previsão do projeto era assentar 98 camponeses no período de dois anos. Mas, os trabalhos feitos pelas empreiteiras não foram concluídos e, diante da necessidade de inauguração, em virtude da proximidade das eleições, inaugurou-se com apenas 35 lotes em condições parciais de funcionamento. Desestruturada toda uma rede de relações de trabalho, os demais camponeses estão vendendo dias de serviço, arrendando áreas e aguardando convocação para assentamento.

Os próprios técnicos reconhecem que houve um descompasso entre o assentamento e as condições divulgadas na fase de convencimento. E aí vemos que as desconfianças dos camponeses conferem com a situação que enfrentam:

"Houve alguns aspectos negativos, principalmente na parte social, o colono foi colocado lá sem casa, sem água, sem luz, sem escola, então houve um assentamento praticamente forçado e os órgãos que se comprometeram em dar apoio necessário fugiram na hora exata. Então foi triste nesta área. Na área agrícola também houve muitas falhas, porque o projeto em si não foi bem sistematizado, não foi tecnicamente perfeito, então houve essas duas grandes falhas, a questão técnica do preparo do solo e a parte social, todas duas deixaram muito a desejar". (Agrônomo).

Após o assentamento dos camponeses há uma espécie de conformismo com a nova situação, diante da possibilidade de acesso à terra em quantidade suficiente à absorção do trabalho da família, já que a maior parte dos camponeses havia sido desapropriada. Teve peso importante nesse "conformismo" o fato dos camponeses terem sido afastados da agricultura no período de construção da obra. Temporariamente sem terra, a volta à "condição camponesa" representa o reencontro com um modo de trabalho e vida.

#### 5.1.1.4 Os Assentados e a Reorganização da Produção de Acordo com as Orientações do Projeto de Irrigação. Novas Formas de Resistência

No primeiro ano de experiência como assentados, as dificuldades enfrentadas rebuscam as inquietações anteriores. Os camponeses ainda tentam recuperar a concepção

do projeto, veiculada anteriormente, mas as dificuldades do cotidiano falam mais alto:

"O projeto veio beneficiar a nós pequenos produtores que não tinham terra, mas até agora está tudo mal, aĩ não tem nada pronto, falta nivelar os lotes, falta maquinário, financiamento, a gente não tem também, então está tudo mal". (J.E.G. 44 anos, Assentado em 2,7 ha na Área do Projeto).

"Eu estou achando nesse projeto é um cansaço aĩ, um fracasso, pra gente que vive trabalhando dentro dele, mas nós não pode viver vendendo dia de serviço que isso é uma vergonha. Eu acho pra mim que seja um projeto que o governo fez com o maior amor pra colocar os produtores aĩ pra trabalhar, pra se manter e manter o Estado e o Município e hoje a gente vive aqui dentro de um sufoco desse que sem poder trabalhar direito, porque nem bem o que se comer se tem. Talvez o nome da gente por lá por Aracaju, em qualquer lugar nós tinha, tivemos grande êxito de safra que tivemos aqui, mas pra nós não rendeu nada, até agora nós estamos com uns pezinhos de tomate, de feijão de corda pra ver se depois a gente cozinha uma água preta pra se comer, porque nada nós estamos vendo". (A.E.A. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto).

Assentados nos lotes e com o funcionamento parcial do projeto, os camponeses atendem a todas as diretrizes externas. Desapropriados de suas terras e atropelados na sua experiência, se limitam a plantar as culturas orientadas pela coordenação do projeto (arroz, tomate e milho); mesmo reconhecendo que isto significa uma mudança que re

percute diretamente no nível de vida da família. No "passado" plantavam cultivos que atendiam necessidades da família, no "presente" direcionam esses plantios a um mercado que não conhecem.

*"E aqui eu comecei aqui no lote já faz dois anos, me esqueci das minhas malhadas, não plantei mandioca mais nunca, o milhozinho que nós planta não guarda, vende". (J. C.D. 43 anos, Assentado em 2,4 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 23 ha em outra área.*

As dificuldades que os camponeses enfrentam cultivando produtos comerciais, têm relação imediata com as orientações do projeto, que alteraram significativamente o modo de vida da família e a organização do trabalho. O objetivo da produção passou a ser mercado, em detrimento do consumo, com consequências diretas no nível de vida dos camponeses.

Diante da estrutura do projeto e de conhecimentos tão alheios às suas experiências, no primeiro ano os camponeses assimilaram as imposições, mesmo as com que não concordavam. Vejamos como se expressa um camponês em relação à prática dos técnicos:

Pesquisador: O que é que os técnicos fazem aqui no Projeto?

Entrevistado: É visitar, ensinar, discutir com a gente, eles

querem de um jeito, a gente quer de outro.

Pesquisador: E eles aceitam as opiniões de vocês?

Entrevistado: Não, eles quando querem uma coisa é pra fazer, mesmo que esteja errada. Isso aí é o que eu discordo deles.

Pesquisador: E vocês fazem?

Entrevistado: Faz.

Pesquisador: Mesmo estando errado?

Entrevistado: Faz.

Pesquisador: Por quê?

Entrevistado: Mas se eles querem eu faço.

Pesquisador: E se não fizer?

Entrevistado: Aí não fica bem. (J.E.G. Assentado em 2,0 ha na Área do Projeto).

Após os resultados da primeira colheita os camponeses questionam as imposições e são forçados a desenvolver outras estratégias de sobrevivência. 57% dos entrevistados recorreram ao assalariamento. Assim, atribuem a responsabilidade da situação em que se encontram aos técnicos. Estes, considerados como representantes do Estado, exercitam a imediata dominação a que os camponeses se vêm submetidos. Os técnicos, por sua vez, têm certeza da vulnerabilidade dos camponeses e aproveitam para executar me

lhor as orientações do Estado:

"Pelo que tenho observado, o nível de influência nosso com relação aos produtores é muito grande, porque eu sou capaz, por exemplo, de chegar para o produtor e fazer com que ele plante o que eu quiser, muito embora eu não faça isso". (Técnico Agrícola).

No entanto, os camponeses começam a reagir às imposições que ameaçam a reprodução da família, desenvolvendo estratégias de sobrevivência que boicotam as diretrizes do projeto.

As bases do novo sistema de produção em Jabiberi foram estruturadas num longo jogo de conflitos entre o Estado e os camponeses, em que não há vencedores nem perdedores. Se por um lado, o Estado viabilizá o seu projeto, por outro, os camponeses têm o aprendizado prático de como se unir, organizar, negociar e lutar, subsídios fundamentais à elaboração de sua identidade social e política.

#### 5.1.1.5 - A Luta por Espaço para Culturas de Subsistência e as Novas Relações de Dependência

Frente a essa situação, os camponeses criam formas de resistência explícitas inicialmente pela reivindicação

ção de espaços nos lotes para produção de culturas de subsistência, contrariando as diretrizes técnicas do projeto. Essa reivindicação não se limita ao aspecto de reprodução física do grupo, mas à garantia do exercício da experiência, de uma margem de "autonomia" no próprio lote, em contraposição à subordinação técnica e cultural.

*"Israel disse ao técnico que quer um pedaço de terra pra plantar milho, feijão, porque chega mais ligeiro, ali a gente tem a barriga cheia mais ligeiro. O arroz sô é de seis em seis meses. Eles estão prometendo, num seise vai ter". (T.S. 42 anos, Assentada em 3 ha na Área do Projeto).*

Os fracos resultados da produção, a reivindicação constante dos camponeses e os problemas técnicos dos lotes, geram um espaço de fragilidade do Estado em que os camponeses aproveitam para tirar vantagens e fazer valer alguns dos seus interesses. Essa vitória favorece a construção de um clima de vigilância das ações do Estado.

Assim, o segundo plantio se dá a partir de uma mescla entre o conhecimento dos técnicos e o dos camponeses, como expresso pelos entrevistados:

*"Em 88 foi o segundo plantio de arroz, já não obedeci à técnica deles, já plantei uma parte como eles queriam e outra como eu queria, não deu melhor por causa*

do chuveiro. Aí eles falava que não tinha jeito pra mim não, que eu plantasse como eu quisesse, aí eu disse pra eles (os técnicos) que pra trabalhar com arroz eles tinha muito que servia, agora que na terra bruta eles tinham que aprender comigo". (E.E.S. 45 anos, Assentado em 2 ha na Área do Projeto).

"(...) Depois que a gente foi vendo que em umas áreas, a técnica deles era completamente errada, que a gente tinha experiência na terra porque a gente como filho da terra nasceu e se criou na terra, já sabe o clima do tempo, aí hoje a gente já tem umas exigências diferente, já não obedece toda exigência que eles querem". (J.A. 45 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 27 ha em outra Área).

Estes depoimentos revelam a persistência de uma lógica alheia àquela que a intervenção estatal pretende implantar.

Neste mesmo contexto de avanço dos camponeses, é assegurada uma área nos lotes para cultivos de subsistência. A mobilização camponesa para este fim e a diversidade de posições de técnicos do Estado em relação à questão, terminam por garantir essa conquista:

"Hoje a gente tem uma área no próprio lote como uma roçinha separada do consumo da casa, pra plantar no costume da gente, porque se a gente não tiver um preparo, quando chega uma época chuvosa, aí começa a tristeza, por que a fome do roçeiro começa, e dessa maneira a gente está

bem satisfeito". (A.E.A. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto).

A insistência em manter os cultivos de subsistência nos lotes é a forma mais exercitada de resistência. Seu conteúdo é constituído tanto da necessidade de manutenção do grupo familiar, quanto da conservação de práticas de cultivo que não põem em risco o trabalho do grupo. Afinal, o cultivo de produtos de subsistência depende principalmente da experiência dos produtores. Com isso é assegurada certa liberdade de ação nas parcelas e estabelecidos os limites de interferência dos técnicos.

Assim, a totalidade dos camponeses se empenha na consolidação de uma infra-estrutura que reforça a "condição camponesa", que assegura o seu projeto de "autonomia relativa", em oposição às diretrizes do projeto, que já não se fazem tão fortes; como expresso por um dos nossos informantes:

"Aqui tinha lote exclusivamente para arroz, então nós entramos em protesto com a firma que administra o perímetro para modificar esse lote também de arroz para outras culturas, ou fazer opcional para plantar o que quiser, ou determinar uma área pra fazer plantio de subsistência. O chefe não aceitava, mas com a nossa briga ele providenciou fazer opcional. Foi uma vitória ter conseguido transformar lotes de arroz em lotes também de outras culturas,

o chefe sem querer mesmo, foi obrigado a fazer. Tudo isso através de nossa organização e nossa luta". (J.A. 45 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto e Pequeno Proprietário de 27 ha).

As diferentes estratégias de sobrevivência e as formas de resistência eram, no "passado", circunscritas a cada unidade de produção. No "presente" elas são socializadas e enfrentadas através de cada camponês e da ação da associação dos irrigantes, fundada em 1988.

O fato de desencadear um movimento organizado contra a subordinação imposta pela intervenção estatal, não extingue a diferenciação interna do grupo. Pelo contrário, no seu interior há indícios dessa diferenciação, expressa principalmente pela propriedade de parcelas fora da área do perímetro, conforme analisado no Capítulo II. Os camponeses proprietários de áreas fora do projeto limitam-se à exploração da propriedade e do lote, já que os dois asseguram o necessário à reprodução do grupo.

Apesar da diferenciação, o impacto das ações do Estado no interior dos lotes atinge a todos os irrigantes, forçando-os a se defenderem coletivamente, pressionando para que as deficiências técnicas do projeto sejam superadas, principalmente porque a partir de 1990 todos os incentivos e custos como: taxa de água, crédito e bolsa de ali

mentos, assumidos até agora pelo Estado, serão repassados aos camponeses que, para pagá-los, necessitarão produzir normalmente.

A capacidade de mobilização do grupo, no entanto, não deve diluir aos olhos do analista as recentes dependências que são criadas com o funcionamento normal do projeto, o que impõe a criação de novas estratégias de sobrevivência e resistência, nem sempre tão férteis como aquelas até aqui desenvolvidas. Isto porque a agricultura irrigada impõe novos custos de produção, determinados pelo setor agroindustrial.

Mesmo assim, 54% dos camponeses entrevistados em Jabiberi, afirmaram que a condição necessária para ter sucesso na agricultura é ter alto nível tecnológico e a totalidade dos camponeses se diz dependente do crédito. Essas afirmações expressam as novas relações de dependência vivenciadas, como nas palavras de um camponês:

*"Vem uma verba, um recurso pra a gente aí, pagar hora de trator, adubo de três tipos, veneno, inseticida, quando chega em nossa mão já chega pequenino, mas quando ajunta tudo fica grande, mas é pra pagar de acordo com o preço mínimo do governo, só que esse preço é pela metade do que custa na feira, então pela frente o que vem pra nós tudo indica que é uma ruindade". (A.E.A. 48 anos, Assentado em 3 ha na Área do Projeto).*

Assim, as novas formas de subordinação que estão por vir, vão também encontrar no seu caminho as novas formas de resistência construídas na história coletiva do grupo, compondo um quadro onde a relação autonomia versus subordinação, ganha contornos a partir de possibilidades concretas.

#### 5.1.2 - A Resistência Entre os Irrigantes de Piauí

O processo de implantação da modernização em Piauí se dá num contexto bastante diferente do de Jabibeiri, e essas diferenças devem ser incorporadas à análise para compreendermos a especificidade da resistência cotidiana nos dois grupos.

Os camponeses de Piauí têm experiência com as ações modernizadoras do Estado, não têm o seu sistema de produção transformado e dispõem de uma margem de "autonomia" no interior da propriedade. Mas, o que permite aos camponeses de Piauí essa margem de "autonomia" diante da forte intervenção estatal?

##### 5.1.2.1 - A Manutenção dos Espaços e da Forma de Controle e Uso da Terra

Para esses camponeses, o controle e uso da terra

ra não sofrem transformações; apesar da intervenção esta tal. Como no "passado", a unidade de produção camponesa, em Piauí, continua no "presente" palco do exercício do seu projeto de "autonomia relativa". Nestes termos, a reorganização da produção nos dois grupos estudados, se processa em ritmos desiguais, dadas as suas possibilidades objetivas e a diferença da intervenção.

Se, por um lado, a propriedade da terra concede essa possibilidade de "autonomia" no interior do processo produtivo de cada família, por outro não estimula a construção de um processo coletivo de luta, de desenvolvimento de uma sociabilidade política, conforme observado em Jabiberi. Mas, as experiências dos grupos e os diferentes enfrentamentos que têm com o Estado os levam a trilhar caminhos próprios.

(19)

No caso de Piauí, a infra-estrutura montada apareçe como exterior aos camponeses, independente do seu dia-a-dia. Por isso, ao se referirem a ela até reforçam o discurso elaborado pelas instituições oficiais:

*"O projeto é muito bem montado, bem estruturado,*

---

(19) No momento da pesquisa, o projeto de irrigação já estava em funcionamento e a opinião dos camponeses sobre este refletia o discurso oficial, elaborado pelas instituições que atuam na área. Apesar do conteúdo desse discurso gerar-se em espaços alheios aos camponeses, termina por fazer parte do seu universo, pelas diferentes interferências que se dão no seu dia-a-dia.

muito bom, é tanto que eu aderi ao movimento". (J.S. Pequeno Proprietário de 3 ha na Área do Projeto).

"Eu acho bom, foi das melhor coisa que tivemos em Sergipe. Melhor do que esse, ninguém acha mais não". (P. S. 63 anos, Pequeno Proprietário de 2,5 ha na Área do Projeto).

No entanto, quando a esse discurso se contrapõem os seus interesses econômicos, sociais e políticos, o grupo reinterpreta a sua concepção e avalia diferentemente. O centro de análise passa a ser a unidade produtiva em oposição às imposições exteriores. E a prática se revela diferente da apreciação, já que 75% dos camponeses rejeitam totalmente o projeto.

A implantação do projeto de irrigação é permeada de conflitos entre os camponeses e os agentes do Estado. Os discursos e a prática de ambos se reelaboram no interior desses conflitos, sem no entanto, se evidenciarem como enfrentamento aberto. A memória social registra que a primeira vez que os camponeses escutaram falar no projeto de irrigação foi através de um técnico:

"Bom, o trabalho se deu no momento em que começa a nossa participação(...), já havia um cadastro inicialmente na área dos proprietários e um estudo sócio-econômico realizado por uma empreiteira. A gente tinha como tarefa

fazer a divulgação do projeto na obra. Começamos a fazer contato com associações, sindicatos, com a prefeitura, com os moradores também, contatos individuais com os proprietários (...), a gente marcou reunião à noite, algumas vezes em casa de proprietário, nessas reuniões se pensou colocar pra os associados da região como é que nasce a idéia desse projeto ali na área, é óbvio que na concepção do Estado, o Estado sentindo a necessidade da implantação de um projeto". (Assistente Social).

Nesses contatos, o discurso oficial formulado em espaço exterior aos camponeses era apropriado e reinterpretado segundo os seus medos e temores, mas não colocava em cheque a concepção do projeto, apenas a situação de vulnerabilidade diante da imposição da modernização. Assim, muitos comentários surgiram:

"[...] Se o cara não irrigasse; o governo ia tomar as terras, ia ser posto pra fora, o governo ia tomar as terras e dividir os lotes (...)" (A. S. 54 anos, Pequeno Proprietário de 2,8 ha na Área do Projeto).

"[...] alguns diziam. não adianta a gente resistir, porque o Estado vai acabar fazendo o que ele quer". (J. Q. A. 69 anos, Pequeno Proprietário de 20 ha na Área do Projeto).

#### 5.1.2.2 - A Reação à Instalação da Irrigação e os Limites entre o Público e o Privado

O movimento de idéias exteriores aos camponeses

e suas próprias formulações gera um clima de desconfiança em relação ao projeto e de impotência diante do Estado.

Os técnicos apropriam-se desse discurso e o utilizam para convencer os camponeses:

"(...) olha, infelizmente, o Estado quando tem o seu projeto, ele faz passar de qualquer forma, então a história é um pouco por aí, não que a gente fosse tipo assim, amedrontar, conversando nós mostramos que vai ser difícil permanecer porque já houve toda uma negociação anterior e acho que o senhor tem uma experiência e conhece que o Estado quando tem um interesse, se ele não consegue uma negociação amigável, ele desapropria por interesse público, então eu acho que é melhor a gente tentar um entendimento, porque é melhor sob todos os aspectos para o indivíduo". (Assistente Social).

Reprimiam-se assim, as reações às inovações, mas os camponeses não se convencem e voltam a argumentar individualmente, rebuscando a sua experiência e procurando mostrar a inviabilidade técnica do projeto: "A falta de água aqui não é muito grande, tem lugares aí no sertão que é de precisar, falta água e muita água". (J.S. 45 anos, Pequeno Proprietário de 3 ha na Área do Projeto).

No entanto, essa reação não se evidencia organizada, sem conseguir impedir as ações do Estado. E aí, conforme aconteceu em Jabiberi, a desproporcionalidade da

força entre o Estado e os camponeses não impede a construção do projeto como planejado. Junta-se a isso a incapacidade do grupo de arregimentar aliados e mediadores para em .  
campar o movimento de reação.

Assim, o sindicato é procurado pelos técnicos para ser envolvido no processo de negociação, mas não se en  
volve:

*"O sindicato, eu mesmo na época não estava lá, mas o sindicato foi convidado a participar e o próprio sindicato foi o primeiro a não querer participar, vários técnicos tiveram aqui conversando comigo e até ignoraram, na época o sindicato não estava presente, então eu falei que o sindicato sempre, que eu conheci de perto no movimento sindical, mas nós estávamos com uma diretoria sem incentivo ao trabalhador, que justamente é aí que o sindicato caiu por falta de incentivo, de uma diretoria, então o sindicato que é o cabeça pra enfrentar todos esses objetivos ao trabalhador rural, foi o primeiro que se afastou, que ne  
gou acompanhar esse movimento". (P. S. 63 anos, Pequeno Proprietário de 2,5 ha na Área do Projeto).*

Diferente de Jabiberi, em Piauí não havia desa  
propriação, mas o sistema de irrigação a ser implantado exigia que fosse feita a instalação subterrânea para con  
duzir água a todas as propriedades, o que implicava na in  
denização de pequenas áreas em cada propriedade.

Apesar da insistência dos agricultores em não

aceitar o projeto, os trabalhos de implantação se desenvolvem normalmente e nenhuma ação coletiva é evidenciada. Os camponeses reagem nos limites da sua propriedade e não expressam o reconhecimento de direitos coletivos que não estavam sendo respeitados.

Uma equipe multidisciplinar é responsável em tentar o convencimento dos produtores. Trabalha para minar a resistência que tomava forma no interior de cada propriedade. Um técnico explica como se deu a situação:

*"Chegando à propriedade a gente pedia autorização pra fazer as medidas por onde ia passar a tubulação ou a construção de drenos, assim que o proprietário consentia a gente tirava todas as medidas (...) e entregava ao responsável pra tirar a topografia do terreno". (Técnico Agrícola).*

No entanto esse ritmo de trabalho é quebrado pela equipe responsável pela colocação dos tubos de instalação em cada propriedade. Assim descreve um camponês:

*"Eles queriam fazer o trabalho pra entregar no prazo determinado (...), eles chegavam no domingo invadíndo as propriedades sem pedir autorização". (J.S. 45 anos, Pequeno Proprietário de 4 ha na Área do Projeto).*

Esse comportamento causa uma reação de revolta

nos camponeses, mas, segundo os depoimentos:

"Na hora da invasão, como o número de homens era muito grande, eles tinham medo. Quando chegava um ou dois técnicos, a reclamação era grande. Na hora de assinar o documento da indenização eles queriam pagar a mesma quantia para que a propriedade deles não fizesse parte do projeto". (Técnico Agrícola).

"Muitas vezes nós fomos postos pra fora, as pessoas iradas com o que estava acontecendo". (Agrônomo).

Insatisfeitos com a invasão das propriedades e dos seus direitos, os camponeses reagem individualmente, e, mesmo sem aceitarem o projeto, as propriedades continuaram a ser invadidas. Diferente do que ocorreu em Jabiberi, em Piauí as ações do Projeto não reorganizam o espaço, mas partem de uma organização social pré-existente. Assim, a partir dos conflitos que se dão no dia-a-dia as práticas dos atores são reelaboradas. Os camponeses têm suas propriedades invadidas e reagem individualmente, sem no entanto, conseguirem se impor. O Projeto invade, destrói cultivos e instala a infra-estrutura através do convencimento e da coerção. Nem por isso os camponeses se dobram. Dão respostas no momento do funcionamento do projeto, rejeitando-o. Isso se revela como estratégia de reação ao enquadramento no modelo elaborado pelo Estado onde, através da

criatividade camponesa, se desenvolvem diferentes formas de resistência, discretas, surdas, não organizadas, mas sempre presentes no processo de produção.

"A gente percebe, de repente, desde a sua implantação no Projeto gerou resistência, revolta muito grande, sabe, na época da infra-estrutura hidráulica, da invasão de sítios, quebra de cerca, escavação das propriedades sem pedir permissão (...) Porque às vezes as pessoas saíam pra feira e chegavam, estava uma máquina dentro da cerca, a cerca quebrada, com a terra escavada sem ter sido comunicado, isso já foi a partir daí essa aversão pelo projeto". (Agrônomo).

#### 5.1.2.3 - Rejeição e Adoção das Diretrizes do Projeto

A aversão dos camponeses ao projeto tem diferentes explicações. Em relação às deficiências técnicas do Projeto:

"Uma propriedade como essa aqui não precisava, aí é perdido, outras mais adiante só tinha um quintalzinho, só uma cozinha e botaram hidrante, aí só sendo extravagância de projeto (...) Aqui colocaram muito distante do terreno, aqui devia ser no meio e botaram no canto, gasta muito material pra alcançar o leito do terreno". (A.S. 54 anos, Pequeno Proprietário de 2,8 ha na Área do Projeto).

Na dificuldade de mercado para os produtos cul

tivados:

"Que tivesse mercado certo, da pessoa se deslocar, tivesse aquele local certo de vender aquela mercadoria. A pessoa passa da mão de um atravessador pra outro, no fim o agricultor não tem resultado nenhum, mas trabalha feito doido". (P.S. 63 anos, Pequeno Proprietário de 2,5 ha na Área do Projeto).

"Rapaz, eu quero continuar com os mesmos cultivos porque os outros não dá não, de maneira nenhuma, porque não dá nem pra mão-de-obra, porque não tem onde vender, agora nessa eu plantei uma batatinha e não tive onde vender, perdi a produção, só foi mesmo pra ir comendo e pronto". (J.P. 32 anos, rendeiro de 1,5 ha na Área do Projeto).

Na utilização da irrigação apenas nos períodos da seca, como substituição da chuva:

"Se houvesse um interesse, eles poderiam questionar a gente. Eles só procuram a gente no momento de necessidade, que eles estão necessitando de um pouco de água pra salvar uma cultura, pra salvar, sabe? Não percebo dentro daquela comunidade ninguém ter assim um interesse em usar a irrigação pra ampliar seus horizontes, agricultura, pra aumentar, pra diversificar sua produção, pra querer usar sistematicamente, pra irrigação fazer parte do seu dia-a-dia de agricultor, isso até hoje não aconteceu". (Agrônomo).

Na insistência em manter os procedimentos técnici

cos do "passado".

*"No plantio do milho o técnico ensinava pra botar dois ou três caroços em cova, de vinte em vinte centímetros, então o trabalhador não fez isso, ele só se satisfaz plantar com cinco caroços aqui, mais um metro mais cinco, ele acha que botar cinco caroços vai render mais e vai achar mais terras desocupadas". (P.S. 63 anos, Pequeno Proprietário de Terra, 2,5 ha na Área do Projeto).*

Assim, os camponeses justificam a não adesão ao projeto, pela forma de intervenção que o Estado teve no momento de implantá-lo, pelas deficiências técnicas que apresenta e pelas novas relações de dependência.

Nesse processo de avanços e recuos, os camponeses avançam quando os conflitos têm como palco de atuação a sua propriedade, onde se dá a sua "autonomia", a sua capacidade de decidir. Na lógica de funcionamento dessa propriedade, o Estado não consegue avançar, no entanto, reelabora sua prática para novas investidas, dobra a assistência aos camponeses que aderem às suas diretrizes, doando equipamentos e tornando-os modelos.

Se por um lado há rejeição ao projeto por 75% dos camponeses de Piauí, por outro, há aqueles que o utilizam; nem por isso a apropriação se dá sem mediações. Em campo, observa-se que há uma espécie de consentimento dos

camponeses que utilizam o sistema de irrigação em dispor de uma pequena área de sua parcela para as inovações. O fato de aderir parcialmente ao projeto é justificado de diferentes maneiras pelos camponeses. É uma forma de impor limites à ampliação da dependência externa, já que a maior parte da área é cultivada segundo sua experiência. Assim, garantem a sua "autonomia" nos limites da sua propriedade através da criação de um conjunto de estratégias peculiares, em que argumentam de diferentes maneiras a não-adesão:

*"Porque às vezes dá muito trabalho o que eles mandam fazer, a gente tem tempo assim, e às vezes a gente faz assim, mas eles mandam fazer". (H.S. 31 anos, planta em 0,5 ha doado por parente).*

Apesar de seguirem as orientações técnicas quanto aos espaçamentos das culturas, no geral eles preferem trabalhar como sempre trabalharam, acrescentando em uma ou outra atividade sugestões dos técnicos. No decorrer da pesquisa constatamos que os camponeses têm conseguido fazer valer essa posição, trazendo para sua rotina parte das imposições externas, mediadas pelos seus interesses.

*"Olhe, eles nunca forçam a gente a plantar nada não, a gente planta o que quer plantar, eles nunca forçam a gente a plantar, olhe, eu quero que você plante isso, eles apenas dão orientação, você quer plantar isso? Se a pessoa vê que está prestando a dizer: eu quero, como eu já*

plantei batatinha". (J.P. 32 anos, rendeiro em 1,5 ha na Área do Projeto).

A redefinição dessas ações está também expressa no discurso dos técnicos:

"É não promover mudanças que sejam muito bruscas e que tenham mercado garantido: batata-doce, amendoim e o próprio milho-verde. Aí não tem problema de comercialização porque não são perecíveis, o Estado sempre está deficitário (...). O Trabalho que se vai fazer é não promover muitas mudanças, plantar culturas que tenham maior identificação com as que eles já cultivam. Então a tendência é essa. Essas culturas dependem diretamente da irrigação; com a chuva, o risco é grande". (Agrônomo).

É nesse sentido que as estratégias de resistência e sobrevivência em curso, constituem um elenco bastante diversificado, com variações a nível de cada parcela, mas conformando um perfil social e político que impõe um ritmo lento às imposições externas.

Assim, podemos afirmar que a prática do grupo camponês pequeno proprietário impõe esse ritmo às mudanças. No entanto, não podemos deixar de incorporar à análise a diversidade de posições existentes no interior do grupo como um todo, onde os rendeiros (12%) têm uma posição destacada. Para estes, que são provenientes de outros municípios e arrendam pequenas áreas, conforme detalhado no Ca

pítulo III, produzir o máximo possível com a maior rentabilidade é a única alternativa de compensar o empreendimento em áreas diminutas.

Assim, para a maior parte dos camponeses, a resistência às inovações se dá para preservar a sua condição de "autonomia" em oposição ao aumento da subordinação que a modernização impõe. Para uma minoria, esta última condição é a única forma de acesso à terra, num processo em que as políticas agrícolas formuladas pelo Estado se defrontam com reações diversas dos grupos alcançados, segundo as suas condições objetivas e a capacidade de articulação de movimentos que impõe certo ritmo aos seus impactos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de projetos de irrigação nas áreas ocupadas pelos grupos estudados desencadeou um processo desigual de incorporação da modernização, influenciado pelas condições atuais e experiências do "passado", implicando a redefinição da relação autonomia versus subordinação em cada parcela familiar. Ao analisar esse processo, o estudo evidenciou os limites e as possibilidades das ações dos camponeses e do Estado no processo recente de modernização agrícola, através das mudanças observáveis na organização da produção e nas estratégias de sobrevivência e resistência que se geram:

- . A primeira mudança que se dá na organização da produção é a alteração do ciclo agrícola tradicional, dependente das chuvas. A disponibilidade de água no interior da parcela transforma a relação cultivos versus condições climáticas, o que, por sua vez, interfere na lógica de produção e comercialização dos grupos estudados. Com a agricultura irrigada os camponeses se orientam menos pelo calendário agrícola das culturas do que pelas neces

sidades do mercado. Essa mudança é mais intensa em Jabiberi, onde as condições de produção do "passado" foram transformadas;

A agricultura irrigada aumenta a dependência a condições externas à unidade de produção. O funcionamento do sistema de irrigação é controlado fora do lote. Assim, a decisão do horário de irrigar e da quantidade de água em cada cultura é tomada a partir de parâmetros técnicos não dominados pelos agricultores. Essa situação é observável nos dois grupos, sendo maior em Jabiberi, onde o sistema implantado impõe maior dependência externa;

A relação dos grupos com a tecnologia é redefinida. Os diferentes sistemas de irrigação implantados exigem a utilização de insumos e procedimentos tecnológicos alheios à experiência camponesa. No entanto, os grupos se comportam diferentemente diante dessa exigência, dependendo da experiência do "passado" e do tipo de intervenção estatal a que estão sujeitos. Em Jabiberi, o tipo de sistema utilizado e a possibilidade de acesso à terra, que o projeto representa, tornam os camponeses mais dependentes das diretrizes externas. Em Piauí, o tipo de sistema utilizado e a propriedade da terra geram uma dependência menor, de acordo com a opção do camponês. Assim, para o primeiro grupo a tecnologia repre

·senta um elemento de crescente subordinação, enquanto para o segundo grupo é um elemento de maior autonomia, já que aumenta a possibilidade de trabalho da família no interior da parcela, sem ameaçar a margem interna de decisão;

· As relações de trabalho sofrem profundas alterações com a implantação dos projetos. A diferenciação interna do grupo em Piauí, é aprofundada com o surgimento de novas formas de arrendamento. No entanto, em Jabiberi há uma retração desse processo. Constatamos, assim, que a diversidade de formas com que o Estado interfere na organização da produção camponesa e as possibilidades das respostas destes às políticas públicas acentuam a diferenciação interna. Nesses termos, o Estado financia essa diferenciação. Igualmente, a esfera do trabalho feminino em Jabiberi experimenta mudanças em decorrência do caráter da intervenção estatal. A separação casa/lote pressionou a mulher a permanecer nas atividades domésticas. Embora pouco analisado nesta dissertação, investigar as representações das mulheres acerca das transformações do seu papel no grupo familiar se constitui em fértil tema para outros estudos;

· A intervenção do Estado no campo apresenta múltiplas tendências a depender dos interesses que estão contidos na sua ação. Essa intervenção é um instrumento essen

sencial ao desenvolvimento das relações capitalistas no meio rural integrando os camponeses a uma complexa rede de relações com o mercado, como compradores (de insumos, instrumentos e força-de-trabalho) e vendedores de produtos e de força-de-trabalho;

No "passado" e no "presente", o Estado introduziu instrumentos de política que redirecionaram o processo de reprodução social dos camponeses estudados, provocando o desenvolvimento de estratégias defensivas. O caráter dessas estratégias é definido pela forte intervenção estatal e pela capacidade de resposta dos grupos que procuram preservar a unidade de produção. Isto quer dizer que, de forma diferente, há alteração na lógica de produzir e comercializar dos camponeses, sem, no entanto, dar-se a sua total transformação. Nesse sentido, as estratégias desempenham importante papel, já que são mecanismos de defesa que garantem uma margem de "autonomia" no interior da unidade de produção. As diferentes trajetórias dos grupos no "passado" e no "presente" levam-n~~os~~ a concluir que o conjunto dos camponeses alcançados pelos projetos de irrigação não dispõe de um projecto coletivo para responder às intervenções exteriores, mas o constroem continuamente, a depender das suas condições objetivas e do caráter da intervenção;

O processo de modernização relacionado às condições ob

jetivas dos dois grupos estudados influencia na forma como eles se vêem. Os camponeses de Piauí têm uma visão positiva das suas condições de trabalho e vida, expressa pela capacidade de assegurar a reprodução social do grupo a partir da própria parcela. Essa capacidade é expressa na garantia de valores, tradições, relação específica com a natureza e uma certa "autonomia" no processo produtivo. Já os camponeses de Jabiberi se vêem excessivamente dependentes de condições exteriores para se reproduzirem, o que limita a sua "autonomia" relativa na parcela, apesar da luta constante para assegurá-la. O rompimento com o sistema tradicional de produção impôs redefinições na forma como eles se vêem, agora mais dependentes das condições externas à unidade de produção.

Apesar da especificidade de cada ação, existem elementos que são comuns aos dois grupos nesse processo. É o caso do movimento de avanços e recuos nas suas ações de resistência. Ora assegurando os seus interesses, ora cedendo àqueles do Estado, mas vigilantes em relação à reprodução das suas condições sociais com um mínimo de "autonomia".

O movimento de avanços e recuos se dá, também, a nível das ações do Estado, passando pelas concepções que

têm os seus técnicos em relação à reprodução camponesa. Essa forma de encarar a ação do Estado nos levou além das hipóteses deste estudo, rompendo com a visão da intervenção enquanto homogeneizadora de relações sociais e transformadora de camponeses em produtores modernos, segundo previsto nos seus planos. Assim, concluímos que o Estado redefine os seus projetos no processo das suas intervenções, a depender do jogo político que estabelece com outros grupos, de acordo com suas diferentes trajetórias, sem unificar as suas experiências no presente, apesar de ampliar a sua subordinação. Os camponeses, por outro lado, tentam adequar algumas dessas ações do Estado aos seus interesses, transformando-as em plataforma de resistência. Enfim, é esse movimento, que compõe o jogo político-social, a partir do qual os camponeses se reproduzem sempre lutando para assegurar, a nível do processo imediato de produção, a "autonomia relativa".

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEASE. A irrigação pública estadual. Sergipe, 1987.

ALMEIDA JÚNIOR, Armando F. Relações de produção em um projeto da CODEVASF; o perímetro irrigado de Mandacaru. Campina Grande, UFPB, 1986. (Tese Mestrado).

ALVIM, Zuleica. Brava gente! os italianos em São Paulo. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ARCHETTI, P. Una visión general de los estudios sobre el campesinato. In: ——— Campeinado y estructuras agrarias en América Latina. Quinto CEPLAES, 1978.

BARTRA, Armando. La explotación del trabajo campesino por el capital. México, Macehual, 1979.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. A Preservação do campesinato na área do brejo paraibano. Cadernos de Difusão de Tecnologia. V. 1, nº 1, p. 53-69, jan./abr., 1984.

COHIDRO, Projeto executivo de irrigação Piauí; - planejamento hidroagrícola. Aracaju, s. ed. 1985.

\_\_\_\_\_. Relatório FAO/COHIDRO. Aracaju, s. ed. 1989.

CRUZ, Fernando L. Diretrizes de política econômica e social para o Estado de Sergipe; setor agrícola - traços gerais e proposições. Aracaju, s.ed. 1988.

\_\_\_\_\_. Questões e perspectivas da agricultura em Sergipe. Aracaju, s. ed. 1988.

\_\_\_\_\_. Setor agropecuário; comportamento geral. Aracaju, s. ed. 1988.

FIGUEIREDO, Wilma de M. O Campo histórico da tecnologia e os trabalhadores rurais sindicalizados. Temas Rurais. Recife, V. 2, nº 3, np. jan./abr. 1989.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Terra de trabalho. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1975. (Tese de Mestrado).

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, Vozes, 1987.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a história. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.

HEREDIA, Beatriz Maria Alazia de. A Morada da vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octávio. Utopia camponesa. Texto apresentado no IX Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1985.

INCRA. 1º Plano de reforma agrária da nova república. Ser gipe, s. ed. 1985.

KAGEYAMA, Ângela. Modernização, produtividade e emprego na agricultura; Uma análise regional. São Paulo. UNICAMP 1986. (Tese Doutorado).

LAVINAS, Lena. Perímetro irrigado: Na mira, a lógica do valor. s. l., s. ed. 1984.

LENIN, A. Desintegração do campesinato. In: ——— O De senvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).

MARTINE, G. & GARCIA, R. C. Os impactos sociais da moder nização agrícola. São Paulo, Caetés, 1987.

MARX, Karl. Capítulo VI. - Inédito de o capital. São Pau lo, Moraes, 1985.

MENEZES, Marilda A. de. Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba. Campina Grande, UFPB, 1985 (Tese de Mestrado).

MINTER/SUDENE. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. s.l. s. ed. 1985.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo, Vértice, 1988.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história; operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PINTO, João Bosco G. Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural. Recife, MINTER/SUDENE/POLONORDESTE-OEA, 1981.

PORTO, M.<sup>a</sup> Stella G. Considerações teóricas sobre a análise marxista da pequena produção familiar. Revista Nordeste Rural. Recife, V . 2., n.p. abr./jun./1988.

\_\_\_\_\_. "Tiriri: a produção ideológica como produção material". In: FIGUEIREDO, W. Estado, sociedade e tecnologia agropecuária. Brasília, s. ed. 1989.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890/1930. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1987.

RIBEIRO, Ivan de Otero. Agricultura, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ROMANO, Jorge. Identidade e política. Rio de Janeiro. PPGAS, Museu Nacional, 1987.

SADER, E. & PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: ———— A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

SAGRI, Estatística da agropecuária sergipana. Sergipe, Nº 01, 1980/86.

———. Plano anual de produção e abastecimento para 1979. Aracaju, CEPA, 1979.

———. Plano anual de produção e abastecimento de Sergipe para 1976. Aracaju, CEPA, 1975.

———. Projeto de assistência técnica e irrigação pública do Estado de Sergipe. Aracaju, 1986.

———. Projeto campo verde: estratégias para o desenvolvimento do setor agropecuário - 1987/1991. Aracaju, 1987.

———. Sinopse da produção agropecuária sergipana - 1980 1986. Aracaju, 1986.

SALES, Tereza. Agrestes, agrestes - transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SANTOS, Adelci F. & ANDRADE, J. A. A Citricultura na modernização da agricultura em Boquim. Cadernos Sergipanos de Geografia. Aracaju, nº 9, 1980.

SCHERER-WARREN, Ilse. O Que é que há de novo nos movimentos sociais no campo? Temas Rurais. Recife, V. 2, mai. agosto, 1989.

SEPLAN, Linhas de ação para o desenvolvimento de Sergipe 1984/1987. Aracaju, 1984.

———. Anuário estatístico de Sergipe/1984. INEP/DID, 1984.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês. Conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. In: Estudos CEBRAP 23, São Paulo, 1980.

SIDERSKY, Pablo. Mercado e reprodução da unidade camponesa; Estudo de Caso sobre os Pequenos Produtores de Abacaxi da Paraíba. Campina Grande, UFPB, 1989 (Tese de Mestrado).

SILVA, J.G. da. A Modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

———. Estrutura agrária e irrigação no Nordeste. Temas Rurais. Recife, V. 1, jul./dez. 1988.

———. et alli. Impacto do progresso técnico na agricultura paulista - 1960/80. Campinas, s. ed. 1988.

———. & KAGEYAMA, A. Os resultados da modernização agrícola nos anos 70. Revista de Estudos Econômicos. São Paulo, set./out. 1983.

SILVA, Rosemiro M. da. A luta dos posseiros de Santana dos Frades. São Paulo, PUC, 1987. (Tese Mestrado).

SOARES, Luiz E. Campepinato: ideologia e política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade).

WANDERLEY, Lillian de Lins. Mudança na utilização da terra e modernização da citricultura sergipana -1970/1985. Aracaju, UFS, 1988. (Tese Mestrado). (a)

WANDERLEY, Maria Nazaré B. Trajetória social e projeto de autonomia: Os produtores familiares de algodão da região de Campinas - São Paulo. Cadernos IFCH - UNICAMP, São Paulo, 1988. (b)

WILKINSON, John. O estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, Hucitec, 1986.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

WOORTMANN, Klaas. A. A transformação da subordinação.

In: Anuário Antropológico, Tempo Brasileiro - UFCE - Fortaleza/RJ, pág. 204/229, 1981.

VELHO, Otávio G. Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

ANEXO IICRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS COLONOS DO PERÍMETRO IRRIGADO  
JABIBERI

Será selecionado o candidato que:

1. Tenha idade superior a 21 anos e inferior a 60, que não seja:
  - a) Proprietário de imóvel rural, exceto propriedades que sejam comprovadamente insuficiente para sustento próprio e da família;
  - b) Proprietário de indústria ou comércio;
  - c) Funcionário público e autárquico, civil e militar da administração Federal, Estadual e Municipal;
2. Assuma o compromisso de residir com sua família na parcela ou adjacência, explorando-a direta e pessoalmente, eventualmente com ajuda de terceiros, sendo preferentemente do município onde se localiza a parcela.
3. Apresente boa sanidade física e mental.
4. Apresente atestado de bons antecedentes.

Observação: Na ponderação dos critérios classificatórios são considerados também:

- . Experiência anterior do pretendente;
- . Força-de-trabalho da família;
- . Tempo de atividade agrícola;
- . Nível de participação em atividade associativa;
- . Renda Anual.

A N E X O S

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

.174

QUESTIONÁRIO PARA PEQUENOS PRODUTORES RESIDENTES NA ÁREA DO PROJETO  
(ANO BASE 1988)

PROJETO \_\_\_\_\_

Nº DO QUESTIONÁRIO \_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_

ENTREVISTADORA \_\_\_\_\_

PARTE I

A. Identificação e Características do Pequeno Produtor e sua Família.

1. Responsável pelo grupo familiar \_\_\_\_\_

2. Estado Civil

- a) Solteiro ( ) b) Casado ( ) c) Viúvo ( )  
d) Separado ( ) e) Amasiado ( )

3. Quem mora na casa?

PRENOME	GRAU DE PARENT.	IDADE	SEXO	GRAU DE INS (1)	PART. NA PRODUÇÃO FAMILIAR		TRAB. FORA USUO FAMU.		TRABALHO EM ATIVIDADES N/AGRIC.	
					INTEGRAL	PARCIAL	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										

(1) ANALFABETO - 1 1º GRAU COMPLETO - 3 2º GRAU COMPLETO - 5  
SÓ ASSINA O NOME-2 1º GRAU INCOMPLETO-4 CURSO IRRIGAÇÃO - 6

4. Há quanto tempo mora no município?

\_\_\_\_\_

5. Onde morava antes de se integrar no Perímetro?

\_\_\_\_\_

6. Onde mora atualmente?

- a) No lote ( )
- b) No Povoado ( )
- c) Na agrovila ( )
- d) Outro \_\_\_\_\_

7. Já trabalhou fora do município?

- a) Sim ( )
- b) Não ( )

Se afirmativo:

ANO ( DE.....A)	ONDE?	OBSERVAÇÃO

8. É membro de alguma organização ou Associação?

- a) Sim ( )
  - b) Não ( )
- Qual? \_\_\_\_\_

9. Qual sua situação no Perímetro?

- a) Proprietário ( )
- b) Assentado ( )

10. Tem outra propriedade fora da área do Perímetro?

- a) Sim ( )
- b) Não ( )

Em caso afirmativo:

- a) Explora diretamente ( )
- b) Arrenda ( )
- c) Dá em parceria ( )
- d) Não explora ( )

ha.	Área	Tarefas
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

11. Trabalha apenas no lote?

- a) Sim ( )                      b) Não ( )

Se negativo, em que condição?

	ha	Área	Tarefas
a) Meciro _____	_____	_____	_____
b) Ocupante _____	_____	_____	_____
c) Arrendatário _____	_____	_____	_____
d) Assalariado _____	_____	_____	_____
e) Outros _____	_____	_____	_____

12. Qual é a sua ocupação principal? E a secundária? Especificar por ordem de importância para hoje e antigamente.

Hoje	Antes do Projeto
a) Agricultura ( )	( )
b) Comércio ( )	( )
c) Artesanato ( )	( )
d) Trab. Assalariado ( )	( )
e) Outros _____	_____

13. Qual o tamanho do seu lote?

- a) Área total \_\_\_\_\_                      b) Área Irrigável \_\_\_\_\_  
c) Área irrigada \_\_\_\_\_                      d) Área Sequeiro \_\_\_\_\_

14. Qual o tipo de irrigação utilizada?

- a) Gravidade ( )                      b) Pressão ( )

B. Produção Agropecuária no Estabelecimento familiar (1988)

177

15. Produção Agrícola no lote.

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA		PRODUÇÃO ANUAL - TOTAL		QUANT. VENDIDA	PREÇO MÉDIO DE VENDIDA X UNIDADE (EM CZ\$)	VALOR TOTAL	FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO (1)	QUANT. AUTO-CONSUMIDA
	IRRIG.	SEQ.	UNID.	QUANT.					
ARROZ									
FUMO									
MILHO									
FEIJÃO									
MANDIOCA									
INHAME									
BATATINHA									
MARACUJÁ									
TOMATE									
CEBOLA									
PIMENTÃO									
BANANA									

16. Produção Agrícola em outra área (Para os que possuem)

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA		PRODUÇÃO ANUAL - TOTAL		QUANT. VENDIDA	PREÇO MÉDIO DE VENDIDA X UNIDADE (EM CZ\$)	VALOR TOTAL	FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO (1)	QUANT. AUTO-CONSUMIDA
	IRRIG.	SEQ.	UNID.	QUANT.					
ARROZ									
FUMO									
MILHO									
FEIJÃO									
MANDIOCA									
INHAME									
BATATINHA									
MARACUJÁ									
TOMATE									
CEBOLA									
PIMENTÃO									
BANANA									

(1) NS - NÃO SABE  
G - GOVERNO

VC - VENDA AO CONSUMIDOR - I - INTERMEDIÁRIO  
C - COOPERATIVA

## 17. Produção Pecuária no Lote

ANIMAIS	TOTAL EM EXISTÊNCIA	QUANTIDADE		FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO (1)	LOCAL DE VENDA (2)
		VENDIDA	AUTO-CONSUMIDA		

## 18. Produção Pecuária em Outra Área (Para os que possuem)

ANIMAIS	TOTAL EM EXISTÊNCIA	QUANTIDADE		FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO (1)	LOCAL DE VENDA (2)
		VENDIDA	AUTO-CONSUMIDA		

(1) NS - NÃO SABE, VC - VENDA AO CONSUMIDOR,  
I - INTERMEDIÁRIO G - GOVERNO, C - COOPERATIVA

(2) L - LOTE, M - MUNICÍPIO FM - FORA DO MUNICÍPIO

19. Quem administra o lote?

- a) O pai ( )  
 b) A mãe ( )  
 c) Um filho ( )  
 d) Outro. Especificar \_\_\_\_\_

20. Quem é responsável pela comercialização dos Produtos?

- a) O pai ( )  
 b) A mãe ( )  
 c) Um filho ( )  
 d) Outro. Especificar \_\_\_\_\_

21. Trabalho Familiar e Contratado no Estabelecimento

a) Atividades Agrícolas

ATIVIDADES	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR				MÃO-DE-OBRA CONTRATADA (h/d)	
	Nº DE DIAS DE SERVIÇO					
	PAI	MÃE	FILHOS			OUTROS MEMBROS
HOMENS			MULHERES			
- ARAR						
- GRADEAR						
- SULCAR						
- ADUBAR						
- PLANTAR						
- TRANSPLANTAR						
- LIMPAR						
- RALEAR						
- TRATOS FITOSSANITÁRIOS						
- FAZER TABULEIROS						
- ARRANCAR						
- CORTAR						
- SECAR						
- TRILHAR						
- SELECIONAR						
- EMBALAR						
- TRANSPORTAR (INTERNO)						

## b) Outras Atividades da Família

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL				
	PAI	MÃE	FILHOS	FILHAS	OUTROS MEMBROS
Cuidados com os Animais - Alimentação - Pastoreio					
Trabalho Doméstico - Limpeza da casa - Cozinha - Roupas					

## 22. Insumos:

## a) Máquinas

MÁQUINAS	UTILIZAÇÃO		UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	CONDIÇÃO		
	SIM	NÃO					PRÓPRIO	ALUGADO	ASSOCIAÇÃO
Aração Trator Tração Animal									
Gradagem Trator Tração Animal									
Trilhagem									

## b) Produtos

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Sementes				
Fertilizantes				
Produtos Químicos				

## c) Mão-de-obra Contratada

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
H/d			

23. Há presença de Outras Relações de Trabalho no Estabelecimento Familiar?

a) Sim ( )                      b) Não ( )

Quais? \_\_\_\_\_

24. Toma emprestado dia de serviço?

a) Sim ( )                      b) Não ( )

Para o lote?

a) Sim ( )                      b) Não ( )

Para outra área?

a) Sim ( )                      b) Não ( )

25. Empresta dia de serviço?

a) Sim ( )                      b) Não ( )

26. Realiza atividades agrícolas em grupo ou em sociedades com outras pessoas?

a) Sim ( )                      b) Não ( )

Quais? \_\_\_\_\_

Se afirmativa:

Com quem?	Relação	Para que culturas?

## C. FONTE DE RECURSOS

27. O senhor usa crédito de custeio?

a) Sim ( )      b) Não ( )

28. Usa crédito de comercialização?

a) Sim ( )      b) Não ( )

29. Que investimentos foram realizados desde a instalação do Estabelecimento?

DISCRIMINAÇÃO	DATA	RECURSOS UTILIZADOS				OBSERVAÇÃO
		PRÓPRIO	OFICIAL	PRIVADO	DOAÇÃO	
Reforma de Casa Aquisição Equipamento Irrigação:						
Investimentos realizados no lote Cerca Sistematização Implementos e Ferramentas						

30. A família dispõe de rendimentos externos provenientes dos seus membros?

RELAÇÃO DE PARENTESCO	FONTE DE RECURSOS				
	ATIV. AGROPEC.	ATIV. N/AGROPEC.	SAL. DESEMP.	APOSENT.	ARTESANATO

31. O dinheiro recebido pela venda de seus produtos agrícolas durante o ano de 1988, deu para cobrir os gastos da família?
- a) Sim ( )                      b) Não ( )

32. Se negativo, como solucionou o problema?

- a) Usou dinheiro de outras fontes  
b) Tomou emprestado  
c) Não solucionou o problema  
d) Outros \_\_\_\_\_

C) NÍVEL DE ASPIRAÇÃO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES

33. O que é preciso para ser bem sucedido na sua ocupação na agricultura?

- a) Ter um terreno maior ( )  
b) Que o preço da terra não seja tão alto ( )  
c) Ter uma família numerosa ( )  
d) Cultivar um só produto ( )  
e) Diversificar a produção ( )  
f) Ter alto nível tecnológico ( )  
g) Dispor de água ( )  
h) Ter crédito ( )  
i) Ter uma renda maior ( )  
j) Ter assistência técnica ( )  
l) Ter uma boa cooperativa ( )  
m) Organizar-se com outros agricultores ( )

34. O senhor está satisfeito com a sua atividade de agricultor?

- a) Sim ( )                      b) Não ( )

35. O senhor estava melhor antes ou agora no Perímetro?

- a) Antes ( )                      b) Agora ( )                      c) Igual ( )

36. Gostaria de mudar de ocupação?

- a) Sim ( )                      b) Não ( )

37. Gostaria que seus filhos fossem agricultores?

- a) Sim ( )                      b) Não ( )                      c) Indiferente ( )

38. Como sua família vive agora?

- a) Melhor que antes ( )                      b) Pior que antes ( )                      c) Igual ( )

39. O senhor vê possibilidade de melhorar sua situação de vida?

- a) Sim ( )                      b) Não ( )